

Ulisses Fernandes
Melissa Anjos

Volume | 2

Geografia da População





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia da População

Volume 2

Ulisses Fernandes

Melissa Anjos



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de Geografia

UERJ – Glaucio José Marafon

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ulisses Fernandes

Melissa Anjos

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Heitor Soares de Farias

José Meyohas

Karin Gonçalves

Paulo Alves

AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Elaine Bayma

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Bianca Giacomelli

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alessandra Nogueira

Alexandre d'Oliveira

Patrícia Seabra

Verônica Paranhos

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Fernando Romeiro

PRODUÇÃO GRÁFICA

Patrícia Esteves

Copyright © 2014, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

F362g

Fernandes, Ulisses.

Geografia da População. V. 2. / Ulisses Fernandes, Melissa Anjos. – Rio de Janeiro: Cederj, 2014.

220 p.: 19 x 26,5 cm

ISBN: 978-85-7648-956-6.

I. Geografia. II. Geografia-populações. 1. Anjos, Melissa. I. Título.

CDD:900

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Vieira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 8 – A população nos países periféricos: Ásia ____ 7

Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 9 – População em um mundo globalizado
(sistemas socioeconômicos: socialismo
e capitalismo) _____ 37

Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 10 – População e trabalho _____ 67

Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 11 – População e cultura _____ 93

Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 12 – População, meio ambiente e os limites
do crescimento _____ 119

Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 13 – Fome x sobrepeso: um mundo
desequilibrado _____ 141

Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 14 – A mobilidade da população mundial _____ 167

Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Aula 15 – Desastres naturais e mobilidade da
população _____ 189

Ulisses Fernandes e Melissa Anjos

Referências _____ 215

Aula 8

A população nos países periféricos: Ásia

*Ulisses Fernandes
Melissa Anjos*

Meta da aula

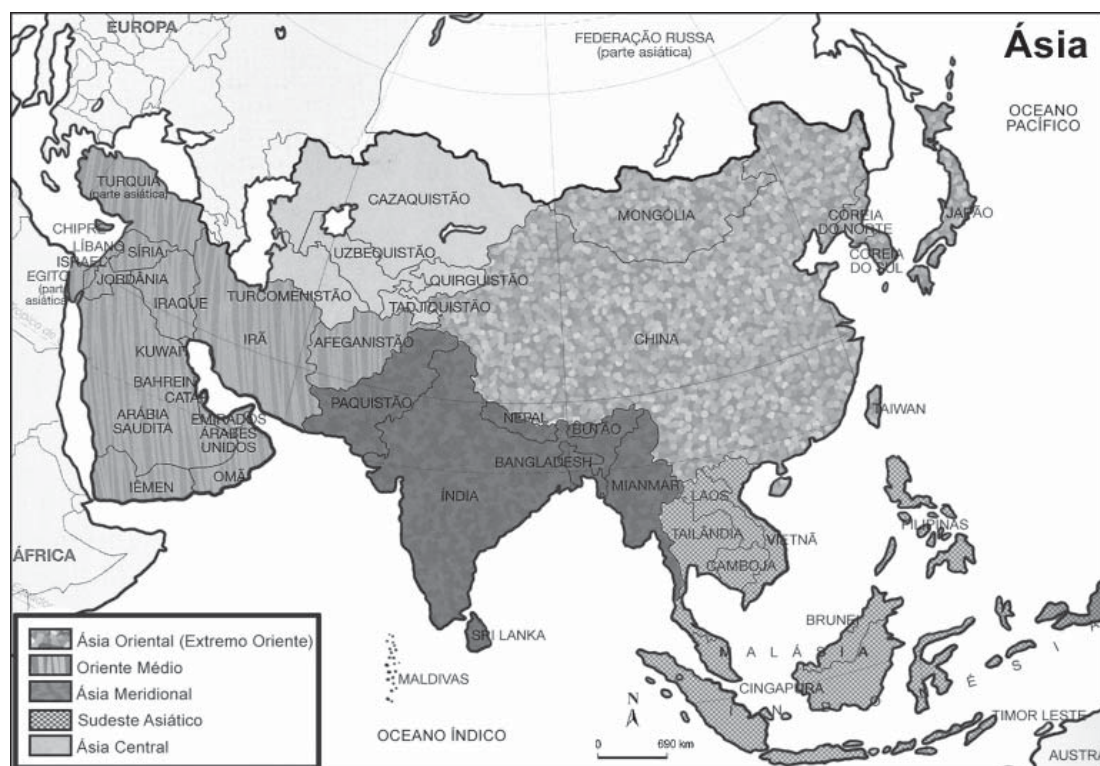
Apresentar as características demográficas e o crescimento populacional dos chamados países periféricos do mundo atual, destacando a Ásia.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as principais características demográficas da China, dos Tigres Asiáticos e dos países do sudeste asiático;
2. analisar as principais características demográficas da Índia e dos países islâmicos da Ásia ocidental e central.

INTRODUÇÃO



Esta é a continuação da aula anterior, quando vimos características demográficas e do crescimento populacional dos chamados países periféricos do mundo. Após analisar os países da África e da América Latina, damos continuidade ao estudo específico do continente asiático, que, sem dúvida, é aquele que expressa maior heterogeneidade em relação à demografia. Esta diversidade está associada à própria forma como classificamos e discutimos a respeito dessa parte do planeta.

A porção centro-norte do continente, por exemplo, corresponde à vasta extensão territorial da antiga URSS. Grande parte dos antigos países que formavam a outrora superpotência estão relacionados à Europa, como a Rússia, a Ucrânia e a Bielorrússia. Desta forma, a análise corresponde mais ao que foi trabalhado na Aula 6, relacionado aos chamados países centrais. Esta mesma condição de

mundo desenvolvido pode ser associada ao Japão, no extremo oriente do continente, razão pela qual este Estado-nação, apesar de asiático, também não pode ser contemplado nesta parte específica da aula.

Observe que, desde já, somos obrigados a não relacionar duas importantes porções territoriais da Ásia na abordagem da população dos chamados países periféricos. Entretanto, o problema com a heterogeneidade asiática não acaba aí, pois nas muitas regiões asiáticas vivem povos com características étnicas, sociais, culturais, políticas e econômicas muito diversas. Desse modo, torna-se quase impossível não propor uma divisão regional para o exame da população desta parte do mundo. Sendo assim, parte-se de uma regionalização que distingue as seguintes porções territoriais: China, Tigres Asiáticos, sudeste asiático, que serão abordados na primeira parte da aula; Índia e países islâmicos, que serão analisados na segunda parte da aula. Através desta proposta de divisão, daremos ênfase às principais características que envolvem esta diversidade regional asiática.

A China, os Tigres Asiáticos e os países do sudeste asiático

China

País com a maior população absoluta do planeta, que atingiu a marca de 1.338.612.968 habitantes em 2010, de acordo com a ONU, este país guarda uma série de características únicas no que diz respeito à demografia. Além do mais, a China possui uma das maiores áreas territoriais do planeta, aproximadamente 9,6 milhões de km², como também uma grande diversidade física. Isto, em parte, justifica a desigual distribuição da população no território, como pode ser observado no mapa a seguir.

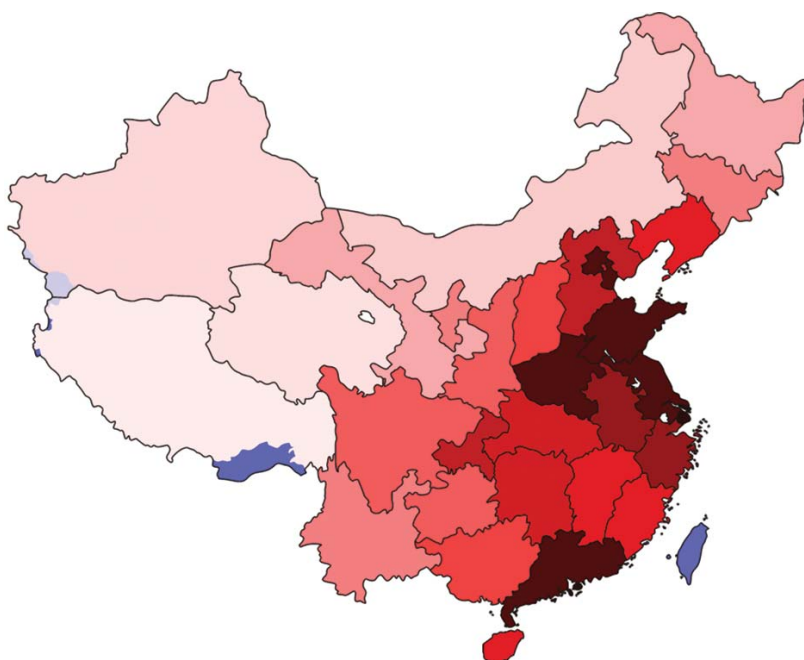


Figura 8.1: Densidade demográfica na China.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%BAblica_Popular_da_China

A porção centro-norte do território possui clima semidesértico, com predomínio de campos; a oeste existe o domínio das grandes cadeias de montanhas, principalmente a do Himalaia. Nestas duas áreas, a presença de população é muito limitada, conforme pôde ser observado na **Figura 8.1**.

Na sua porção sul-sudeste, a China apresenta um clima subtropical dominante, no qual se destacam planícies fluviais, sendo as duas principais formadas pelos rios Huang Ho (rio Amarelo) e o rio Yangtsé Kiang (rio Azul). Nesta área de planícies e no litoral, é que se concentra a maior parte da população chinesa, o que de antemão justifica o porquê de o país possuir uma alta densidade demográfica, com cerca de 140 hab./km², e ao mesmo tempo uma desigual distribuição da população pelo território.

Outra característica importante da população chinesa diz respeito à diversidade étnica. No que pese o predomínio da etnia Han, dominante em mais de 90% da população, múltiplos grupos

étnicos são encontrados enquanto minorias, entre eles os manchus, os tibetanos e os mongóis. Veja na **Figura 8.2** as áreas que ocupam os diferentes grupos étnicos e repare como a população de etnia Han se concentra na grande área de densidade populacional chinesa.

China: Ethnolinguistic Groups

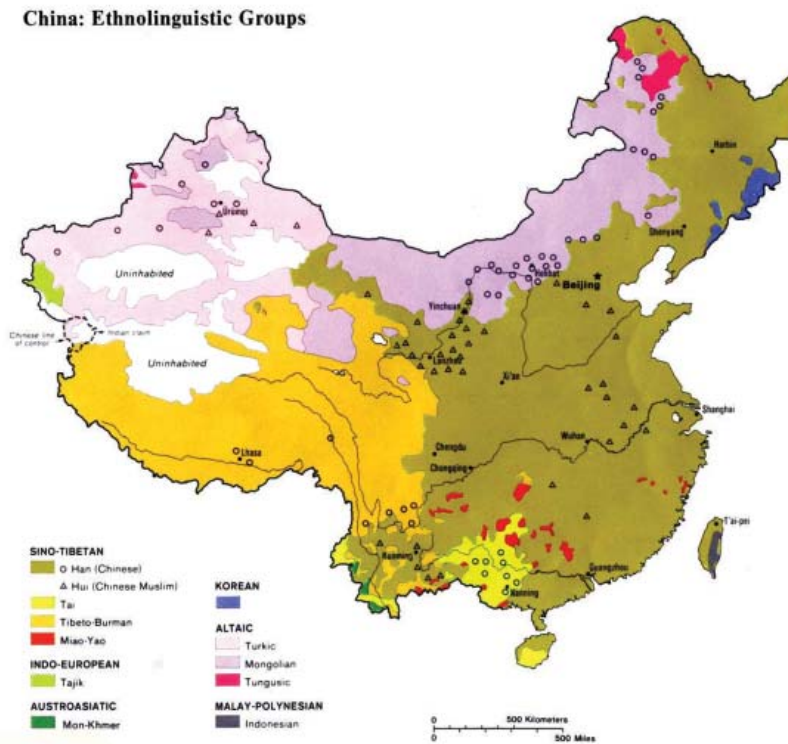


Figura 8.2: Os diferentes grupos étnicos presentes na China.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ethnolinguistic_map_of_China_1983.png

Agricultura de jardinagem

Originou-se no sul e sudeste da Ásia, com uso intensivo de mão de obra e sendo praticada nas férteis planícies aluviais da região. Destaca-se pelo plantio de arroz, feito manualmente em mudas, dando a impressão de um grande jardim, o que origina seu nome.

Na verdade, com o avanço do domínio do estado socialista chinês, ocorreu um processo de mobilização de população de origem Han para outras porções da China, o que ficou conhecido como processo de *hananização*. Esta foi – e continua sendo – uma clara política do Estado chinês em limitar movimentos separatistas das minorias étnicas, infringindo a estas a convivência forçada com a população de origem “chinesa”, ou seja, da etnia Han.

Historicamente, a China possui o título de dona da maior população do planeta. A milenar **agricultura de jardinagem**,

adaptada ao sistema de **monções** nas grandes planícies fluviais, favoreceu o plantio do arroz (rizicultura) e o crescimento exponencial da população desta parte do mundo. Thumerelle (2001) estima que, já no século XIX, a população chinesa crescia muito mais do que a europeia, mas sem experimentar as transformações ocorridas no Velho Continente. Ou seja, a população chinesa, na sua maior parte ligada ao campo, não experimentou uma transição demográfica nesse momento, tampouco um processo de urbanização. Este primeiro momento da expansão da população chinesa pode ser designado como uma primeira explosão demográfica, embora a ausência de dados estatísticos dificulte a sua melhor compreensão.

A China vai vivenciar sua segunda explosão demográfica após a implantação do Estado socialista, o que ocorreu com o fim da chamada *Revolução Chinesa*, em 1949. O fim das guerras que já duravam décadas, a reforma agrária e a luta contra as epidemias explicam o rápido crescimento da população após um longo período de convulsão social. A China experimentou a sua Revolução Médico-Sanitária, fosse pelo acesso a vacinas e novos medicamentos, fosse pela popularização da tradicional e milenar medicina chinesa, fosse pela melhoria das condições sanitárias. Mas a fome ainda era comum em várias regiões chinesas e, em alguns momentos, chegava a se alastrar por todo o país, como na grande fome de 1959-60.

Monções

Decorrentes dos ventos alísios que atingem o continente asiático na sua porção sul-sudeste e provoca fortes chuvas durante o verão. No inverno, os ventos dominantes vêm do interior para o oceano, o que provoca estiagem.



Para saber mais sobre a Revolução Chinesa, acesse o portal Uol – Educação no link <http://educacao.uol.com.br/atualidades/revolucao-chinesa-60-anos.jhtm> e veja os principais fatos que marcaram a transformação da China nos últimos 60 anos com a revolução.

Nos anos seguintes, com o retorno a condições de alimentação minimamente satisfatórias, a população cresce em números espantosos sobre uma base já muito larga de população. As taxas de fecundidade entre as mulheres chinesas nos anos 60 variam entre 7 a 6 filhos por mulher, o que vai determinar uma taxa de natalidade em torno de 40‰ ao ano.

A queda da mortalidade, motivada pela melhoria das condições de saúde e higiene, desce a cerca de 10‰ ao ano. Isso gerou uma taxa de crescimento que, em alguns momentos, chegou a 3% ao ano. Com isso, a China chegava ao limite da sua primeira transição demográfica, que seria marcada por uma forte expansão populacional, ou como já dito, sua segunda explosão demográfica.

A partir dos anos 1970, no que pese a forte turbulência política vivenciada pelo país com a chamada *Revolução Cultural*, a questão demográfica ganha ares de dimensão política e o Estado chinês começa a suplantar as dificuldades da tradição cultural chinesa e implementar políticas de controle da natalidade. Para além da universalização dos métodos anticoncepcionais, como o livre aborto, a distribuição da pílula anticoncepcional entre as mulheres e das cirurgias impeditivas da fecundação (vasectomia e laqueadura de trompas), em fins dos anos 1970 o Estado chinês implanta uma rígida campanha de controle, com a implantação da “política do filho único”.



Veja no link http://www.youtube.com/watch?v=9498WHL_idl&feature=related um pequeno vídeo alusivo à Revolução Cultural chinesa postado no portal YouTube.

A medida atingia a maior parte do país, variando sua aplicação de província em província, e o controle era exercido em relação ao registro de nascimentos. Os salários dos trabalhadores que não obedeciam aos ditames da lei eram reduzidos e os filhos

posteriores ao primeiro perdiam direitos sociais, como a educação gratuita. É certo que a lei, concebida pelo poder central, mas controlada por autoridades locais, nunca atingiu a perfeição, mas acabou sendo responsável pela derrubada gritante da taxa de crescimento populacional chinês. Em 1971, a taxa de fecundidade era de 5,4 filhos por mulher, e em 2004 passou para 1,7 filho por mulher. Isso significou um ingresso a menos de cerca de 400 milhões de habitantes na China desde o início da sua implantação.

A política do filho único acabou por ser flexibilizada, pois mexe com a tradição chinesa, predominante principalmente no meio rural, de reputar ao filho homem a incumbência de cuidar dos pais na velhice. Quando os casos de **infanticídios** de meninas começaram a mobilizar a opinião pública nacional e internacional, o Estado chinês passou a flexibilizar a política do filho único. Na atualidade, a forte urbanização fez da família diminuta uma tendência chinesa, independente da coerção das políticas demográficas oficiais. É certo que hoje a população urbana cresce muito mais do que a rural. Problemas inerentes à desproporção entre homens e mulheres no futuro, como também o próprio envelhecimento da população ainda assombram a sociedade chinesa.

Infanticídio

Assassinato de crianças recém-nascidas indesejadas pelos pais.



Urbanização e mobilidade de população na China

Até o início da década de 1970, a mobilidade de população no território chinês era muito fraca.

A Revolução Cultural chinesa impedia que os trabalhadores deixassem suas terras. O pouco que ocorreu de mobilidade proporcionou o povoamento periférico de algumas cidades chinesas. A China possuía, portanto, uma massa de população presa ao campo e às suas tradições. Isso em grande parte explica as fortes taxas de crescimento populacional que o país experimentava até o final da década de 1960.

Com o fim da Revolução Cultural Chinesa e após a morte do grande líder comunista Mao-Tsé-Tung, a China inicia um período de reaproximação junto ao mundo ocidental e de abertura de sua economia. Inicia-se, portanto, o ciclo vigoroso de crescimento econômico chinês, fundamentado principalmente na sua expansão industrial e tecnológica. Esta nova dimensão econômica chinesa trará novos condicionamentos à sociedade chinesa, com uma política de flexibilidade social que passará a permitir a existência de atividades de cunho particular ou a própria mobilidade da força de trabalho. Se, por um lado, o Estado continua a sustentar as atividades industriais de base, por outro, a iniciativa privada passou a ser permitida através do livre empreendimento.

O retorno a uma economia cada vez mais mercantilista gerou um nítido contraste entre as províncias e zonas agrícolas e as zonas de atividades mais diversificadas. Este contraste é o grande responsável pela grande mobilização de população para as áreas de economia mais pulsante, o que explica a crescente urbanização do país. Dados do governo chinês mostram que a população urbana do país cresceu de 17,4% para 46,8% entre 1978 e 2009. É preciso deixar claro que, em valores relativos, o crescimento urbano chinês é muito menos expressivo do que o ocorrido em outras áreas periféricas do planeta, como na África e na América Latina. Por outro lado, em termos absolutos, trata-se de um dos maiores êxodos rurais já observados no mundo. Não se esqueça de que a população chinesa responde sozinha pela sexta parte da população mundial, o que explica o porquê de identificarmos cidades gigantescas em território chinês.

Veja quais são as principais cidades chinesas:

	Cidade	Província	População
1	Xangai	Xangai	9.495.701
2	Pequim	Pequim	7.296.962
3	Hong Kong	RAE	6.985.200
4	Tianjin	Tianjin	5.066.129
5	Wuhan	Hubei	4.488.892
6	Guangzhou	Guangdong	4.154.808
7	Shenyang	Liaoning	3.981.023
8	Chongqing	Chongqing	3.934.239
9	Nanjing	Jiangsu	2.822.117
10	Fuzhou	Fujian	2.710.000

Fonte: Serviço Estatístico Nacional da China – estimativa de 2008.

Nas palavras de Thumerelle (2001),

[...] esquecemo-nos por vezes de que a China, porque reduziu a fecundidade ao nível de países industrializados, continua confrontada com um enorme problema de crescimento demográfico, quer nas cidades, quer nos campos.

Este autor também considera que as condições de vida nos campos são infinitamente inferiores às condições de vida nas cidades chinesas, sendo este o grande motor do processo de urbanização chinês.

Os Tigres Asiáticos



Figura 8.3: Os Tigres Asiáticos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Tigres_asi%C3%A1ticos

Pode-se afirmar que estes quatro pequenos países do sudeste asiático já atingiram a sua segunda transição demográfica, pois as taxas de fertilidade encontradas são muito inferiores a dois filhos por mulher. O modo como esta transição se deu varia um pouco entre os países apresentados.

Em Hong Kong e Singapura, o avanço econômico garantiu melhorias sociais a uma parte mais abastada da população. Em condições normais, a urbanização, o trabalho feminino e o alto custo de vida impeliram as famílias de classe média a um número

menor de filhos. Por outro lado, a existência de trabalhadores pobres, principalmente os de origem estrangeira acabou por determinar uma ação contundente por parte do Estado no sentido de limitar o ingresso mais efetivo desses trabalhadores e de suas famílias. Em Singapura, por exemplo, os contratos de trabalho para estrangeiros são temporários e impeditivos quanto ao deslocamento de toda a família para a cidade-estado. Em Hong Kong, a migração estrangeira passou a ser feita de maneira mais seletiva e a massa de trabalhadores pobres vive em território chinês, fora dos domínios da região administrativa especial de Hong Kong, como passou a ser conhecida esta cidade depois da sua devolução para a China, em 1997.

Em Taiwan, a rápida mudança econômica e social vivenciada pelo país nos anos 1960 levou a uma queda na fecundidade e uma ampliação da expectativa de vida nas décadas seguintes. Paralelamente a isso, medidas restritivas quanto à natalidade foram adotadas: atraso na idade para o casamento, obstáculos sociais e financeiros para o crescimento das famílias, facilitação do acesso aos meios contraceptivos e forte propaganda a favor da família diminuta. Tais medidas resultaram em um rápido avanço em direção à segunda transição demográfica no país.

No caso da Coreia do Sul, houve uma significativa diferença na ocorrência da transição demográfica por conta das características inerentes ao próprio país. Em fins dos anos 60 do século passado, muito pouco diferenciava a realidade das duas Coreias, a do norte e a do sul. Eram países extremamente pobres, mutilados por conta da guerra e com dados demográficos alarmantes. A taxa de crescimento da população alcançava 3% ao ano nas duas partes da península coreana.

A partir daí, a Coreia do Sul experimentou um forte crescimento econômico, com desenvolvimento da indústria e da urbanização. Se não houve um avanço igualitário das categorias sociais presentes no país, ao menos se pode dizer que o país avançou significativamente no seu padrão demográfico. A melhoria neste país, segundo Thumerelle (2001),

se deve à emergência de uma classe média e ao desenvolvimento espetacular da educação, que permitiu uma rápida e eficaz difusão dos comportamentos demográficos modernos, sustentada por uma política ativa, mas clássica, de limitação dos nascimentos.

Por último, torna-se importante ressaltar que os chamados Tigres Asiáticos já se encontram bem próximos do padrão de desenvolvimento dos chamados países centrais. As taxas de crescimento da população são muito baixas e a expectativa de vida é alta. Isto traz problemas similares para esse conjunto de países ricos, como o envelhecimento da população e a limitação da **população ativa**, o que pode representar problemas na recomposição da mão de obra desses países nas próximas décadas.

População ativa

Corresponde ao número de habitantes que fazem parte da força de trabalho e também aqueles aptos a fazer parte desta.

Os países do sudeste asiático



Figura 8.4: Os países do sudeste asiático.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sudeste_Asi%C3%A1tico

O que caracteriza a demografia dessa porção da Ásia é a extrema variedade de comportamentos no que diz respeito à

dinâmica populacional. Há países com um relativo avanço na estrutura econômica e social, como é o caso da Tailândia e da Malásia. Nesses países, houve uma melhora dos indicadores sociais, como o aumento da expectativa de vida, por exemplo – 73,8 anos na Malásia e 73,6 anos na Tailândia. A fecundidade reduziu significativamente, se comparada aos números da década de 60 do século passado – na Tailândia chegou a 1,66 filhos por mulher e na Federação da Malásia a 2,67 filhos por mulher. Observe que na Tailândia a taxa de reposição já não é alcançada, pois cada mulher tem menos de dois filhos em média.



Figura 8.5: Kuala Lumpur, capital e maior cidade da Malásia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:KL-Skyline_Night_HDR.JPG

Em um extremo oposto, encontram-se países cuja dinâmica demográfica ainda é considerada arcaica. Isto reflete diretamente economias estagnadas de países pouco desenvolvidos e com relativa proximidade a um passado de guerras civis, como no caso do Camboja e do Laos. Nesses países, por exemplo, as taxas de fecundidade são, respectivamente, 3,14 e 2,84 filhos por mulher, o que ainda reforça incrementos significativos de população a cada novo ano. Os menores de 15 anos são 32,2% da população no Camboja, e 36,7% da população no Laos. A grande maioria da população vive na área rural e a expectativa de vida é a mais baixa em todo o conjunto de países do sudeste asiático.



Figura 8.6: Escola primária da área rural do Laos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Primary_Laos.jpg

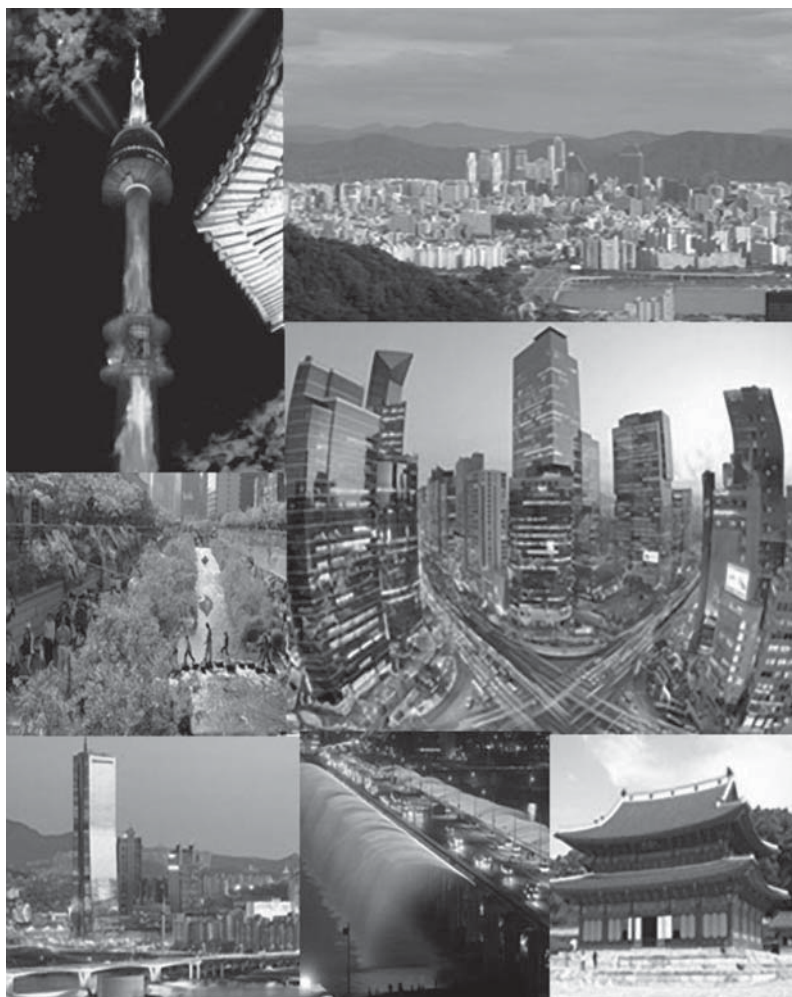
Os dados demonstram uma desigualdade de condições socioeconômicas entre as nações que compõem este bloco de países. Assim como os chamados Tigres Asiáticos, alguns países da região avançaram do ponto de vista econômico, como no caso da Tailândia, da Malásia e da Indonésia, mas não necessariamente tal condição reverteu em melhorias sociais. De todos os países, é a Tailândia a apresentar os melhores indicadores demográficos, embora 66% de sua população ainda seja rural. De um modo geral, a região apresenta uma população muito jovem, predominantemente rural, e taxas de crescimento populacional de médias para altas. Este é o retrato de uma porção territorial da Ásia ainda marcada pelo atraso econômico e pelo desequilíbrio social.



Atende ao Objetivo 1

1. Duas imagens são apresentadas como mais adequadas às porções regionais que representam. Veja a seguir:

a) Tigres Asiáticos: Seul, capital da Coreia do Sul.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Montages_of_Seoul.jpg

b) Países do sudeste asiático: arrozal na Tailândia.



As imagens não podem corresponder a uma visão homogênea da realidade dessas duas regionais, mas estão mais próximas da realidade vivida por cada uma delas. Por quê?

Resposta Comentada

Você deve ser capaz de apontar para o forte processo de urbanização vivenciado por todos os países que compõem os chamados Tigres Asiáticos, o que aponta para um predomínio de população urbana e maior desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, no que pese o desenvolvimento de algumas áreas em países específicos do sudeste asiático, a região apresenta

uma população muito jovem, predominantemente rural e taxas de crescimento populacional de médias para altas. Este é o retrato de uma porção territorial da Ásia ainda marcada pelo atraso econômico e pelo desequilíbrio social.

A Índia e os países islâmicos da Ásia ocidental e central

Índia



Figura 8.7: As cidades da Índia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:India_mapa.png

A Índia é um exemplo claro de nação que vive nitidamente uma cisão entre a modernidade, trazida pelo capitalismo para as áreas urbanas, e a tradição e o atraso relacionado à sua imensa população rural. Esta é a razão pela qual este país, um dos maiores

em área territorial do planeta e detentor da segunda maior população mundial – eram cerca de 1 bilhão e 200 milhões de indianos em 2011, segundo a ONU – apresenta graves problemas demográficos. A taxa de crescimento natural da população, cerca de 1,38%, fará com que a Índia ultrapasse em poucas décadas o número de habitantes da China, tornando-se a nação mais populosa do planeta.

As políticas de contenção da população indiana são mantidas pelo Estado desde os anos 50 do século passado, alguns anos após a independência do país. Tais políticas têm menor penetração junto à população mais pobre do país, aquela que reside no campo e é apegada às tradições culturais e religiosas. Em 2010, 70% dos indianos viviam na área rural, onde a difusão da modernidade e o apelo das tradições colabora drasticamente para a manutenção de variáveis sociais muito negativas. Metade das mulheres do país é analfabeta, um quarto da população vive abaixo da linha da pobreza, enquanto um outro quarto apresenta um padrão de vida que pode ser considerado alto.

O maior avanço social está nas cidades e é fruto do avanço econômico do país. Nos últimos anos houve uma maior liberação da economia, uma abertura aos capitais externos e um forte avanço tecnológico. Para os padrões internacionais, a mão de obra urbana local é considerada qualificada e de baixa remuneração, o que favorece a entrada de empresas transnacionais. A qualificação de uma parte da mão de obra do país responde a um forte paradoxo: enquanto se considera que o Estado indiano investe muito pouco na educação básica, por outro lado há um forte investimento no ensino superior, sendo encontradas muitas e boas universidades em todo o país.

Há uma forte diversidade cultural, linguística e genética no país, mas o hindi é o idioma falado por cerca de 75% da população, embora existam outras 21 línguas nacionais reconhecidas. A língua inglesa é uma espécie de segundo idioma e é muito difundida nas grandes cidades, principalmente entre os portadores de diploma superior.

Mais de 80% da população segue a religião hindu, razão pela qual quase toda a sociedade está estruturada em um *sistema de castas*, com fortes tradições culturais. Estas tradições culturais

acabam por tornar muito heterogênea a ação do poder público no sentido de trazer, principalmente para a população rural, as leis e políticas públicas sociais.



O sistema de castas

Sistema derivado do hinduísmo, que credita ao deus Brahma, a geração de quatro grandes castas distintas: os *bramas*, sacerdotes e letrados que nasceram da cabeça de Brahma; os *xátrias*, guerreiros com poder político que nasceram dos braços de Brahma; os *vaícias*, comerciantes que nasceram das pernas de Brahma; os *sudras* (servos), camponeses, artesãos e operários que nasceram dos pés de Brahma. Abaixo destas quatro castas estão os párias, que vieram da poeira debaixo do pé de Brahma, sendo extremamente marginalizados por todos aqueles que possuem casta. A figura a seguir bem simboliza esta divisão:

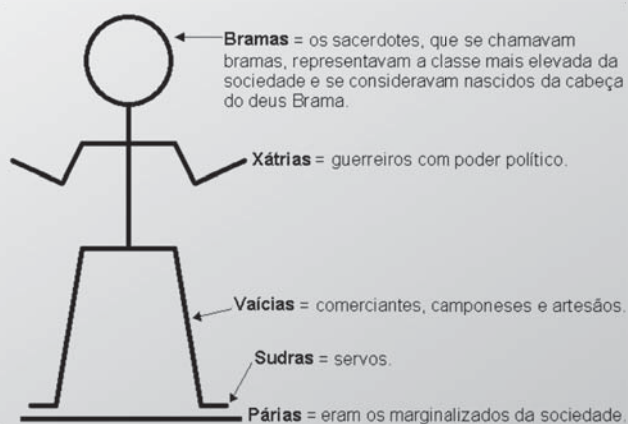


Figura 8.8: Representação do sistema de castas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Structure_of_the_Indian_society_PT.gif

A Índia é uma república constituída por 28 estados e sete territórios administrados pela União. Muito desta divisão político-administrativa deve-se às origens étnicas e religiosas da população indiana. Neste país, tal qual na China, ainda há uma forte retenção de população nos

campos – cerca de 70% da população, em dados de 2001. Tal fato se explica pela fraca mobilidade populacional encontrada no país e algumas razões justificam tal afirmativa. Por um lado, não há estados tão mais desenvolvidos do que outros que justifiquem a aglomeração de população em determinadas regiões de país. Há ainda o problema das diferenças étnicas e religiosas, tendo o complexo sistema de castas ao fundo, o que dificulta a inserção de um indivíduo em um estado diferente do seu. Como atesta Thumerelle (2001),

afastar-se demasiadamente é isolar-se das sutis redes de solidariedade e de assistência, entre castas e no interior das castas, que facilitam o acolhimento dos migrantes.

De um modo geral, o êxodo rural é absorvido no interior dos estados, sendo poucas as metrópoles regionais que conseguem atrair populações de outras regiões por suas próprias características. Neste caso, podemos apontar para as cidades de Madrastra, atualmente chamada de Chennai, no sudeste do país; Bombaim, na porção ocidental do país; Calcutá, na parte oriental do país. Délhi, a capital nacional, é a única metrópole capaz de atrair fluxos migratórios de todo o país. Como de comum às áreas periféricas do planeta, a vida nas cidades, mesmo ruim, é muito superior à vida das populações nos campos. Nas cidades, somente uma pequena porção elitizada da população consegue viver com conforto, sendo a maioria muito pobre e vivendo em condições de pobreza ou miséria.



Figura 8.9: Comércio de rua em Varanasi, Índia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:India_-_Varanasi_street_rickshaws_-_1690.jpg

Como atesta Thumerelle (2001),

a diversidade extrema da Índia torna bem mais difícil que na China qualquer visão global sobre a demografia. As estatísticas tornam facilmente visíveis as diferenças entre estados ou entre cidades e campos, mas salientam muito menos as do sutil mosaico de castas, religiões e classes sociais, que sabemos serem decisivas, mas sobre as quais os estudos demográficos indianos são, a grande maioria das vezes, muito discretos.

Países islâmicos da Ásia central e ocidental



Figura 8.10: Distribuição mundial da população islâmica.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:World_Muslim_Population_Map.png

A população islâmica ou muçulmana é predominante na África do norte, no Oriente Médio, em grande parte da Ásia central, como também na chamada Ásia insular. Nesta parte específica da aula, nos prendemos apenas à população islâmica que vive tanto no chamado Oriente Médio ou Ásia ocidental como também na Ásia central. De um modo geral, a fé religiosa muçulmana é uma constante no cotidiano das pessoas, o que faz com que haja uma forte interferência no padrão demográfico identificado nesta região.

Senão, vejamos: na península Arábica, onde estão países como a Arábia Saudita e Omã, podem ser encontrados alguns índices demográficos similares àqueles dos países ricos. Nesses dois países, a esperança de vida é superior a 74 anos em média. A taxa de mortalidade infantil também pode ser considerada baixa, minimamente superior a 15‰. Entretanto, no que pese estas estatísticas favoráveis, a taxa de crescimento da população ainda pode ser considerada alta – em Omã é de 2% e na Arábia Saudita, 1,6%. Em outro país da península, os Emirados Árabes Unidos, esta taxa chega a impressionantes 3,3%. A taxa de fertilidade no Iêmen é de 4,63 filhos por mulher, como também permanecem relativamente altas as taxas de fertilidade nos demais países próximos.

A religião muçulmana ou islâmica interfere diretamente na dimensão do tamanho das famílias. Na maior parte dos países islâmicos, os preceitos religiosos condicionam a mulher a um papel submisso, pouco representativo na sociedade como um todo e cuidadora primordial dos filhos. Os preceitos religiosos também são contrários a métodos não naturais de controle da natalidade, como o aborto e os anticoncepcionais. Na Ásia ocidental estes ditames religiosos são mais fortes do que na Ásia central e na Turquia. Nessas partes específicas da Ásia, os condicionamentos ocidentais foram mais fortes. A Turquia é o único **Estado laico** entre os chamados países islâmicos do Oriente Médio. Já os países da Ásia ocidental sofreram a influência do **ateísmo** socialista à época em que faziam parte da extinta URSS.

Podemos dizer, então, que apesar do avanço social gerado em grande parte pela riqueza do petróleo, esses países ainda estão terminando a sua primeira transição demográfica. A população absoluta desses países não é grande, a maioria esmagadora das pessoas vive em cidades e o padrão de vida é elevado. Mesmo assim, condicionantes sociais, principalmente no que diz respeito à subserviência da mulher, acabam por determinar famílias numerosas se considerarmos os padrões ocidentais.

Por outro lado, seja na Turquia ou em antigas repúblicas da URSS, observamos variáveis indicando uma segunda transição demográfica em andamento. O crescimento da população chega a 0,4% no Cazaquistão e a 0,8% no Azerbaijão. As taxas de

Estado laico

É aquele que não possui uma religião oficial, mantendo-se neutro e imparcial no que se refere aos temas religiosos, como no caso do Brasil.

Ateísmo

É a rejeição ou ausência da crença na existência de divindades e outros seres sobrenaturais; não crer ou não seguir religiões.

fecundidade estão no nível da reposição – dois filhos por mulher – no Azerbaijão e na Turquia. Por outro lado, a expectativa de vida nesses países é bem inferior, se comparada aos países centrais e até mesmo aos países da península Arábica.

Há também situações-limite bem desfavoráveis e de um modo geral condicionadas, para além da religião, por conjunturas econômicas desfavoráveis ou situações de guerra muito extensas. É o caso do Afeganistão, onde a taxa de fertilidade chega a 5,39 filhos por mulher. Neste país, a mortalidade infantil quase alcança 150 mortes para cada grupo de mil crianças, o que é considerado uma taxa altíssima. Os índices de natalidade e mortalidade da população também são elevados, 37,8‰ e 17,4‰ respectivamente, o que deixa este país ainda vivendo a sua primeira transição demográfica.



Atende ao Objetivo 2

2. Veja com atenção as imagens a seguir:



Figura 8.11: Profeta Maomé, recitando o Alcorão em Meca (gravura do século XV).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Maome.jpg>



Figura 8.12: Relevo representando Brahma, o Criador, no Templo Hoysaleswara, em Halebid, em Karnataka, na Índia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brahma_Halebid.jpg

A religião é um componente essencial na análise demográfica de países islâmicos da Ásia e também da Índia. Se as religiões são diferentes, elas acabam por influenciar e condicionar o comportamento das sociedades, o que interfere diretamente na dinâmica populacional. De que forma isto pode ser observado:

- a) nos países islâmicos da Ásia ocidental;
- b) na Índia.

Resposta Comentada

Você deve apontar para a interferência da religião nos condicionamentos sociais, tanto nos países islâmicos como na Índia. Nos países islâmicos, os preceitos religiosos condicionam a mulher a um papel submisso, pouco representativo na sociedade como um todo e cuidadora primordial dos filhos. Os preceitos religiosos também são contrários a métodos não naturais de controle da natalidade, como o aborto e os anticoncepcionais. Na Índia, cerca de 70% da população reside no campo e se mantém presa às tradições culturais e religiosas. A religião hindu tem interferência direta no chamado sistema de castas, que acaba por condicionar um papel submisso e secundário à mulher. Entre outros tantos aspectos, vemos o casamento muito prematuro das mulheres, o que gera um número maior de filhos ao longo dos casamentos.

CONCLUSÃO

Como já visto na aula anterior, a análise do comportamento demográfico dos países periféricos revela um quadro muito heterogêneo no que diz respeito à transição demográfica e ao aspecto das características populacionais das diferentes regiões do planeta. Na Ásia, dependendo da porção regional a ser analisada, podemos identificar características que já se assemelham às dos países centrais, com avanço da segunda transição demográfica e avanço das melhorias econômicas e sociais. Em outras regiões do

continente ainda são identificadas variáveis demográficas negativas, como a desigualdade social e um ainda marcante crescimento populacional.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2



Figura 8.13: Placa produzida pelo governo em Tang Shan, China: “Para uma nação próspera, poderosa e uma família feliz, por favor, praticar o planejamento familiar.”

Fonte: http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en%7Cpt&u=http://en.wikipedia.org/wiki/One-child_policy

Aponte os aspectos favoráveis e os não favoráveis quanto à implantação da “política do filho único” na China.

Resposta Comentada

Você deve ser capaz de indicar os resultados positivos desta política, como a queda da taxa de fecundidade, que passou de 5,4 filhos por mulher em 1971 para 1,7 filho por mulher em 2004. Isto representou um ingresso de menos de 400 milhões de habitantes desde a implantação da referida política governamental. Por outro lado, a política do filho único mexe com as tradições culturais chinesas, que imputam ao filho homem o dever de cuidar dos pais na velhice, o que acabou por gerar “descarte” de bebês do sexo feminino, com os abortos planejados ou com a prática do infanticídio.

RESUMO

Na Ásia, a grande diversidade regional leva a padrões demográficos muito heterogêneos, havendo blocos de países com características similares às dos países centrais, bem como áreas onde a primeira transição demográfica ainda é uma constante e a pobreza, reinante. Na China, a política demográfica do *filho único* levou a uma nova dinâmica demográfica, com redução drástica da natalidade e consequente diminuição do ritmo de crescimento populacional. O avanço econômico identificado nos países conhecidos como Tigres Asiáticos gerou uma situação similar, de baixo crescimento populacional, como já ocorre nos países centrais do mundo.

Nos países onde as tradições culturais prevalecem, o regime demográfico mostra-se diferente, com manutenção do crescimento populacional, mesmo que em ritmo desacelerado. De um modo geral, as tradições mais arraigadas se expressam em áreas de economia mais deprimida, como no interior da Índia ou em alguns países do sudeste asiático. Mesmo nesse conjunto de nações observam-se países ou regiões onde o padrão demográfico já se assemelha ao dos países mais desenvolvidos, com queda significativa do crescimento populacional.

No caso específico dos países islâmicos, a tradição cultural e o maior ou menor desenvolvimento econômico associam-se de modo a gerar múltiplas situações quanto ao crescimento populacional. Há casos de países onde a alta expectativa de vida convive com elevadas taxas de fertilidade; em outros países, vemos baixa expectativa de vida associada a baixas taxas de natalidade – ou seja, não há, neste conjunto de países islâmicos da Ásia, um padrão prevalecente.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos de que maneira as transformações na economia mundial atual, como o avanço do neoliberalismo e do capital transnacional, interferem sobre os arranjos populacionais e na mobilidade da população.

Aula 9

População em um mundo globalizado (sistemas socioeconômicos: socialismo e capitalismo)

*Ulisses Fernandes
Melissa Anjos*

Meta da aula

Apresentar a manifestação dos sistemas socioeconômicos – socialismo e capitalismo – na acomodação e na mobilidade da população global.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer o sistema socialista e sua influência na população;
2. reconhecer a interferência do sistema capitalista no arranjo e mobilidade populacional.

INTRODUÇÃO

Todos sabem que a globalização é um fenômeno mundial, intensificado a partir do fim do século XX, depois da queda do socialismo no Leste Europeu e na antiga União Soviética, marcado pelo fim da Guerra Fria. Foi e ainda é desencadeada pelo capitalismo através da aproximação econômica, política e cultural das diversas nações do planeta. Pode ser classificada como um processo socioeconômico e político onde os países interagem, realizando transações financeiras e comerciais, abrindo as fronteiras e os mercados internos para os fluxos de pessoas, ideias e mercadorias. Tão importante quanto é a troca de informações culturais, conectando o mundo em um só e diminuindo as distâncias entre os povos. Além disso, há uma influência recíproca nas relações culturais, políticas, sociais e econômicas mundiais.

Entretanto, as sociedades do mundo estão em processo de globalização desde o início da História, mas foi somente a partir da era dos descobrimentos (entre os séculos XV e XVII), e principalmente da Revolução Industrial (século XVII e XIX) que ela se desenvolveu. No entanto, muitos economistas analisam a globalização como resultado do período pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ou como resultado da Revolução Tecnológica (segunda metade do século XX). Desta maneira, o conceito de mundo globalizado fortalece-se ainda mais com a internet e os meios de comunicação via satélite que estão sempre se aperfeiçoando.

A expansão do **neoliberalismo** favoreceu esse processo a partir da década de 1960. Como? Incentivando as indústrias na abertura de novos mercados consumidores e estabelecendo uma concorrência saudável na oferta de produtos, o que barateou os preços para o consumidor final. Contudo, o desenvolvimento tecnológico e sua expansão contribuíram para o aumento do desemprego em várias nações. Assim, como medida de proteção, vários países optaram por criar e participar de blocos econômicos

Neoliberalismo ou novo liberalismo

É uma doutrina econômica, em vigor a partir da década de 1960, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção do governo sobre a economia. Para seus defensores, a intervenção estatal só deve ocorrer em setores imprescindíveis e, ainda sim, em um grau mínimo.

(Mercosul, União Europeia, Alca, NAFTA...) que, de fato, pusessem em prática a integração econômica, social, cultural e política.

Por ser a globalização um processo decorrente da evolução do mercado capitalista, é estudada e analisada nos mais diferentes campos do conhecimento. Cada um desses campos irá produzir suas próprias teorias e ideias a respeito do desenvolvimento desse processo. Nesta aula, conheceremos duas dessas ideias: em primeiro lugar, sua eclosão a partir do colapso do bloco socialista e, em segundo, o fortalecimento do capitalismo enquanto hegemonia ocidental sobre as outras nações. Dito isto, esta aula será sobre como os sistemas socioeconômicos interferem nos arranjos e na mobilidade da população.

A influência do socialismo na população hoje

Recorrentemente, aparece alguém enaltecendo o socialismo em detrimento do capitalismo, gerando dúvidas em todos. Mas afinal, o que é o socialismo? Se é melhor, por que não adotá-lo? Possivelmente, ainda não estamos preparados para responder à segunda questão, que é complexa e envolve muita discussão. No entanto, podemos responder à primeira. Socialismo é uma doutrina política e econômica, surgida em fins do século XVIII na classe intelectual e nos movimentos políticos da classe trabalhadora, que criticavam os efeitos da industrialização e da sociedade sobre a propriedade privada. Suas principais características são, em linhas gerais, a inexistência de propriedades privada ou particular dos meios de produção; o controle da economia pelo Estado com o objetivo de promover uma distribuição justa da riqueza entre todas as pessoas da sociedade; o trabalho pago segundo a qualidade e a quantidade do mesmo.

Burguesia

É a classe social que surgiu na Europa na Idade Média (séculos XI e XII) com o renascimento comercial e urbano. Dedicava-se ao comércio de mercadorias (roupas, especiarias, joias etc.) e prestação de serviços (atividades financeiras).

O socialismo também pode ser entendido como uma fase de transição onde o poder estaria nas mãos de uma **burguesia**, que organizaria a sociedade rumo à igualdade plena, onde os trabalhadores seriam os dirigentes e o Estado não existiria. Este estágio final da economia e da política seria o comunismo, que visa

à igualdade social e a passagem do poder político e econômico para as mãos da classe trabalhadora.



Comunismo é a ideologia socioeconômica e política que pretende promover o estabelecimento de uma sociedade igualitária, sem classes sociais e apátrida (não é regida por um Estado), baseada na propriedade comum e no controle dos meios de produção e da propriedade em geral. Karl Heinrich Marx (intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista) postulou que após um processo liderado pelos trabalhadores, em uma revolução proletária, o modelo econômico capitalista sofreria transformações substanciais que conduziram a sociedade para um modelo socialista, onde o comunismo seria a fase final desse processo.

Isso porque o socialismo defende que o capitalismo centraliza a riqueza e o poder nas mãos de um pequeno grupo da sociedade que controla o capital, amealhando sua riqueza por intermédio da exploração da força de trabalho. Como resultado, cria-se uma sociedade onde imperam as desigualdades entre seus membros. Contudo, não existe uma doutrina e um programa fixos no socialismo. Ao contrário, defende-se um grau de intervencionismo social e racionalização econômica, às vezes opostos entre si.

Quando o assunto é economia, enquanto um ramo do socialismo defende a nacionalização completa dos meios de produção, distribuição e troca, outra seção defende o controle estatal do capital no âmbito de uma economia de mercado. Deste modo, o que existe de comum entre os países socialistas é a aplicação rigorosa da economia planificada. Ou seja, todas as empresas existentes nesses países tornam-se públicas. Assim, as decisões

econômicas ficam a cargo do Estado, por intermédio dos técnicos que elaboram os planos econômicos.

Inerente a todo e qualquer movimento estão as correntes de pensamento. Entre as correntes do socialismo, podemos citar cinco, resumidamente. São elas:

1. Socialismo Utópico: assim chamado por elaborar modelos idealizados para sanar os efeitos que a Revolução Industrial provocou no operariado. Alguns dos teóricos dessa proposta são: Claude de Saint-Simon e Charles Fourier.
2. Socialismo Científico: paralelamente às propostas do socialismo utópico, surgiu o socialismo científico, cujos teóricos propunham compreender a realidade e transformá-la mediante a análise dos mecanismos econômicos e sociais do capitalismo, constituindo assim, uma proposta revolucionária do proletariado. Os expoentes dessa corrente são: Karl Marx e Friedrich Engels.
3. Anarquismo: também conhecido como “comunismo libertário” pregava a supressão de toda e qualquer forma de governo, defendendo a liberdade de forma geral. O principal precursor desta doutrina é Pierre-Joseph Proudhon.
4. Socialismo Cristão: surgiu como uma tentativa de aplicar os ensinamentos de amor e de respeito ao próximo, como maneira de superar os problemas sociais gerados pela industrialização. A grande mobilização operária levou a cúpula da Igreja Católica a definir oficialmente seu papel nos novos problemas sociais. Seus expoentes são como Robert Lamennais, Adolph Wagner e J. D. Maurice.
5. Socialismo Real: é o socialismo que foi posto em prática. Sua trajetória começa com a vitória dos bolcheviques (integrantes de uma facção do “Partido Operário Social-Democrata Russo” liderada por Vladimir Lenin) na Revolução Russa (1917), o que transformou o país, renomeado de União Soviética, no primeiro Estado socialista da história.

Como dito anteriormente, o socialismo é um processo de transição para o comunismo. Assim, ainda hoje, alguns poucos países são conhecidos como “Estados Comunistas”. Isso porque os próprios países autodenominam-se como repúblicas socialistas e não comunistas, em suas próprias Constituições. Eles são definidos por uma forma de governo na qual o Estado governa sob um sistema unipartidário (partido único) e declara fidelidade à ideologia marxista-leninista. De acordo com o marxismo-leninismo, as constituições desses países afirmam que todo o poder pertence à classe trabalhadora, que uma ditadura democrática do proletariado foi implementada dentro de suas fronteiras, e que eles estão construindo o socialismo, com o objetivo de alcançar o comunismo algum dia.

No mapa a seguir, os Estados que se declaram socialistas hoje.



Figura 9.2: Estados socialistas hoje. Países unipartidários cujo partido segue oficialmente a doutrina marxista-leninista: República Popular da China (desde 1949), Partido Comunista Chinês; República de Cuba (desde 1961), Partido Comunista de Cuba; República Socialista do Vietnã (desde 1976), Partido Comunista do Vietnã; República Democrática Popular da Coreia; República Democrática Popular de Laos, Partido Popular Revolucionário do Laos.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ficheiro:Communist_States.svg&page=1

Seguindo a máxima de que o “que passou, passou”, os países socialistas estão com a prática bastante alterada, pois a população e a economia desfrutam de outras realidades de liberdade e escolha.

Assim, qual é o arranjo populacional nos países socialistas hoje? Vamos ver o que está acontecendo na China, na Coreia do Norte e em Cuba, principalmente.

a) República Popular da China

Dos três países principais, a China é o que mais se flexibilizou dentro do sistema comunista. Embora ainda utilize a censura e as restrições dos direitos de sua população e pregue a prática socialista, o país adotou elementos típicos de mercado. Justamente por abrigar a maior população mundial (mais de 1,3 bilhão de habitantes), a extensão de seu mercado consumidor funciona como atrativo para os países capitalistas. Tal prática permite que o país usufrua de elementos de crescimento.



Figura 9.3: Vista de Xangai, uma das maiores cidades chinesas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Shanghai_pudong_skyline.jpg

A partir de 1978, com a introdução de reformas na economia, a China transformou-se em uma das economias de maior crescimento no mundo, além de segundo maior exportador e terceiro maior importador de mercadorias do planeta. Sua industrialização reduziu a sua taxa de pobreza de 53% em 1981 para 13% em 2012.

Antes conhecido como um país socialista de mercado, no ano de 1997 abandonou essa política e adotou o capitalismo convencional. Isso acabou com o princípio da propriedade estatal e executou um programa maciço de privatização. Para validar sua condição de economia globalizada, em 2001 a China foi aceita na Organização Mundial do Comércio (OMC). Atualmente, 70% da economia da China é privada, e este número continua crescendo. E desde então, a China tem sido caracterizada como uma superpotência emergente por vários acadêmicos, analistas econômicos e militares.

Sua importância como grande potência pode ser verificada através de seu papel como segunda maior economia do mundo em poder de compra, bem como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU e de várias outras organizações multilaterais. Também é reconhecido como um Estado com armas nucleares, com o maior exército do mundo em número de tropas e o segundo maior orçamento de defesa.

Todas as mudanças socioeconômicas levaram a uma nova dinâmica política, o que limitou as opções dos governantes do país. Nos últimos anos, houve uma melhoria no padrão de vida dos chineses, embora seja um país com renda média para os padrões mundiais. A taxa de desemprego estava em torno de 6,5% em 2011.

Desde 1978, o rápido crescimento econômico conseguiu retirar milhões de pessoas da pobreza (o número de camponeses pobres caiu de 200 para 80 milhões). Se comparado com o número total de habitantes, apenas 13% da população vivem abaixo da linha de pobreza, contra 64% em 1978; além disso, 92,2% da população é alfabetizada. O desemprego nas cidades diminuiu para algo em torno de 10%. A expectativa de vida chinesa é a terceira maior do leste asiático, com 74,6 anos, atrás da Coreia do Sul com 77,3, e do Japão com 82,2. Já com relação à migração, está estimada em 16,5% (221 milhões), média superior a dos países de maior população no mundo. Isto é decorrente da concentração das atividades industriais na costa litorânea, pela facilidade na exportação.

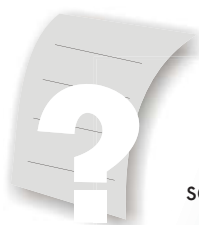
Mesmo com o progresso expressivo dos últimos anos, em longo prazo existem muitos obstáculos para o seu crescimento. O agravamento da distribuição de renda é apenas um dos fatores negativos para o desenvolvimento social, com um **coeficiente de Gini** em 41,1 e cada vez maior. Além disso, com a política do filho único (em vigor desde 1979) e o aumento da expectativa de vida, o país apresenta desequilíbrios no fluxo de caixa, sendo cada vez menor a relação entre trabalhadores contribuintes por aposentado. Cerca de 21% da população têm 14 anos ou menos de idade e 8% têm mais de 65 anos. Outro aspecto é a diferença de desenvolvimento econômico entre as áreas costeiras (urbanas), nordeste e leste da China e o seu interior, principalmente no sul e oeste, ainda predominantemente agrário e de baixa renda. Isso acontece porque com a liberação do mercado, os investidores preferem investir em áreas com melhor infraestrutura e trabalhadores mais qualificados.

Coeficiente de Gini

Medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, em 1912. É utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada para qualquer distribuição. O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

b) República Democrática Popular da Coreia

A República Democrática Popular da Coreia ou simplesmente Coreia do Norte, é o país que aplica o modelo mais radical sob o preceito de comunista. É um Estado unipartidário, governado pela “Frente Democrática de Reunificação da Pátria”. O governo do país se autodeclara como seguidor da *ideologia juche*, desenvolvida por Kim Il-sung, ex-líder do país. A Coreia do Norte é oficialmente uma república socialista, considerada por muitos no mundo todo como sendo uma ditadura totalitarista *stalinista*.



Ideologia Juche

Defende que o objetivo da revolução deve ser as massas e não qualquer poder externo, o que implica que a nação tenha confiança em si mesma como autarquia, ou seja, ela deve bastar-se

a si mesma. Do ponto de vista econômico, o *Juche* defende a autossuficiência industrial e de serviços, para preservar a dignidade e a soberania da nação. Além da economia, o *Juche* também tem sido promovido pelo governo norte-coreano na política e no sistema educacional desde que o conceito foi elaborado em 1955 por Kim Il-sung, líder da Coreia do Norte desde a fundação do país em 1948, até sua morte em 1994. Como líder da Coreia do Norte, partiu de uma ideologia marxista-leninista até formular a Ideia Juche baseada no culto à personalidade. Conhecido como Grande Líder, Kim Il-sung é oficialmente (segundo a Constituição do país) o Presidente Eterno da Coreia do Norte, sendo feriado no país as datas do seu nascimento e morte.

Stalinista

Relativo a stalinismo ou estalinismo. Designa o período em que o poder político na antiga União Soviética foi exercido por Josef Stalin. O termo “stalinismo”, na maioria das vezes, designa essencialmente o domínio absoluto de uma dada liderança, a qual dispõe de meios por intermédio dos quais estabelece como “verdade” a sua interpretação particular do marxismo, do qual se arvora a condição de único e legítimo intérprete.

É um país cuja população sofre restrições na vida cotidiana, determinadas por seu governante. O contato com o Ocidente ou o mundo capitalista é proibido pelo líder do país e toda informação que circula passa inicialmente pela censura do governo, que só

então libera o que for permitido para a população. O diferencial da Coreia do Norte em relação aos outros países que empregam a doutrina comunista é seu radicalismo.



Figura 9.4: Vista de Pyongyang, a capital e o maior centro comercial do país.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pyongyang_view-4.jpg

É o país mais fechado do mundo. Por isso, a dificuldade em se conseguir muitos dados sobre sua situação. O governo ditatorial divide a população em três: leais, neutros e reacionários ou hostis. As autoridades utilizam-se desta classificação para decidir quem pode cursar a universidade ou quanto alimento irá receber, por exemplo. Os norte-coreanos não podem ler jornais, revistas, ou livros estrangeiros, e jornalistas apenas podem entrar no país com a autorização do governo, uma tarefa praticamente impossível.

Além disso, o país possui armas nucleares, permitindo a continuação do extremismo do sistema, o que impede o relacionamento de outros países com a Coreia do Norte, pelo risco de um ataque. Sobre isso, no ano de 2009, com as sanções impostas pela ONU,

a Coreia do Norte declarou que iria avançar com seu programa de enriquecimento de urânio, reconhecendo, pela primeira vez, a existência do armamento nuclear.

Com mais de 24 milhões de habitantes, sua expectativa de vida gira em torno de 63 anos. Contudo, a taxa de mortalidade infantil é alta: 26% contra 1,9% da taxa de fecundidade. É um dos países mais homogêneos étnica e linguisticamente do mundo. Conta com um número irrelevante de imigrantes chineses, japoneses, vietnamitas e sul-coreanos, além de uma minoria de europeus expatriados. Além disso, sua taxa de alfabetização é uma das mais altas com 99% da população alfabetizada.



Figura 9.5: Uma jovem norte-coreana em uma escola de Mangyongdae. Na Coreia do Norte 99% da população é alfabetizada.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mangyondae_Schoolchildrens_Palace_in_Pyongyang_04.jpg

Com relação à economia, ela é industrializada e altamente centralizada e planejada pelo governo. Por conta de sua política de isolamento, seu comércio internacional é muito restrito, o que dificulta o crescimento econômico. Mesmo assim, seu PIB vem crescendo lentamente, porém constante (3,7% em 2008). Entretanto, sua localização estratégica no leste asiático ao lado de quatro grandes economias, aliada a mão de obra barata, jovem e qualificada trás esperança de crescimento.

Com a economia inteiramente nacionalizada, é o Estado quem fornece gratuitamente habitação, alimentação, saúde e educação. Por isso, mercados privados de pequena escala fornecem comida em troca de dinheiro, o que ajuda no controle da fome. No entanto, com uma média salarial de US\$ 47 mensal, a fome é um fenômeno grave no país. Estima-se que no fim da década de 1990, 3 milhões de pessoas tenham morrido de doenças relacionadas à fome, como diarreia, pneumonia e tuberculose. Por conta disso, desde essa década o país recebe ajuda programas internacionais humanitários para o combate a fome.

c) República de Cuba

É o único país nas Américas cuja doutrina é socialista, organizada segundo o modelo marxista-leninista. Possui mais de 11 milhões de pessoas, sendo a nação-ilha mais populosa do Caribe.



Figura 9.6: Havana, a capital e maior cidade do país.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Havana_-_Cuba_-_3917.jpg

Seus êxitos no campo social são expressivos. A taxa de alfabetização é de 99,8%; a de mortalidade infantil é de 4,3%; a expectativa de vida é de 77,8 anos; e o índice de desemprego é de

1,4%. Contudo, no campo político segue um sistema unipartidário, apontado como ditatorial, inclusive com repressão aos dissidentes, embora haja eleições no país.

Os resultados favoráveis nas áreas social e científica são acompanhados de insucessos no campo das liberdades individuais e no plano econômico com a falta da diversificação da agricultura (que segue dependente da exportação de açúcar e fumo) e o pouco estímulo à industrialização.

O desmantelamento da União Soviética, principal compradora, afetou ainda mais a situação econômica. Além disso, o embargo imposto pelos Estados Unidos impede que países e empresas estabeleçam negócios em Cuba. Nesse cenário, o governo, em um ato de flexibilização da economia, permitiu algumas atividades capitalistas, entre elas o turismo que, se por um lado gerou divisas para o país, por outro causou problemas como a AIDS e a alta na atividade de prostituição.



Figura 9.7: O bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos fez com que os veículos que chegaram antes da revolução cubana ainda estejam em uso, e são uma atração a parte em Cuba.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cuba_yank_tank.jpg

No campo das relações internacionais, o país mantém uma relação crescente com a República Popular da China e a Rússia, além de manter relações formais com 160 nações e fornecer os trabalhadores civis de assistência – principalmente médicos – para mais de 20 países.

No tocante à migração, esta desempenha papel importante no perfil da população. Quase 1% dos habitantes é de origem asiática (coreanos, chineses, filipinos e vietnamitas), descendentes de trabalhadores rurais que emigraram nos séculos XIX e XX. Já os afro-cubanos são descendentes de povos do Congo. Outros migrantes são norte-africanos refugiados. Estes fugiram do Saara Ocidental quando houve a ocupação marroquina na década de 1970. Contudo, mais de dois milhões de exilados cubanos fugiram para países estrangeiros.



Atende ao Objetivo 1

1. Em tempos de globalização econômica, a China chama a atenção do mundo em função do seu imenso mercado consumidor e de um sistema político-econômico peculiar. Que sistema é esse?

2. O que levou o governo cubano a permitir atividades tipicamente capitalistas?

3. O governo da Coreia do Norte autodeclara-se seguidor da *ideologia juche*. Explique essa ideologia.

Resposta Comentada

1. Enquanto em termos de política o sistema chinês permanece socialista, inflexível e fechado, economicamente o sistema tem práticas tipicamente capitalistas, é flexível e aberto.
2. Fim da ajuda econômica com o desmembramento da União Soviética, a falta de diversidade na atividade agrícola, o pouco estímulo a industrialização e o embargo econômico instaurado pelos Estados Unidos.
3. Baseada no culto à personalidade, a *ideologia juche* defende que a massa popular deva ser a responsável pela por toda e qualquer revolução. Para que isso aconteça, contudo, a nação tem que confiar em si mesma acima de qualquer coisa, isto é, o povo e o país devem ser independentes. Isso quer dizer que o *juche*, economicamente, prega a autossuficiência industrial e de serviços. Além disso, essa ideologia é também promovida pelo governo norte-coreano na política e no sistema educacional.

A interferência do sistema capitalista no arranjo a na mobilidade populacional

Denominado de *liberalismo* no início do século XIX pelos seus idealizadores John Locke e Adam Smith, e *capitalismo* no fim do século XIX pelos socialistas e anarquistas, é um sistema econômico onde os meios de produção e distribuição são, geralmente, de propriedade privada e com fins lucrativos.

No capitalismo, entende-se por propriedade privada o direito de controlar a propriedade, incluindo como é usada e quem a usa, seja para vender ou para alugar, e o direito à renda gerada

pela propriedade. O capitalismo também se refere ao processo de acumulação de capital. Neste sentido, existe certa harmonia de pensamento de que o capitalismo incentiva o crescimento econômico, ao mesmo tempo em que aprofunda diferenças significativas de renda e de riqueza.

O capitalismo predomina no mundo ocidental desde o fim do **feudalismo** quando, gradualmente, se espalhou pela Europa e, nos séculos XIX e XX se converteu no principal meio de industrialização na maior parte do mundo.

A Primeira Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, foi o grande impulsionador do capitalismo, pois iniciou um processo ininterrupto de produção coletiva em massa, geração de lucros e acúmulo de capital. Dessa maneira, a burguesia assumiu o controle econômico e político na Europa Ocidental. As sociedades foram superando os tradicionais critérios da aristocracia e acabando com o privilégio de nascimento. A força do capital se impôs e começaram a surgir as primeiras teorias econômicas. Tais teorias, conhecidas como *liberalismo econômico*, defendiam a livre iniciativa e a não interferência do Estado na economia.

Como o mercado consumidor não crescia no mesmo ritmo que a capacidade produtiva, os países industrializados lançaram-se à conquista de mercado externo. A repartição do continente africano e a divisão do mundo inteiro em esferas de influência dos diferentes países industrializados completaram o quadro da expansão do capitalismo, fase esta conhecida como *imperialismo*. Este é expresso pelo domínio econômico de uma nação sobre outra, na tentativa de manter o abastecimento de matérias primas e os mercados consumidores, tendo como consequências o militarismo, o nacionalismo, o racismo e a hierarquização das nações.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o sistema capitalista passou por muitas mudanças. Com as violentas crises econômicas mundiais ocorridas nos anos de 1929 e 1933, o Estado começou a interferir na economia, exercendo influência decisiva em todas as atividades econômicas. Dessa maneira, o Estado passou a controlar os

Feudalismo

Tem suas origens na decadência do Império Romano. Diz respeito ao modo de organização social e político baseado nas relações servo-contratuais (servis). Entre suas características estão: poder descentralizado, economia baseada na agricultura de subsistência, trabalho servil e economia amonetária e sem comércio, onde predominava a troca (escambo).

créditos, os preços, as exportações e importações, mas sempre levando em conta os interesses das grandes empresas capitalistas.

A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com as potências europeias enfraquecidas e em crise, os Estados Unidos surgiram como grandes investidores externos, graças ao acúmulo de capital e a seu crescente poder político-militar. O capitalismo entra em uma nova fase, *financeira* ou *monopolista*, com a expansão de grandes empresas (corporações multinacionais, hoje chamadas transnacionais), o incessante acúmulo de capitais em escala mundial, o monopólio e a internacionalização da produção, passando a ter como características marcantes a aplicação dos principais investimentos na indústria e nos recursos naturais; distribuição da produção e dos lucros; e nova divisão internacional do trabalho.

Como características gerais, o sistema capitalista apresenta, além das já citadas: a definição de preços feita pelo mercado, com base na lei da oferta e da procura, ou seja, é o mercado que orienta a economia; a livre concorrência, onde todos são igualmente livres para produzir, comprar, vender, etc.; a divisão da sociedade em duas classes sociais básicas: capitalistas (burguesia) e assalariados (proletariado), onde os capitalistas são os donos dos meios de produção e os assalariados possuem apenas a sua força de trabalho.

Com exceção dos países socialistas (lembre-se que a China possui economia capitalista), todos os outros operam dentro do sistema capitalista. No entanto, existem países mais ou menos desenvolvidos, industrializados e urbanizados. Os países com um alto grau de industrialização têm como principais características a estrutura industrial completa, ou seja, possuem em grande quantidade todos os tipos de indústria, tanto de bens de consumo como de bens de capital, além de uma tecnologia avançada; população urbana maior que a rural; agropecuária intensiva e moderna; países exportadores de produtos manufaturados e importadores de produtos primários; abrigam as sedes das empresas conhecidas como multinacionais e os grandes bancos internacionais; as sociedades são chamadas de *sociedade de consumo*.

No tocante as críticas, todas argumentam contra sua associação à desigual distribuição de renda e poder; ao **monopólio** ou **oligopólio** no mercado (e do governo pela oligarquia); ao imperialismo, a guerra contrarrevolucionária e várias formas de exploração econômica e cultural; a repressão dos trabalhadores e sindicalistas; e aos fenômenos como a alienação social, desigualdade econômica, desemprego e instabilidade econômica; e ao esgotamento dos recursos finitos do planeta.

A existência, em mais de cinco séculos, de uma economia mundial capitalista em processo de expansão ou de globalização foi um dos fatores determinantes do progresso econômico e social das economias dos países capitalistas centrais e atraso das economias periféricas ou semiperiféricas.

A figura a seguir mostra também que o processo de globalização ampliou o poder das grandes potências capitalistas e impôs reduzida capacidade de manobra na promoção do desenvolvimento socioeconômico em alguns países. Foi o processo de globalização associado a fatores internos às economias periféricas e semiperiféricas que moldou a evolução da economia brasileira nos cinco séculos de sua existência e condicionou, também, o desenvolvimento econômico e social de sistemas locais como o do estado do Rio de Janeiro.

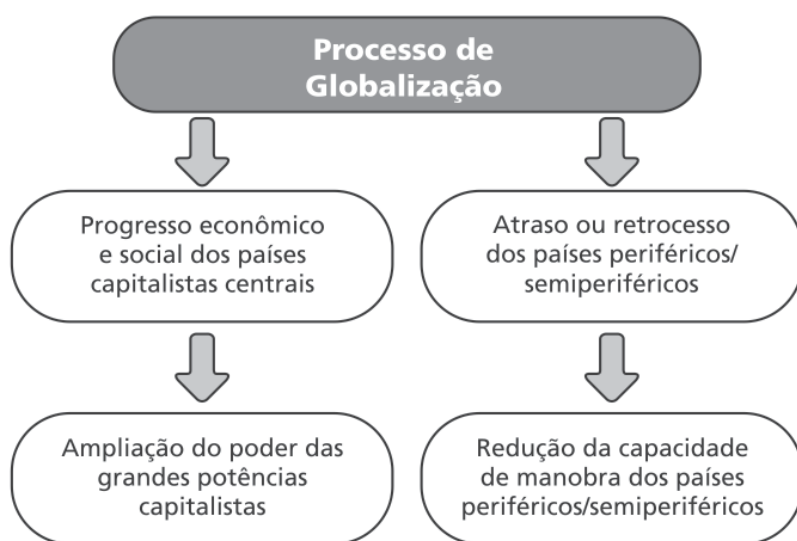


Figura 9.8: Impactos da globalização da economia mundial sobre os países capitalistas centrais, periféricos e semiperiféricos.

Monopólio

Se dá quando uma empresa detém o mercado de um determinado produto ou serviço, impondo preços aos que comercializam. Isto é comércio abusivo, permitindo que uma empresa torne-se a única possuidora de algum gênero de mercadorias ou serviços para, na falta de competidores, poder vendê-los por preço pré-fixados. Isso também pode acontecer por intermédio da fusão de duas ou mais empresas de produtos do mesmo gênero ou de gêneros diferentes que, no entanto, se completam.

Oligopólio

Se dá quando um grupo de empresas promove o domínio de determinada oferta de produtos e/ou serviços.

Como já mencionado, o capitalismo tem gerado desigualdades de toda ordem (econômicas, sociais, regionais e internacionais), ao longo de sua história. Essas disparidades, que existiam nas sociedades pré-capitalistas, assumiram grandes proporções com o predomínio do modo de produção capitalista no planeta. Assim, tem gerado, igualmente, desigualdades entre as localidades de uma mesma região ou país. Tais desigualdades se explicam pela tendência do capital em se concentrar em localidades que reúnam as melhores condições para maximizar seus lucros. Dessa maneira, as áreas que disponham de: melhores condições em termos de recursos humanos; recursos naturais; mercados; infraestrutura econômica e social; e redes de empresas que se articulem entre si para suprir e/ou requerer matérias primas ou insumos e produtos intermediários ou acabados são as mais credenciadas a fazerem parte do circuito de acumulação de capital.

Nestas circunstâncias, as disparidades econômicas existentes atualmente entre os países capitalistas desenvolvidos e os demais, são consequência de vários fatores. Entre eles destacam-se: o nível elevado de renda e riqueza resultante do processo de acumulação de capital realizado pelos países capitalistas desenvolvidos ao longo da história; a existência de modos de produção pré-capitalistas em alguns países semiperiféricos e periféricos; o atraso ou inviabilidade do processo de industrialização; a ação colonialista e imperialista implementada há muito tempo pelas grandes potências capitalistas, ao transformarem os recursos e mercados dos países semiperiféricos e periféricos em extensões de suas economias.

Outra característica do capitalismo é o avanço no setor tecnológico. As empresas estão se modernizando, em busca de melhorar sua produção e conquistar o mercado consumidor. Dessa forma, o trabalhador necessita se enquadrar dentro das novas funções. Para isso, é necessário que estejam, cada vez mais, com um alto nível de especialização profissional, pois o mercado de trabalho está mais seletivo.

Nos países desenvolvidos onde a qualidade de vida favorece uma melhor formação, a mão de obra qualificada é mais numerosa

e é onde as empresas de tecnologia mais sofisticada se instalam e pagam melhores salários. Já nos países subdesenvolvidos esse atrativo é menor. Somente as regiões onde a mão de obra se qualificou conseguem atrair as empresas modernas.

Essa modernização das indústrias preocupa os trabalhadores que veem, a cada dia, a redução de postos de trabalho. Parece haver um desencontro entre o crescimento econômico, a interdependência global e a oferta de empregos. A mecanização substitui o trabalho humano nas tarefas menos especializadas, repetitivas e mecânicas. Os principais prejudicados nisso tudo são os trabalhadores não especializados.

A redução dos postos de trabalho leva ao desemprego estrutural (eliminação de postos que jamais voltarão a existir). Em seu lugar são criados novos empregos no setor terciário. Os setores de informática, eletrônica, biotecnologia entre outros, são os que apresentam maiores oportunidades de trabalho, mas necessitam de mão de obra especializada, de trabalhadores que tenham amplo acesso ao conhecimento e à técnica.

Estamos na era da Revolução técnico-científica-informacional ou Revolução Informacional ou, ainda, Terceira Revolução Industrial. A era da informação diminuiu os limites entre as nações. Também originou ou trouxe à tona problemas comuns entre os povos. Muitos desses já foram mencionados, tais como: desigualdade, desemprego, fome, migração, entre outros.

Um dos efeitos do capitalismo foi a abolição de barreiras alfandegárias, o que proporcionou maior facilidade na circulação de bens e capitais. No entanto, no que se refere à circulação de pessoas, a maior parte dos países tem regras muito restritivas. Segundo dados do Banco Mundial, os países estão promovendo a integração dos mercados através da liberalização do comércio e dos investimentos. Contudo, o mesmo não aconteceu à liberalização das políticas migratórias. Quase todos os países desenvolvidos têm amplas barreiras legais à entrada de estrangeiros a procura de trabalho ou residência.

Entretanto e apesar dessas barreiras, o número de pessoas que vivem fora dos seus países de origem não para de aumentar. De 1990 a 2005 o número aumentou de 120 para 191 milhões. De acordo com dados da ONU, os migrantes representavam em 2005 2,9% da população mundial, o que faria destas pessoas o sexto país mais povoado do mundo. E quais as causas da migração? Depois da situação econômica, a guerra ou catástrofes ambientais, um dos fatores que mais contribui para a migração dos povos é a globalização, em virtude da comunicação global (que atenua, por exemplo, os efeitos do afastamento da família) e do menor custo dos transportes.

Se por um lado a globalização afasta as pessoas de suas origens, por outro contribui para a fixação de populações em seus países de origem. A internacionalização das empresas que constroem unidades de produção nos países onde os custos de mão de obra são menores e o desenvolvimento daí resultante, podem reduzir as tendências migratórias.

Apesar das restrições impostas à circulação transfronteiriça de pessoas, o fenômeno não para. O que favorece o tráfico de seres humanos e o problema social decorrente, qual seja: a imigração ilegal nos países de acolhimento, situação generalizada nos países desenvolvidos. Lidar com a migração legal e ilegal favorecida pelo capitalismo é, pois, uma das questões mais prementes com que os governos de todo o mundo têm de lidar.



Atende ao Objetivo 2

4. A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com as potências europeias enfraquecidas e em crise, os Estados Unidos surgiram como grandes investidores externos, graças ao acúmulo de capital e a seu crescente poder político-militar. O capitalismo

entra em uma nova fase, conhecida como *financeira* ou *monopolista*, com a expansão de grandes empresas, o incessante acúmulo de capitais em escala mundial, o monopólio e a internacionalização da produção, passando a ter como características marcantes a aplicação dos principais investimentos na indústria e nos recursos naturais; distribuição da produção e dos lucros; e nova divisão internacional do trabalho. Diante de tantas transformações promovidas pelo capitalismo, identifique quais os motivos que facilitaram a migração internacional?

Resposta Comentada

Em geral, as pessoas saem de seu país de origem em busca de melhores condições de vida. Porém, não se pode esquecer a migração causada pelas guerras civis e pelos desastres naturais. Além disso, o barateamento dos transportes e a expansão do crédito facilitam a decisão de migrar de um país para o outro. Também é importante destacar que a globalização, através da revolução informacional, abranda os efeitos negativos do afastamento familiar.

CONCLUSÃO

Por um lado, o capitalismo do século XX passou a manifestar crises que se repetem em intervalos. O período que as separam torna-se progressivamente mais curto. O desemprego, as crises nos balanços de pagamentos, a inflação, a instabilidade do sistema monetário internacional e o aumento da concorrência entre os grandes competidores caracterizam as chamadas crises cíclicas do sistema capitalista. Por outro, os países que ainda são socialistas enfrentam fortes repressões, governos ditatoriais e economia

estagnada – com exceção da China, cuja economia é capitalista. No fim, os dois sistemas apresentam problemas gigantes e pouca ou nenhuma solução no horizonte.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Explique como surgiu o sistema socialista e suas principais características.

2. Na atualidade, o processo de globalização tem provocado grandes mudanças, tanto nas esferas econômica, financeira e política quanto na vida social e cultural dos povos e das nações, em escala mundial. A esse respeito, julgue as opções em *certo* e *errado* e comente:

a) A maioria das instituições financeiras globais tem sua sede localizada nos países subdesenvolvidos.

b) O avanço das telecomunicações e da informática e o uso da internet são fundamentais para os fluxos financeiros mundiais.

c) O Estado intervém na economia por meio de investimentos no setor industrial, fortalecendo, assim, as empresas estatais.

d) As transformações políticas, econômicas, sociais e tecnológicas dão-se da mesma forma nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Resposta Comentada

1. Surgiu em fins do século XVIII na classe intelectual e nos movimentos políticos da classe trabalhadora que criticavam os efeitos da industrialização e da sociedade sobre a propriedade privada. Suas principais características são, em linhas gerais, a inexistência de propriedades privada ou particular dos meios de produção; controle da economia pelo Estado com o objetivo de promover uma distribuição justa da riqueza entre todas as pessoas da sociedade; trabalho pago segundo a qualidade e a quantidade do mesmo.

2.a) Falso – As sedes das instituições financeiras globais estão localizadas em países desenvolvidos, nos países em desenvolvimento há a presença de filiais de empresas transnacionais.

b) Verdadeiro – Pois o aparato tecnológico é de fundamental importância para os serviços de telecomunicação, transporte, investimentos, entre outros fatores essenciais para realização eficaz das atividades econômicas em escala planetária.

c) Falso – Na economia globalizada, o Estado, normalmente, não intervém no setor industrial, ocorrendo muitas vezes a privatização de empresas estatais.

d) Falso – Os países desenvolvidos são os principais beneficiados, isso em razão do desenvolvimento tecnológico desenvolvido por eles, restando aos países subdesenvolvidos a dependência tecnológica.

RESUMO

Na primeira parte desta aula, entendemos que o socialismo consistiu em uma proposta de uma nova forma de organização da sociedade, especialmente no tocante a economia. Seu objetivo era o fim das desigualdades socioeconômicas. No entanto, no campo da política mostrou-se repressor e ditatorial. Embora nunca tenha sido um sistema com amplo apoio dos Estados, hoje está presente, de modo efetivo, em apenas cinco países: China, Coreia do Norte, Cuba, Laos e Vietnã. Tais países vêm sofrendo uma profunda crise em suas economias planificadas, o que os obriga a passar por grandes transformações. A China com sua economia capitalista é um exemplo dessas mudanças.

Na segunda parte desta aula, compreendemos que a expansão do capitalismo, sistema socioeconômico que nasceu na Europa no fim do feudalismo, se difundiu por todo o planeta objetivando a criação de um mundo unificado. Trouxe grande progresso material para a humanidade e desenvolveu a tecnologia moderna, mas também gerou enormes desigualdades entre pessoas e entre países. A globalização, ou a tecnologia da informação, aproximou pessoas e nações em busca de uma hegemonia global. Contudo, é cada vez maior a exposição das diferenças socioeconômicas mundiais.

A seguir um quadro-resumo desta aula contendo as principais diferenças entre os sistemas socialista e capitalista.

Socialismo	Capitalismo
Investimentos feitos apenas pelo Estado.	Investimentos nos setores da economia feitos pelo Estado e também pela iniciativa privada.
Falta de liberdade econômica com grande intervenção do governo na economia.	Liberdade econômica (livre concorrência) com pouca intervenção do governo na economia.
A renda derivada da produção é socializada entre os trabalhadores.	Valorização e existência do lucro nos negócios, que ficam para o(s) proprietário(s).
Fábricas, fazendas, bancos controlados pelo governo.	Meios de produção (fábricas, fazendas) e bancos nas mãos de particulares (propriedade privada).
Preços controlados pelo governo.	Preços dos produtos são definidos pela lei da oferta e procura.
Salários controlados e definidos pelo governo.	Salários dos trabalhadores definidos pelo mercado.
Sistemas públicos de educação e saúde.	Sistemas público e privado de educação e saúde.
O governo garante o necessário para a sobrevivência das famílias. Baixo índice de pobreza.	Existência de pobreza e miséria em grande parte dos países.
Baixa desigualdade social.	Existência de desigualdades sociais, principalmente nos países em desenvolvimento.
Inexistência de classes sociais.	Existência de classes sociais, definidas, principalmente, pela condição econômica das pessoas.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula será destinada ao estudo da relação população e trabalho, e como a oferta de trabalho em uma economia é determinada por fatores demográficos, por um lado, e influenciada por fatores econômicos, sociais e culturais, por outro.

Aula 10

População e trabalho

*Ulisses Fernandes
Melissa Anjos*

Meta da aula

Apresentar a divisão internacional do trabalho como um caminho para a apreensão do mercado de trabalho no mundo atual.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a importância que a divisão internacional do trabalho exerce no sistema produtivo;
2. caracterizar o trabalho no mundo contemporâneo em suas diferentes manifestações.

INTRODUÇÃO

O trabalho sempre desempenhou um papel fundamental na vida do homem. É a partir dele que o homem se vê enquanto sujeito social. E, embora o trabalho não seja uma exclusividade humana, o homem é o único que o projeta em sua mente. Com isso, ele percebe sua capacidade de abstração e a sua possibilidade de dominar e transformar a natureza.

O sociólogo Ricardo Antunes evidencia a dupla transformação causada no homem e na natureza pelo trabalho. Se, por um lado, o homem atua sobre a natureza, desenvolvendo suas potências e subjugando-a, por outro, os objetos e as forças da natureza são transformadas em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas. E isso é responsável pela expansão humana por todo o globo, pois o homem conseguiu se adequar ao meio ambiente e adequá-lo a si. Assim, surge a velha ou a primeira divisão internacional do trabalho.

Antes da Revolução Industrial, trabalho, natureza e sociedade interagiam em uma relação de identidade. Com a emergência do modo de produção capitalista, estabeleceu-se a noção de valor entre o homem e a natureza, o que acabou por separá-los. As técnicas surgidas a partir da revolução impuseram uma busca desenfreada por mais lucros. Além disso, estabeleceram uma nova ordem quando separaram as formas de trabalho dentro da sociedade, fazendo surgir as figuras do trabalhador e das classes de trabalho. Estabeleceu-se, assim, a segunda divisão internacional do trabalho.

Com o desenvolvimento tecnológico, informacional e comunicacional, o eixo da economia mundial gradativamente muda da indústria para o setor de serviços. Agora, um produto precisa ser vendido antes mesmo de ser fabricado. Assim, esse novo mundo dominado pela comunicação e pela informação – também chamado de mundo do trabalho imaterial – acarreta a terceira fase da divisão internacional do trabalho.

Esta aula apresentará as divisões internacionais do trabalho e mostrará um panorama global da situação do trabalho hoje.

A importância da divisão internacional do trabalho (DIT)

Entende-se por divisão internacional do trabalho a distribuição das atividades econômicas ao redor do planeta. Essa divisão corresponde a uma especialização das atividades econômicas em caráter de produção, comercialização, exportação e importação entre os distintos países do mundo. Esse processo segue um contexto de desenvolvimento e capacidade tecnológica. Isto é, não existe um órgão ou país que determine essa divisão. Desta forma, os países que estão com um grau de desenvolvimento e capacidade tecnológica inferior aos outros, não estão nessa situação porque querem. Na verdade, foi a sua formação sócio-histórico-econômica que não os conduziu a isso.

Dito isto, é de conhecimento de todos que não existe neutralidade quando o assunto são as "forças" que comandam a economia mundial. Na verdade, essas "forças" são responsáveis pela desigual evolução sócio-histórica dos países. Neste contexto, com a consolidação do sistema capitalista desde a primeira Revolução Industrial, a relação entre indústria e mercado criou diferentes funções econômicas, gerando novas formas de divisão internacional do trabalho (DIT). Ou seja, a divisão internacional do trabalho é a consequência do processo de funcionamento do modo capitalista de produção, em vigor desde o século XVIII.

Nos dias atuais, vivemos a terceira fase da divisão internacional do trabalho. Isso significa que o mundo já passou por duas e cada uma é diferente da outra. Vejamos:

Primeira divisão internacional do trabalho (1ª DIT)

Também conhecida como capitalismo comercial. As regras das relações entre metrópole e colônia foram constituídas por meio do pacto colonial. De acordo com esse pacto, a colônia só podia manter relações comerciais com a sua metrópole, atribuindo, assim, um elo comercial exclusivo entre as colônias e as metrópoles (por exemplo, as relações entre o Brasil e Portugal).

Assim, até o século XVIII, o mundo dividia-se em: a) países que forneciam matérias-primas, também chamados de subdesenvolvidos; b) países que transformavam as matérias-primas em produtos industrializados, chamados de desenvolvidos. Estes últimos, os países transformadores, no decorrer do tempo, se tornariam os líderes do sistema capitalista.

Neste contexto, estabeleceu-se a primeira divisão internacional do trabalho, caracterizada pelo envio de matérias-primas das colônias para as metrópoles e de produtos manufaturados das metrópoles para as colônias.

Segunda divisão internacional do trabalho (2ª DIT)

Os séculos XVIII e XIX trouxeram, além da consolidação do sistema capitalista, uma transformação definitiva no processo produtivo, conhecida como Revolução Industrial. Desta maneira, quando as fábricas assumem o lugar da produção artesanal, a divisão do trabalho muda, pondo fim ao pacto colonial imposto na primeira fase.

Neste contexto, a segunda fase da divisão do trabalho, também conhecida como capitalismo industrial, foi marcada pela primeira e segunda Revoluções Industriais. Aliás, foi na transição da primeira para a segunda fase que o *fordismo* foi introduzido na indústria.

A segunda fase durou até a metade do século XX, quando vários dos países subdesenvolvidos começaram a ter ajuda financeira dos países desenvolvidos. Com isso, muitas empresas começaram a abrir filiais nesses países, transformando-os em exportadores de produtos industrializados. Isso alterou as relações comerciais que predominavam no mundo e, mais uma vez, modificou as relações de trabalho.



Fordismo: refere-se aos sistemas de gestão e de produção em massa e elaborados pelo empresário estadunidense Henry Ford (1863-1947), fundador da Ford Motor Company, em 1913. Tem como base a racionalização da produção capitalista calcada em inovações técnicas e organizacionais. Tal base visa, de um lado, a produção em massa e, de outro, o consumo em massa. Esse modelo revolucionou a indústria automobilística a partir de janeiro de 1914, quando Ford introduziu a primeira linha de montagem automatizada. Uma das principais características do fordismo foi o aperfeiçoamento da linha de montagem. Os veículos eram montados em esteiras rolantes, que se movimentavam enquanto o operário ficava praticamente parado. Cada operário realizava apenas uma operação simples ou uma pequena etapa da produção, dispensando a qualificação do trabalhador. Na década de 1970, após a crise do petróleo e a entrada de competidores japoneses no mercado automobilístico, o fordismo e a produção em massa entraram em colapso e começaram a ser substituídos pela produção enxuta, modelo de produção baseado no Sistema Toyota de Produção ou toyotismo.

Em 2007, a Toyota tornou-se a maior montadora de veículos do mundo e pôs um ponto final no fordismo.

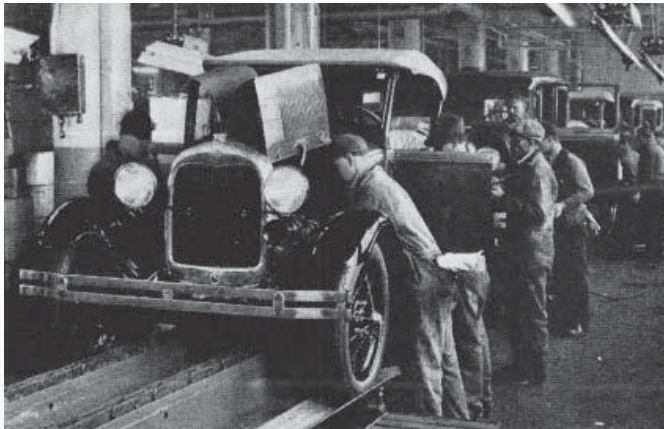


Figura 10.1: Produção em massa do modelo A, um dos modelos fabricados pela Ford no início do século XX.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ford_Motor_Company_assembly_line.jpg

Toyotismo: modo de organização da produção capitalista originário do Japão, criado por Taiichi Ohno. Surgiu nas fábricas da montadora de automóvel Toyota, após a Segunda Guerra Mundial. Tinha como elemento principal a flexibilização da produção. Ao contrário do modelo fordista, que produzia muito e estocava essa produção, no toyotismo só se produzia o necessário, reduzindo ao máximo os estoques. Essa flexibilização tinha como objetivo a produção de um bem exatamente no momento em que ele fosse demandado, no chamado *just in time*. Dessa forma, ao trabalhar com pequenos lotes, pretende-se que a qualidade dos produtos seja a máxima possível.

Terceira divisão internacional do trabalho (3ºDIT)

Na terceira fase, também denominada de capitalismo financeiro, várias teorias econômicas foram criadas. Entre elas, citam-se o liberalismo, o keynesianismo e o neoliberalismo.



Liberalismo: tem como fundamento a defesa da liberdade individual nos campos econômico, político, religioso e intelectual, da não agressão, do direito de propriedade privada e da supremacia do indivíduo contra as ingerências e atitudes coercitivas do poder estatal.

Keynesianismo: teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), Consiste em uma organização político-econômica, oposta às concepções neoliberalistas, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com o objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. A teoria atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida, como a criação do salário mínimo, do seguro-desemprego, a redução da jornada de trabalho (que então superava 12 horas diárias) e a assistência médica gratuita. O keynesianismo ficou conhecido também como “Estado de bem-estar social”.

Neoliberalismo: o termo refere-se a uma redefinição do liberalismo clássico, influenciado pelas teorias econômicas neoclássicas. A partir da década de 1960, passou a significar a doutrina econômica que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim em um grau mínimo (minarquia).

No pós-Segunda Guerra Mundial, a economia mundial se desenvolveu de maneira espetacular. As empresas dos países industrializados cresceram ainda mais e espalharam-se em um ritmo maior pelo mundo, globalizando a produção e o consumo. Tais empresas recebem o nome de transnacionais. Essas empresas mantiveram sua sede em seu país de origem e abriram filiais em países subdesenvolvidos, em busca de incentivos fiscais e mão de obra barata e abundante. Esses processos de reestruturação industrial e expansão das grandes empresas provocaram uma nova mudança na divisão internacional do trabalho. Tal mudança é complexa, pois envolve o fluxo de mercadorias e de capitais nas duas direções.

Com relação às empresas, a constante disputa por custos ainda mais baixos faz com que a corporação transnacional desloque sua capacidade produtiva para outras localidades sempre que houver uma maior oportunidade de lucro. O próprio ato da atração de empresas estimuladas pelos baixos custos impede que a diferença de renda que separa os países centrais dos periféricos seja reduzida. Assim, tais países, no intuito de oferecerem condições mais satisfatórias à atração das corporações transnacionais, aceitam o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho e a

desregulamentação dos mercados de trabalho. Como resultado, além de provocar a piora na distribuição da renda, não tem garantias de que não haverá um novo deslocamento do processo produtivo para outra localidade.

Além disso, essa reestruturação é um dos fatores que explicam a industrialização de alguns países subdesenvolvidos. Contudo, esse processo é desigual, uma vez que os tipos de indústria e tecnologia empregados não são os mesmos das matrizes.

O curso da terceira divisão internacional do trabalho é marcado por três variáveis:

- a) a revolução técnico-científico-informacional;
- b) o processo de globalização; e
- c) a regionalização.

A primeira diz respeito à evolução das forças produtivas, relacionada ao investimento crescente em pesquisa, desenvolvimento, planejamento, design e formação de mão de obra altamente qualificada. Isso gera um nível alto de desemprego, pois a automação dispensa o trabalho produtivo. Já o processo de globalização conecta todo o planeta, com a diluição das fronteiras para a circulação do capital especulativo. A regionalização, por sua vez, leva à formação de blocos econômicos de países e tende a gerar poderes supraestatais.





Figura 10.2: Esquema-resumo das três fases da divisão internacional do trabalho.

Fonte: ANJOS, Melissa.



Atende ao Objetivo 1

1. Marque verdadeiro (V) ou falso (F) e explique.

a. () O pioneirismo industrial influenciou apenas a 1ª DIT.

b. () As Revoluções Industriais são eventos marcantes das duas últimas etapas da DIT.

c. () O fordismo vem sendo cada vez mais substituído pelo sistema toyotista.

Resposta Comentada

a) Falso. A atividade industrial só tem início na segunda fase da divisão internacional do trabalho. Além disso, o pioneirismo industrial influencia os países até hoje, por meio de relações que beneficiam diretamente esse grupo de países mais desenvolvidos.

b) Verdadeiro. Na primeira etapa da DIT, denominada de capitalismo comercial, ainda não havia atividade industrial.

c) Verdadeiro. A rigidez fordista não atende às novas necessidades da sociedade atual. Essa sociedade pede a variedade, qualidade e inovação dos produtos. A flexibilidade toyotista consegue atender a tais necessidades.

O trabalho no mundo atual

Os dicionários definem o termo trabalho, entre outras possibilidades, como um conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim; atividade profissional regular, remunerada ou assalariada; e aquilo que é ou se tornou uma obrigação ou responsabilidade de alguém, dever, encargo.

Já as concepções mais simples do que seja o trabalho tem por padrão a sua naturalização, ou seja, elas o definem genericamente como gasto de energia ou como ação de transformação da natureza.

Tais concepções sugerem o entendimento de que, nas sociedades mais complexas, o trabalho se tornou apenas mais carregado de conteúdo tecnológico. Pode-se pensar, então, que para quem e para quem os homens trabalham – seja como empregados seja como patrões seja ainda como autônomos; seja em troca de algo específico ou de uma cota, parte da riqueza geral criada – tudo isso irá variar no tempo e no espaço.

Por outro lado, há quem defenda que o trabalho é um elemento que define o homem enquanto ser, uma vez que ele gera as condições reais de sua possibilidade de existência. Ou ainda, que o trabalho se insere em uma relação de mediação entre o sujeito e o que lhe faz falta. O valor dessa definição está, justamente, nela não se esgotar dentro da naturalidade do ser, pois as necessidades humanas mudam ao longo da História, tanto quanto mudam as maneiras de essas necessidades serem satisfeitas.

O exemplo mais contundente de que o conceito de trabalho é histórico – ou seja, que ele é ressignificado de acordo com o período histórico – é o fato dos modos de produção serem diferentes de época para época. Desta maneira, dizer que hoje o trabalho é assalariado é dizer o principal do trabalho em certo tempo e lugar – ou seja, agora. É dizer que apenas nas sociedades mercantis desenvolvidas se transformam não apenas os produtos do trabalho em mercadorias, mas também o próprio trabalho.

Essa ressignificação desencadeada nos últimos tempos tem provocado mudanças significativas na base territorial do capital e do trabalho. Os resultados disso têm sido negativos quando se percebe o efeito do desemprego, da migração de trabalhadores, do êxodo rural, da subcontratação e terceirização, da desregulamentação das leis trabalhistas em nome da "geração de empregos", bem como do aumento do trabalho precário, informal e sem carteira. Assim, o que impressiona, de fato, são as muitas variações dessa ressignificação: vai desde o trabalho formal até o trabalho informal e o imaterial.

O trabalho formal

É considerada trabalho formal toda forma de trabalho que possui os benefícios estabelecidos pelo governo, seja com a carteira de trabalho assinada pelo empregador de acordo com a legislação trabalhista vigente, seja através da estabilidade do emprego público.



Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

É um documento obrigatório para prestadores de alguns tipos de serviço profissional no Brasil. A carteira de trabalho é um dos únicos documentos a reproduzir, esclarecer e comprovar dados sobre a vida funcional do trabalhador. Foi instituída pelo decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, e posteriormente regulamentada pelo decreto 22.035, de 29 de outubro de 1932. O documento garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como o seguro-desemprego, benefícios previdenciários, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS). Getúlio Vargas, em seu primeiro governo presidencial (1930-1945), tornou a carteira de trabalho obrigatória para fins de consolidação dos direitos trabalhistas. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e suas respectivas representações nos estados são os responsáveis pela sua emissão.

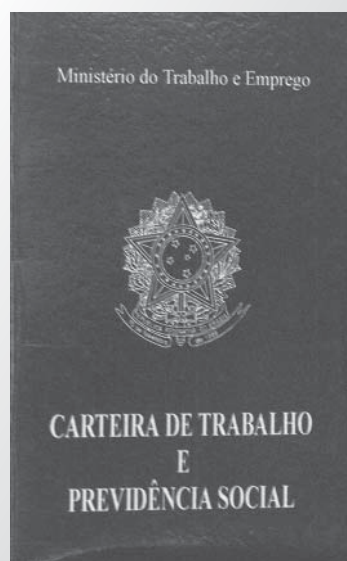
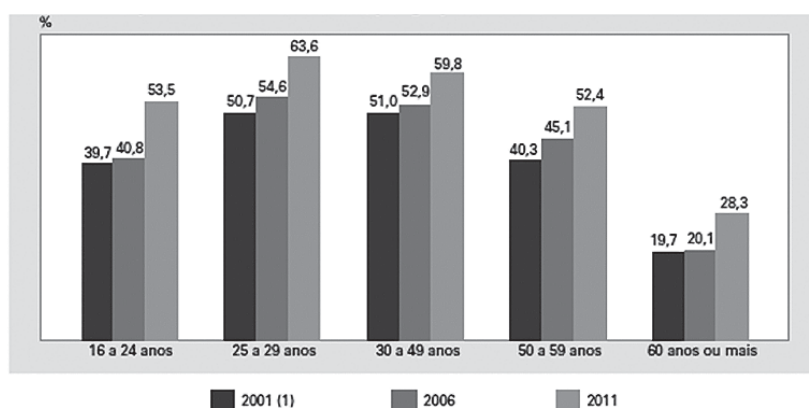


Figura 10.3: Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Carteiradetrabalho.jpg>

Vamos trazer à realidade brasileira. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir de pesquisa realizada sobre os indicadores trabalho remunerado e não remunerado das pessoas acima de 16 anos, aponta para uma significativa expansão do mercado de trabalho formal. Tal expansão é beneficiada, entre outras razões, pelos sucessivos períodos de crescimento econômico na década de 2000.

De acordo com dados do Ministério de Trabalho e Emprego, no ano de 2011 foram gerados 1,94 milhão de empregos com carteira de trabalho assinada. De 2001 a 2011, a proporção de pessoas acima de 16 anos ocupadas em trabalhos formais registrou um aumento de 10,7%. Esse aumento se concentrou na segunda metade do período considerado (2006 a 2011) com 8,6%.



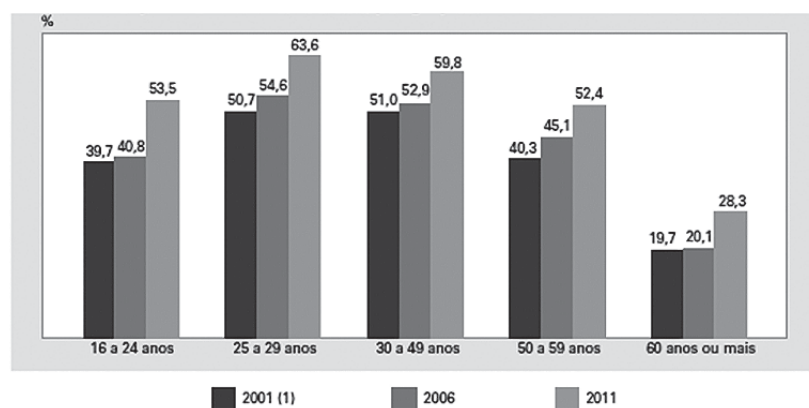
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Figura 10.4: Percentual de pessoas acima de 16 anos de idade ocupadas em trabalho formal, segundo as grandes regiões – 2001/2011.

Outro dado interessante é a faixa etária da população empregada. Ela se concentra na faixa que vai dos 16 até os 49 anos.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Figura 10.5: Percentual de pessoas acima de 16 anos de idade ocupadas em trabalho formal, por grupos de idade – Brasil – 2001/2011.

O trabalho informal

Essa expressão foi criada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972. É considerado trabalho informal todo e qualquer trabalho sem vínculos empregatícios ou benefícios sociais fornecidos por um empregador público ou privado.

Esse tipo de trabalho teve grande crescimento na década de 1990, quando a competitividade fez com que as empresas optassem pela mão de obra qualificada. Junto a isso, a forte crise econômica daquela década fez com que as empresas tivessem de diminuir seu quadro de funcionários e baixar o valor de suas mercadorias.

No Brasil, o que impulsiona o crescimento do trabalho informal é o excesso de tributos incidentes sobre o emprego. A sobretaxa do mercado de trabalho formal leva não só à terceirização como também ao desemprego. Como resultado, temos uma massa de pessoas que entram para o mercado informal e/ou clandestino para sobreviver. O mais popular é o trabalhador de rua, também denominado camelô ou ambulante.

Tal categoria, muitas vezes, é combatida pelas autoridades governamentais e, frequentemente, em conflito aberto. Segundo as autoridades, os integrantes dessa categoria:

- a) por vezes, comercializam produtos contrabandeados e de qualidade duvidosa, ou então produtos falsificados (piratas), copiando marcas e mídias com direitos de autor, e em alguns casos vendem até mesmo produtos roubados;
- b) atrapalham a passagem e ocupam as calçadas, fazendo mau uso do espaço público;
- c) ao contrário dos comerciantes legalizados, não pagam impostos (crimes de sonegação de impostos e concorrência desleal);
- d) em alguns casos, utilizam água e luz da rede pública para iluminação da sua banca ou para a produção de alimentos;
- e) ao venderem alimentos sem procedência comprovada, atentam contra a saúde pública, ou ainda quando vendem produtos para uso corporal falsificados, podem causar danos físicos ao consumidor.

Além disso, também são considerados um reflexo de eventuais crescimentos do desemprego, embora seu modo de vida não seja considerado desemprego, e sim subemprego.



Figura 10.6: Banca de camelô em Porto Alegre (RS).

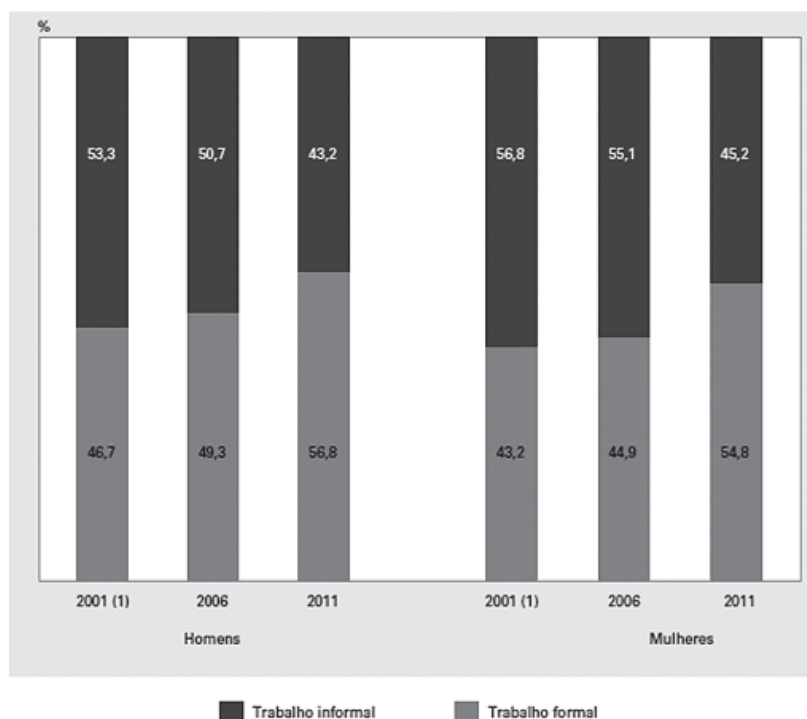
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Banca-de-camel%C3%B4.jpg>



Figura 10.7: Camelôs atrapalhando a circulação de pedestres e veículos no Rio de Janeiro.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RuaDoOuvidor.JPG>

O Brasil, segundo o IBGE, continua registrando um contingente expressivo de sua mão de obra em trabalhos informais: 44,2 milhões de pessoas. As regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores taxas de formalidade e as taxas de informalidade das mulheres nessas regiões foram as mais elevadas do país. O gráfico a seguir apresenta dados gerais do país entre os anos de 2001 e 2011.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

Nota: Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho – OIT (PERFIL..., 2009).

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Figura 10.8: Distribuição percentual de pessoas acima de 16 anos de idade ocupadas em trabalho formal e informal, segundo o sexo – Brasil – 2001/2011.

O trabalho autônomo

É a pessoa física que exerce atividade econômica, ou presta serviços a outrem, com ou sem fins lucrativos por sua conta. Também é o prestador de serviços sem vínculo empregatício. Tais trabalhadores não são subordinados, não têm patrão, não possuem horário fixo de

trabalho, não têm direito a verbas trabalhistas e nem recebem salário, mas sim uma remuneração prevista em contrato. Não se exige como requisito do trabalhador autônomo o diploma de curso superior. Citam-se como exemplos de trabalhadores autônomos representantes comerciais, profissionais da construção civil, faxineiras etc.

A diferença entre o trabalhador autônomo e o empregado formal é que, no caso do autônomo, os lucros e prejuízos são próprios; já no caso do empregado, os riscos da atividade são de responsabilidade do empregador. Vale destacar, o trabalhador autônomo não se confunde com o profissional liberal, ou seja, nem todo trabalhador autônomo é profissional liberal e nem todo profissional liberal é trabalhador autônomo. O profissional liberal exerce sua atividade com autonomia e independência do ponto de vista técnico-científico, possuindo título de habilitação expedido legalmente.

Na origem, os profissionais liberais eram trabalhadores autônomos. Os serviços prestados por advogados, médicos etc. não podiam ser objeto de contrato de trabalho, e esses profissionais recebiam honorários como contraprestação dos seus serviços. Atualmente, porém, muitos profissionais liberais exercem sua atividade sob vínculo de emprego e são protegidos pela legislação trabalhista. Mas a relação de emprego não desqualifica a condição de profissional liberal. O que diferencia o profissional liberal dos demais empregados é a independência técnica na prestação dos serviços.

Existem basicamente duas espécies de trabalhadores autônomos:

a) prestadores de serviços de profissões não regulamentadas, tais como encanadores, pintores, faxineiros, pedreiros e assemelhados;

b) prestadores de serviços de profissões regulamentadas, como, por exemplo, advogados, médicos, contabilistas, engenheiros, nutricionistas, psicólogos, e outros registrados nos seus respectivos conselhos regionais de fiscalização profissional.

O trabalho imaterial

O trabalho e a produção, no mundo atual, estão sendo transformados pela emergência do trabalho imaterial. Por trabalho imaterial entende-se o trabalho que produz produtos imateriais, como a informação, o conhecimento, as ideias, as imagens etc. Isto, contudo, não significa o fim da classe operária, dos trabalhadores rurais, da classe informal e de todas as outras classes trabalhistas. Não quer dizer sequer que tenha diminuído em nível global a quantidade desses trabalhadores. Em verdade, os trabalhadores envolvidos na produção imaterial constituem minoria em nível planetário.

Algumas das características do trabalho imaterial, que tendem a transformar outras formas de trabalho, apresentam um potencial para a transformação social positiva. Primeiramente, o trabalho imaterial tende a sair do terreno estritamente econômico para envolver-se na produção e na reprodução geral da sociedade como um todo. A produção de ideias e conhecimentos, por exemplo, tende a produzir relações sociais. Em segundo lugar, o trabalho imaterial tende a assumir a forma social de redes baseadas na comunicação, na colaboração e nas relações afetivas, uma vez que sua concepção sugere trabalho em grupo.

Assim, o trabalho imaterial se refere a qualificações subjetivas que passam a ter um papel central no processo de valorização das mercadorias. Uma mercadoria, cuja produção resulta de trabalho imaterial, pode ser quanto a sua forma física, material ou imaterial; mas a questão principal está nos saberes mobilizados para a sua produção. Saberes esses que incluem a criatividade, a imaginação e a espontaneidade. Resumindo, o trabalho imaterial se define pelo tipo de ação humana nele envolvido, e não pelas propriedades sensíveis das mercadorias.

Em resumo, para facilitar o entendimento: um par de tênis muito caro de uma marca famosa é expressão de um valor cuja determinação não está em suas propriedades físicas ou mesmo no tempo de trabalho despendido para sua produção. Na verdade, o

valor dos tênis está diretamente ligado às atividades de criação, de design, de publicidade e de marketing. Ou seja, o valor dos tênis está ligado aos seus atributos simbólicos, que revelam a participação de uma subjetividade, de trabalho imaterial, que se torna elemento central de valorização.



Atende ao Objetivo 2

2. Diferencie trabalho informal de trabalho autônomo.

Resposta Comentada

Você deve perceber que a semelhança entre as duas categorias termina na inexistência de vínculo empregatício. Contudo, no trabalho informal, muitas vezes, essa falta de vínculo não é proposital. As pessoas que recorrem ao trabalho informal não conseguiram uma oportunidade de trabalho no mercado formal. O trabalhador autônomo, por sua vez, ou opta por realizar esse trabalho ou, por dificuldades no mercado formal, escolhe utilizar seus conhecimentos dessa maneira. A falta de vínculos o deixa livre para fazer o trabalho que quiser e, até mesmo, mais de um ao mesmo tempo. Por exemplo, a faxineira. A pessoa que está nesse ramo trabalha em duas, três, ou até mais casas por semana, recebendo o pagamento por dia de trabalho.

CONCLUSÃO

Estejam densamente distribuídos ou não, reunidos em cidades ou espalhados pela zona rural; sejam fecundos ou estéreis; assentados em algum lugar ou nômades; todos os seres humanos precisam, para viver, ter uma ocupação produtiva. Seja qual for o tipo de trabalho em que o homem empregue sua energia – formal, informal, autônomo, liberal, imaterial; indústria, comércio, agricultura, serviços etc. –, o que importa é que, no fim do dia ou do mês, ele consiga satisfazer as suas necessidades mais prementes, sejam elas uma extravagância qualquer ou a garantia de um teto sobre sua cabeça e alimento em sua mesa. Porque alguém já disse que o trabalho dignifica o homem... Mas também o sustenta.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Relacione a terceira fase da divisão internacional do trabalho com o trabalho imaterial.

Resposta Comentada

Das três variáveis que marcam o curso da terceira divisão internacional do trabalho, duas se relacionam com o trabalho imaterial. São elas: a revolução técnico-científico-informacional e o processo de globalização. Na verdade, elas se completam. De um lado, a revolução técnico-científico-informacional diz respeito à evolução das forças produtivas relacionada ao investimento crescente em pesquisa, desenvolvimento, planejamento, design e formação de mão de obra altamente qualificada. Na outra ponta, o processo de globalização conecta todo o planeta, democratiza o acesso à informação e dilui as fronteiras para a circulação de capital, bens, serviços, pessoas e ideias. Neste sentido, a relação reside no fato de o trabalho imaterial produzir informação, conhecimento, ideias, imagens, enfim, redes sociais baseadas na colaboração, nas relações estabelecidas e na comunicação, levada a cabo pela globalização.

RESUMO

A primeira parte desta aula foi dedicada ao entendimento da divisão internacional do trabalho (DIT). Isso porque é necessário que se entendam as origens e o porquê da DIT para se compreender o trabalho no mundo contemporâneo. A DIT é uma divisão produtiva e do mercado de trabalho em nível mundial, correspondendo a uma particularização das atividades econômicas em caráter de produção, comercialização, exportação e importação entre os distintos países do mundo. Ela não é controlada por nenhum país ou mesmo por nenhum órgão institucional.

A DIT direciona uma especialização produtiva global, já que cada país fica designado a produzir um determinado produto ou partes deste, dependendo dos incentivos oferecidos em cada país. Esse processo se expandiu na mesma proporção que o capitalismo, provocando as desigualdades inerentes a esse sistema econômico. Enquanto os países emergentes ou em desenvolvimento adquirem

tecnologias a preços altos, os produtos por estes exportados não atingem preços satisfatórios, o que favorece os países centrais ou desenvolvidos.

A segunda parte desta aula foi destinada à compreensão do mercado de trabalho no mundo atual. O desenvolvimento tecnológico está constantemente reorganizando as relações de trabalho, exigindo uma preparação específica para uso e inserção em sistemas de informação. A discussão é pertinente, uma vez que estamos em um contexto de crise internacional, com regimes de trabalho mais flexíveis, redução da proteção ao trabalhador e elevadas taxas de desemprego.

Essa mudança da estrutura produtiva trazida pelo desenvolvimento tecnológico e pelo avanço da automação, da robótica e das telecomunicações contribuíram para a desproletarização do trabalho fabril e fizeram surgir uma nova categoria: trabalho imaterial. A reestruturação produtiva gera, ainda, uma abrupta mudança de paradigma, percebendo-se uma alteração do mundo do trabalho nos trabalhos parciais, temporários, em subcontratações e terceirizações que, de modo geral, expressam a realidade de precarização trabalhista.

Tais modificações no mercado de trabalho, por sua vez, são evidenciadas principalmente pelo crescimento do setor de serviços e pelo alargamento do trabalho informal, do trabalho autônomo, das subcontratações, dos empregos temporários etc. Além disso, tem a perda de qualidade nos postos de trabalho, como a baixa remuneração, a ausência de direitos trabalhistas e previdenciários, a pouca representação sindical ou política, entre outros.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula será destinada ao estudo da relação entre população e cultura, e abordará de que maneira questões como racismo, gênero e feminismo afetam e/ou ajudam na compreensão dessa relação.

Aula 11

População e cultura

Ulisses Fernandes

Melissa Anjos

Meta da aula

Apresentar a influência exercida pela cultura na construção de uma sociedade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer a extensão e o alcance da cultura no seio de uma comunidade;
2. identificar a importância dos movimentos sociais na luta por uma sociedade justa e igualitária.

INTRODUÇÃO

O antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, considerado o pai do conceito moderno de cultura, definiu cultura como sendo um conjunto que abarca todo e qualquer tipo de conhecimento, as crenças, a lei, os costumes, a arte, a moral e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade. Já o antropólogo brasileiro Roque Laraia definiu cultura como padrões de comportamento socialmente transmitidos que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos. A vida das comunidades inclui tecnologias e modos de organização econômica, padrões de estabelecimento, de agrupamento social e organização política, crenças e práticas religiosas, e assim por diante. Os dois antropólogos entendem cultura da mesma maneira, basicamente.

O geógrafo francês Paul Claval entende cultura como um conjunto de práticas, atitudes, crenças e conhecimentos que não são inatos; ao contrário, são adquiridos ao longo do tempo. Por isso, o processo de transmissão, de ensino, de aprendizagem e de comunicação são tão importantes na geografia cultural. Paul Claval sustenta que a natureza e o conteúdo da cultura de cada indivíduo/sociedade refletem suas interações, seja com o espaço, seja com outros indivíduos.

Assim, o desenvolvimento das sociedades, culturas e o mútuo intercâmbio das mais diversas formas que possa existir entre elas, o desenvolvimento tecnológico, social e econômico resultantes desta adaptação são importantes objetos de estudo. A sociedade contemporânea trouxe a diluição das fronteiras, a revolução informacional, as identidades compartilhadas, o desenvolvimento de redes nas mais diversas instâncias, o surgimento dos movimentos sociais, afora o aumento desordenado das migrações. Tais migrações colaboram para a inter e a multiculturalidade observada em diferentes aspectos, tais como a miscigenação, a culinária, a arquitetura, etc.

Dito isso, esta aula apresentará alguns aspectos culturais importantes para os estudos da população.

A influência da cultura na sociedade

O espaço jamais aparece como um suporte neutro na vida dos indivíduos e dos grupos. Ele resulta da ação humana que muda e transforma constantemente a realidade natural e cria e recria paisagens culturais.



Paisagens culturais representam as obras conjugadas do homem e da natureza. Ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, internas e externas a uma sociedade.



Figura 11.1: Paisagem cultural: casario de Sintra (Portugal) que, desde 1995, é patrimônio da humanidade.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/da/Nt-sintra1.jpg>

Dessa maneira, os lugares e as paisagens fazem parte da memória coletiva. A lembrança de algum acontecimento do passado fortalece o valor sentimental não só de lugares, mas também de

objetos, elementos, **arquétipos**, etc. Nesse sentido, mitos religiosos e/ou políticos podem mudar a natureza de determinadas parcelas do espaço: existem fontes, florestas, árvores e serras que adquirem um valor sagrado para determinadas populações.

Ainda dentro da ideia de memórias coletivas, é interessante destacar que as identidades individuais e coletivas são fortemente ligadas ao desenvolvimento da consciência territorial. Quando um grupo migra de um lugar para outro, leva consigo uma carga identitária que o faz ser quem é. No novo lugar, esse grupo reproduz suas características como maneira de se manter atado à sua origem. É dessa forma que surgem as ruas, vilas e bairros nacionalizados, tais como o bairro chinês, o italiano, o espanhol, etc., que refletem arquitetura e decoração típicas. A culinária também é uma forma de manter próximo o país de origem. No novo lugar, as receitas tradicionais são adaptadas aos ingredientes locais, porém permanecem como um elemento identitário coletivo.

A arquitetura é outro forte indicador identitário, facilmente encontrado ao longo de nossos caminhos, uma vez que está visualmente marcado nas paisagens que se descortinam à frente de todos. Também faz parte desse indicador a dança.

No tocante à arquitetura, por exemplo, o município de Campos do Jordão, no interior do estado de São Paulo, é chamado de “Suíça brasileira”. Tal denominação surge como estratégia de *marketing*, pela sua arquitetura baseada em construções europeias – com o famoso telhado de duas águas – e pelo seu clima mais frio que o da média brasileira. Por isso, a cidade recebe maior quantidade de turistas durante a estação do inverno, especialmente no mês de julho.

Por *telhado de duas águas* entende-se um estilo de telhado cuja característica principal consiste na sua forma de “V” invertido, possuindo, assim, caimento da água para dois lados diferentes. Todo o município de Campos do Jordão possui essa arquitetura.

Arquétipo

Primeiro modelo ou imagem de alguma coisa que possa ser reproduzida.



Figura 11.2: Pórtico do município de Campos do Jordão (SP).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Campos_do_Jord%C3%A3o_-_Portal.jpg



Figura 11.3: Vista aérea de parte do município de Campos do Jordão e o famoso telhado de duas águas.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Campos_do_Jord%C3%A3o.jpg

Outro exemplo significativo refere-se à reprodução da arquitetura chinesa nos lugares onde há comunidade de migrantes. Tais comunidades – verdadeiros bairros – são popularmente conhecidos como *Chinatown* e existem nos mais diversos países. O elemento comum em todos eles é justamente a reprodução arquitetônica e decorativa, mesmo que, por vezes, sejam necessárias adaptações ao novo lugar. A arquitetura chinesa enfatiza o impacto visual da largura dos prédios. Outra característica marcante é a utilização das noções de *feng shui* e conceitos míticos do taoísmo, que costumam estar presentes na construção e decoração, desde residências comuns até estruturas religiosas e imperiais.



Figura 11.4: Chinatown de Los Angeles (EUA).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Chinatown-la-overview2.jpg>



Figura 11.5: Portão de entrada do bairro chinês em Montreal (Canadá).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:QuartierChinoisMontreal.JPG>

A culinária também sofre as influências dos migrantes, que adaptam as receitas por causa das características do novo lugar. Isso gera pratos ricos em sabor e em cultura, sendo uma via de mão dupla: se, por um lado, favorece a permanência identitária do migrante, por outro, ela interfere na cultura do lugar, ao ser absorvida e transformada.

Cada novo contingente migratório traz consigo um pedaço de seu país de origem. Assim, de Portugal vem o gosto pelo azeite de oliva, pelo vinho do Porto, pelo bacalhau, pelo pastel de Belém. Da Itália, todos os tipos de massa, queijo e vinho. Do mundo árabe, o iogurte, as especiarias, o trigo, o chá. E, assim, cada povo contribui com suas especialidades.



Figura 11.6: Bolinhos de bacalhau.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bunyols_de_bacalla.jpg



Figura 11.7: Autêntica pizza napolitana.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Eq_it-na_pizza-margherita_sep2005_sml.jpg

Quanto à dança, que, ao lado do teatro e da música, são as principais artes cênicas da Antiguidade, também é um elemento cultural identitário dos povos migrantes. Ao se fixarem no novo lugar, esse povo tende, a intervalos regulares, a realizar suas manifestações típicas. Ao lado disso, muitas comunidades migrantes constroem centros culturais para realizarem tais atividades. Assim, da imigração alemã vem a valsa e a polca. Da imigração espanhola, vem o flamenco, o bolero e o *paso doble*. Da África, vem o samba e a capoeira. Da Argentina, o tango. Esses são apenas alguns exemplos da rica cultura mundial que está presente em (quase) todos os países.



Figura 11.8: Tango argentino.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Camanita_Tango_06_\(3395529946\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Camanita_Tango_06_(3395529946).jpg)



Figura 11.9: Valsa alemã.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tanzturnier_59.JPG



Atende ao Objetivo 1

1. Qual é a importância da arquitetura na cultura de um povo?

Resposta Comentada

Você deve ser capaz de perceber que a arquitetura é muito mais do que a construção de casas e prédios. Ela traz consigo uma carga identitária que ajuda a comunidade migrante na adaptação ao novo lugar, bem como a rememorar o lugar de origem. Ela colabora na ambientação, na fixação e na união da comunidade.

Os movimentos sociais

A origem de todo e qualquer movimento social está associada ao contexto histórico-social do período em que surge. Ele nasce, assim, das lutas de classes e de gêneros como uma possibilidade de mudar o sistema vigente, seja por meio de revoluções, ações educativas ou poder governamental, em busca de direitos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Em um sentido mais amplo, um movimento social gira em torno da comunhão identitária e/ou da identificação de grupos com as ideias defendidas pelo movimento em questão. Assim, para se definir como movimento social, um grupo deve ter, necessariamente, três dimensões definidoras: identidade, adversário e projeto. Como exemplo, temos o Movimento LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes), que congrega diferentes grupos com uma identidade, antagonistas e ideias semelhantes.

A sociedade é fruto de interesses, valores e práticas constituídas em vários níveis de representação cuja meta é a cidadania em sua plenitude. Para alcançar essa meta, cada setor da sociedade organiza suas ações para conseguir a implantação de políticas públicas que os favoreçam. Dentro dessas ações, constam manifestações simbólicas, passeatas, protestos sociais e, até mesmo, pressões políticas.

Quando se pensa em movimento social, é comum a associação com o conceito de rede, que pode ser entendido como um conjunto de entidades (objetos, pessoas, etc.) interligadas umas às outras, permitindo a circulação de elementos materiais ou imateriais entre cada uma delas, de acordo com regras bem definidas. Como exemplo, temos a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), criada no ano de 1996.

Tal Coordenação associa movimentos locais de **mocambos**, quilombos e comunidades negras rurais, que possuem uma mesma

Mocambo

Moradias construídas artesanalmente, de frágil constituição. No Brasil, apresenta diferenças regionais, conforme o material empregado na construção: folha de buriti, palha de coqueiro, palha de cana, capim, sapé, lata velha, pedaços de flandres ou de madeira, cipó ou prego.

herança cultural e social, e ONGs e associações que se identificam com a causa. A Conaq apresenta, dessa maneira, as três dimensões que definem um movimento social, quais sejam: (1) *identidade*: unem-se pela força de uma identidade étnica (negra) e de classe (camponeses pobres); (2) *adversário*: combater o legado colonialista, o racismo e a expropriação; (3) *projeto*: luta pela manutenção de um território que vive sob constante ameaça de invasão, ou seja, pelo direito à terra comunitária herdada. Na luta pela terra, o Movimento Nacional pela Reforma Agrária se junta ao Conaq, porém mantém sua especificidade, isto é, a legalização da posse das terras coletivas.

Como exemplos dos diversos movimentos sociais, encontram-se as Organizações Não Governamentais (ONGs), os movimentos comunitários, os movimentos socioculturais e as associações civis. Dentre tais organizações, citam-se o movimento dos sem-terra; as associações de bairro; o movimento negro; o movimento feminista; o movimento indígena; o movimento gay; a associação dos catadores de lixo, etc. Tais organizações, que se originam localmente, têm buscado organizar-se em nível nacional como estratégia para multiplicar sua força e seu poder de barganha.

Outro resultado positivo dessa fusão é a produção da visibilidade na mídia e os efeitos simbólicos conquistados através da exposição. Citam-se, entre outros, alguns exemplos ilustrativos:

- a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília (maio de 2005), foi organizada por articulações de base, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Grito dos Excluídos e o próprio Movimento dos Sem-Terra, além de outras, transnacionais, como a Via Campesina;
- a Parada do Orgulho Gay, que desde seu início, no ano de 1995 no Rio de Janeiro, tem aumentado a cada ano, fortalecendo-se através de redes nacionais, como a LGBTs, grupos locais e simpatizantes;
- a Marcha da Reforma Urbana em Brasília (outubro de

2005), resultado da articulação de organizações de base urbana (Sem-Teto e outras) e de uma ampla integração com a Plataforma Brasileira de Ação Global contra a Pobreza;

- a Marcha Mundial das Mulheres tem sido integrada por organizações civis de todos os continentes;
- a Passeata da Consciência Negra, ganhando novos adeptos a cada manifestação;
- a caminhada Eu Tenho Fé, em defesa da liberdade religiosa, todo dia 21 de janeiro – Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.



Figura 11.10: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MST_06142007.jpg



Figura 11.11: Parada do Orgulho Gay em São Paulo.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:2004-GayPrideBrazil-45409.jpeg>



Figura 11.12: Passeata da Consciência Negra em 2008.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Passeata_da_Consci%C3%Aancia_Negra_2008.jpg

Para entender a importância dos movimentos sociais, apresentam-se abaixo dois exemplos de movimentos que se destacaram nas últimas décadas: o Movimento da Contracultura e o Movimento Feminista.

Movimento da Contracultura

O Movimento da Contracultura, com seu auge na década de 1960, ganhou o mundo através da utilização dos meios de comunicação de massa. Composto, basicamente, de jovens que trouxeram um novo estilo, com um espírito mais libertário – por vezes, visto como antissocial –, tinham como meta a mudança dos valores, comportamento e consciência do resto da sociedade. Esse movimento foi resumido, muitas vezes, como uma **cultura underground**, alternativa e, até mesmo, como uma cultura marginal.

Desenvolvida principalmente nos Estados Unidos, mas também na América Latina e na Europa, a contracultura, com o desenvolvimento e expansão dos meios de comunicação que difundiam padrões, gostos, valores e normas, liberta-se das amarras tradicionais e locais, como a religiosa e a familiar, ao aproximar jovens do mundo todo por intermédio de uma integração cultural e humana.

Nos Estados Unidos, na década de 1950, surgiu um dos primeiros movimentos da contracultura: a *Beat Generation* (Geração Beat), composto de jovens intelectuais, principalmente artistas e escritores. Contestavam o consumismo e o otimismo do pós-segunda guerra americano, o anticomunismo generalizado e a falta de pensamento crítico.

Na década de 1960, surgiu o principal e mais influente movimento de contracultura já existente: o “Movimento Hippie”. Os *hippies* se opunham radicalmente aos valores culturais considerados importantes na sociedade: o trabalho, o patriotismo e nacionalismo, a ascensão social e até mesmo a “estética-padrão”.

Cultura underground

Expressão utilizada para designar um ambiente cultural que foge dos padrões comerciais, dos modismos, e que está fora da mídia. Pode estar relacionada à produção musical, às artes plásticas, à literatura ou a qualquer forma de expressão artística da cultura urbana contemporânea.

O marco histórico da cultura *hippie* foi o Festival de Woodstock, ocorrido no estado de Nova Iorque em 1969. Tal festival contou com a participação de artistas de diversos estilos musicais, como o *folk*, o *rock'n'roll* e o *blues*, todos esses, de alguma forma, ligados às críticas e à contestação do movimento. Foi esse movimento que tornou famosa a expressão “Paz e Amor”.



Figura 11.13: Festival de Woodstock em 1969.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Woodstock_redmond_stage.JPG

As ideias respeitadas na comunidade *hippie* eram, entre outras, as questões ambientais, a prática do nudismo e a emancipação sexual. Adotavam um modo de vida comunitário, tendendo a uma espécie de socialismo-libertário ou estilo de vida nômade e à vida em comunhão com a natureza. Negavam o nacionalismo e a Guerra do Vietnã, bem como todas as guerras. Comungavam com ideias de religiões como o budismo, o hinduísmo e das culturas nativas norte-americanas. Viviam em desacordo com valores tradicionais da classe média americana e das economias capitalistas extremistas e totalitárias. Eles enxergavam o **patriarcalismo**, o militarismo, o poder governamental, as corporações industriais, a massificação, o capitalismo, o autoritarismo e os valores sociais tradicionais como parte de uma “instituição” única sem legitimidade.

Patriarcalismo

Regime que tem, no indivíduo do gênero masculino, o seu representante, chefe e líder.

O seu caráter de não violência era o que marcava esse movimento. Por tudo que conseguiu expressar, por todo o envolvimento social que conseguiu provocar, é um fenômeno verdadeiramente cultural, constituindo-se em um dos principais veículos da nova cultura que explodia em pleno coração das sociedades industriais avançadas.



Figura 11.14: Jovem oferecendo uma flor ao policial militar americano durante um protesto contra a Guerra do Vietnã (21/10/1967).

Foi do Movimento da Contracultura que outros movimentos surgiram, difundiram-se ou ganharam expressão, tais como o Movimento pelos Direitos Civis, na esfera social; o surgimento de gêneros musicais e a organização dos festivais, no âmbito musical; os vários protestos pelo permanente estado de guerra dos EUA, na área política. Citam-se, ainda, o movimento estudantil Maio de 68, na França; a Primavera de Praga, na Tchecoslováquia, também em 1968; o Movimento Feminista, organizado em vários países; o Movimento *Hip Hop*, nas áreas centrais de comunidades jamaicanas, latinas e afro-americanas da cidade de Nova Iorque, entre tantos outros.



Figura 11.15: A kombi que se tornou um dos símbolos do Movimento Hippie.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:VW_Bus_T1_in_Hippie_Colors.jpg

Movimento Feminista

O Movimento Feminista – ou simplesmente *Feminismo* – é um conjunto de movimentos políticos, filosóficos e sociais que lutam pela igualdade entre mulheres e homens, além da vivência livre dos padrões opressores calcados nas normas de gênero. A teoria feminista surgiu desses movimentos femininos, manifestando-se em diversas disciplinas, como a geografia feminista, a história feminista e a crítica literária feminista. Pode ser dividido em três etapas ou “ondas”. A primeira, ocorrida no século XIX e início do XX; a segunda, entre as décadas de 1960 e 1980; a terceira, da década de 1990 até os dias atuais.

Primeira “onda”: período extenso de atividade feminista, ocorrido durante o século XIX e início do século XX tanto no Reino Unido quanto nos Estados Unidos. Primeiramente, focou-se na promoção da igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para homens e mulheres, bem como na oposição de casamentos arranjados e da propriedade de mulheres casadas (e seus filhos) por

seus maridos. No entanto, no fim do século XIX, o ativismo passou a focar-se principalmente na conquista de poder político, especialmente o direito ao sufrágio feminino, ou seja, o direito da mulher ao voto.



Figura 11.16: Passeata, em Paris, pelo direito ao voto (1935) – a manchete do jornal diz “A francesa deve votar”.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Louise_Veiss.jpg

Segunda “onda”: refere-se a um período da atividade feminista que teria começado no início da década de 1960 e durado até o fim da década de 1980. Lutavam pela igualdade legal e social para as mulheres. Enxergavam as desigualdades culturais e políticas das mulheres como interligadas. Além disso, encorajavam as mulheres a compreenderem aspectos de suas vidas pessoais como sendo politizados, assim como a refletirem as estruturas de poder sexistas (ações e ideias que privilegiam entes de determinado gênero).

Terceira “onda”: com seu início na década de 1990, visava a desafiar ou a evitar o que enxergavam como as definições essencialistas da feminilidade, feitas pela segunda onda, que colocaria ênfase demais nas experiências das mulheres brancas de classe média alta. Para alguns autores, a terceira onda surgiu em reação às falhas da segunda onda. Apresenta debates internos em duas vias: a primeira defende

que há importantes diferenças entre os sexos: a segunda crê não haver diferenças inerentes entre homens e mulheres, defendendo que os papéis atribuídos a cada gênero instauram socialmente a diferença.

Durante quase toda a sua história, a maior parte dos movimentos e teorias feministas tiveram líderes que eram principalmente mulheres brancas de classe média da Europa Ocidental e da América do Norte. No entanto, desde o ano de 1851, mulheres de outras raças propuseram formas alternativas de feminismo. Essa tendência foi acelerada na década de 1960 com o movimento pelos direitos civis, que surgiu nos Estados Unidos, e o colapso do colonialismo europeu na África, no Caribe e em partes da América Latina e do Sudeste Asiático.

Duas datas se destacam no universo feminista. A primeira, 8 de março, Dia Internacional da Mulher, tem como origem as manifestações das mulheres russas por melhores condições de vida e trabalho e contra a entrada da Rússia czarista na Primeira Guerra Mundial. Essas manifestações marcaram o início da Revolução de 1917. No Ocidente, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado do início do século até a década de 1920; depois de esquecido por um longo período, foi sendo recuperado pelo movimento feminista, já na década de 1960. Na atualidade, a celebração do Dia Internacional da Mulher perdeu parcialmente o seu sentido original, adquirindo um caráter festivo e comercial. Em dezembro de 1977, o Dia Internacional da Mulher foi adotado pelas Nações Unidas, para lembrar as conquistas sociais, políticas e econômicas das mulheres.

A segunda data que se destaca é o dia 25 de novembro, como o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Essa data foi decidida pelo Primeiro Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, em 1981, e oficialmente adotada pela ONU em dezembro de 1999. A data marca o brutal assassinato das revolucionárias Irmãs Mirabal, a mando do ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo, em 25 de novembro de 1961.

O feminismo modificou as perspectivas predominantes em diversas áreas da sociedade ocidental, indo da cultura ao direito. As ativistas fizeram campanhas pelos direitos legais das mulheres; pelo direito da mulher à sua autonomia e à integridade de seu corpo; pelo direito ao aborto e pelos direitos reprodutivos (incluindo o acesso à contracepção e a cuidados pré-natais de qualidade); pela proteção das mulheres contra a violência doméstica, o assédio sexual e o estupro; pelos direitos trabalhistas, incluindo a licença-maternidade e salários iguais; e todas as outras formas de discriminação.



Figura 11.17: Passeata pelo Dia Internacional da Mulher em Daca (Bangladesh), em 2005.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:8marchrallydhaka_\(55\).JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:8marchrallydhaka_(55).JPG)



Figura 11.18: Passeata pelo Dia Internacional da Mulher em São Paulo (1999).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pro_choice_feminists_in_Sao_Paulo.jpg



Atende ao Objetivo 2

2.Qual é a relação existente entre a conquista de direitos sociais, culturais, políticos e econômicos e a participação dos movimentos sociais?

Resposta Comentada

Você deve ser capaz de entender que os movimentos sociais, grupos organizados em torno de interesses políticos, econômicos e sociais, expandiram os direitos políticos, sociais, econômicos e culturais com a sua mobilização política, o que permitiu o avanço da sociedade. Através da consciência da identidade, da percepção da mudança em prol de uma sociedade mais justa e da capacidade de atuar no tempo e no espaço, os movimentos sociais proporcionaram e proporcionam melhorias nas condições de vida das populações.

CONCLUSÃO

Os anseios, desejos e necessidades de uma sociedade podem ser descobertos ao se estudar a cultura de um povo. É através da cultura, também, que se pode entender as modificações e a organização que a população realiza no espaço. Na cultura, percebem-se elementos importantes que resultam no desenvolvimento ou subdesenvolvimento de um país. Pode-se, ainda, explicar grande parte dos conflitos armados, dos problemas sociais e ambientais que

ocorrem no mundo. Cada lugar é único em suas especificidades e, através de suas práticas culturais, é possível compreender todas as transformações pela qual passa o espaço geográfico.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Existe semelhança na definição de cultura utilizada por Tylor e Laraia e por Claval?

2. Qual a importância dos movimentos sociais para uma sociedade?

Resposta Comentada

1. Você deve ser capaz de perceber que existe semelhança entre as definições. Os três intelectuais sustentam que a cultura são, basicamente, padrões de comportamento e conjuntos de todo e qualquer conhecimento produzido pelo homem. No entanto, Claval vai além, ao apontar que a cultura necessita de um processo de transmissão para ser difundida.

2. Você deve ser capaz de entender que os movimentos sociais são uma possibilidade de mudança do sistema vigente em prol de uma sociedade mais justa. Além disso, gira em torno da comunhão identitária e/ou da identificação de grupos com as ideias defendidas pelo movimento em questão.

RESUMO

A primeira parte da aula foi dedicada ao entendimento que a influência da cultura exerce na sociedade, muito embora tenhamos visto apenas uma pequena fração dessa influência. A arquitetura, a culinária e a dança, como elementos materiais e imateriais, carregam consigo uma carga identitária que viaja com um grupo migrante para se fixar, se transformar e se ressignificar no novo lugar.

A segunda parte da aula foi destinada à compreensão da importância que os movimentos sociais ocupam no seio de uma sociedade. Tais movimentos, que congregam pessoas com ideais similares, colaboram na construção de uma sociedade justa e igualitária, que é, afinal, o desejo de todos.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula será destinada ao estudo das relações existentes entre o meio ambiente e o crescimento da população, bem como ao desenvolvimento econômico atrelado a essas relações.

Aula 12

População, meio ambiente e os limites do crescimento

*Ulisses Fernandes
Melissa Anjos*

Meta da aula

Apresentar questões inter-relacionadas ao crescimento da população, ao meio ambiente e aos limites do crescimento econômico mundial.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. relacionar a dinâmica populacional com a degradação ambiental e o uso dos recursos naturais do planeta;
2. caracterizar a relação entre o crescimento demográfico e os limites de crescimento econômico do planeta.

INTRODUÇÃO



Relacionar população, meio ambiente e consumo tem sido uma constante nos estudos populacionais, mesmo quando a temática ambiental ainda era muito pouco reconhecida pela sociedade de um modo geral. Na verdade, nos próprios escritos de Thomas Malthus, como você já pôde observar na Aula 2, havia uma grande preocupação em associar uma catástrofe no mundo com o aumento da população, por não ser compatível com o aumento da produção de alimentos. Neste caso, vemos uma associação indireta entre o meio ambiente (onde se produz o alimento) e a produção do alimento (para o consumo) atendendo as demandas da população.

É certo que os preceitos do Ps. Malthus não se concretizaram e que suas previsões catastróficas a respeito da humanidade foram descartadas. Mas, como diz Amélia Damiani (2009), o pensamento malthusiano continua vivo, pois orientou a construção da demografia, ao conferir importância socioeconômica aos problemas populacionais. Desde os tempos de Malthus, a população mundial foi multiplicada por seis e ampliou-se a existência da concorrência

entre regiões onde a população tem um bom padrão de vida e aquelas onde a população vive na pobreza ou miséria extrema.

Por outro lado, o ritmo de consumo dos recursos naturais tem aumentado substancialmente, o que acelera o desgaste ambiental do planeta. Se já vimos anteriormente que o tamanho da população mundial não é um problema em si, fica aqui a questão a ser tratada: nas palavras de Mello e Hogan (2006),

como e o que podemos e devemos fazer para controlar o crescente consumo de recursos sem, com isso, comprometer a qualidade de vida e o bem-estar da população e, ao mesmo, tempo, garantir que as gerações futuras tenham acesso a estoques de recursos semelhantes aos que as atuais vêm usufruindo?

Deste modo, trataremos esta aula por duas perspectivas: na primeira parte da aula, trabalharemos a relação entre o crescimento da população e as questões ambientais, destacando o conceito de meio ambiente e a ação de organismos internacionais na condução dessa relação. Na segunda parte da aula, abordaremos a questão do crescimento econômico do planeta relacionado ao crescimento populacional e à questão ambiental. Examinaremos como esta questão tem colocado em risco alguns ecossistemas do planeta e como tem afetado nele negativamente a vida de milhões de pessoas.

População, degradação ambiental e a ação dos organismos internacionais

População – as previsões de Malthus e o desigual consumo de alimentos no mundo

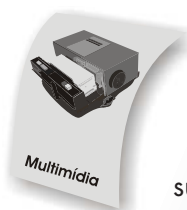
Segundo Damiani (2009), a miséria, para Malthus, era algo necessário.

Ela aparece na fome, no desemprego, no rebaixamento dos salários; então, ela mata, ela faz adoecer, ela reduz o número

de matrimônios, pois será mais difícil sustentar os filhos. Por outro lado, ela incita os cultivadores a aumentar o emprego da mão de obra disponível, a abrir novas terras ao cultivo, a re-harmonizar a relação população/recursos.

Na verdade, a miséria, em Malthus, é um grande controlador do crescimento da população e, por isso, é advogada por ele. Se todos tivessem acesso aos recursos, e a população começasse a crescer sem controle, haveria a tão propalada catástrofe prometida por Malthus.

Se pensarmos bem, essa ideia continua a ser difundida até hoje, com a perspectiva de um fim do mundo, caso não tenhamos controle sobre o uso responsável e coerente dos recursos naturais do planeta. Acredita-se que o mundo hoje tem consciência de que a miséria deve ser erradicada e que os recursos naturais devem ser mais bem distribuídos. Mas você já pensou que Malthus pode ter acertado, ao menos parcialmente, em sua previsão? Ora, atualmente, parte do mundo se alimenta mais do que perfeitamente bem, enquanto outra parte ainda tem fome.



Veja em <http://www.foodservicewarehouse.com/calorie-viz/> a desigual distribuição do consumo de calorias no mundo. Foram relacionados os 20 países que mais consomem calorias (na cor rosa) e os 20 que menos consomem (na cor laranja). A linha verde que corta o gráfico aponta para o limite ideal no consumo de calorias; observe, então, como uma parte do mundo se alimenta bem acima da média, enquanto a outra, inversamente, alimenta-se bem abaixo da média recomendada pela ONU.

Em verdade, o desequilíbrio no consumo de alimentos no mundo atual será mais bem trabalhado em uma de nossas próximas

Pressão demográfica

Relaciona o tamanho da população aos recursos disponíveis na área em que ela se encontra, ou seja, toda vez que a população se tornar maior do que os recursos naturais disponíveis, haverá pressão demográfica sobre essa área.

aulas, que trata especificamente da questão da fome no mundo (Aula 13). Neste momento, a chamada do tema está muito mais relacionada à questão ambiental – e vamos explicar por que: 1 - a parte do mundo que se alimenta para além do recomendado pelos organismos mundiais, como a OMS (Organização Mundial da Saúde), requer um esforço produtivo do planeta – produtos primários, como os agrícolas, a pecuária e os recursos minerais e energéticos – que implica um possível desgaste ambiental do planeta; 2 - a parte desnutrida, concentrada nas porções pobres do planeta, com poucos recursos técnicos e sem capital, acaba por exercer uma **pressão demográfica** muito forte sobre a superfície terrestre, o que também é um dado ambiental muito negativo.

O meio ambiente

É de suma importância entender o significado de *meio ambiente* e o que ele representa para o ser humano. A população mundial está distribuída sobre a superfície terrestre, mas essa “superfície” representa muito mais do que a mera base onde está fixada a população. Em grande parte dela, temos a chamada biosfera (**Figura 12.1**), oriunda da interação entre a litosfera (onde estão a crosta e a superfície terrestres), a atmosfera e a hidrosfera. O desenvolvimento da vida e, principalmente, a relação de todos os seres vivos entre si e com o seu meio é o que possibilita o entendimento do que seja *meio ambiente*. Mas, em momento algum, podemos esquecer que o ser humano faz parte deste meio ambiente, relaciona-se e, principalmente, depende dele, que deve ser o mais equilibrado possível, para que possamos sobreviver.

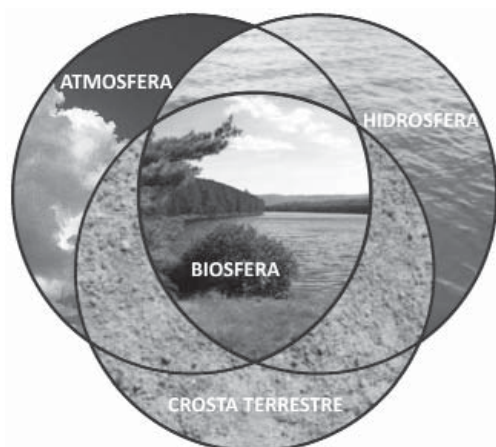


Figura 12.1: As esferas da Terra – a interação entre a crosta terrestre (litosfera), a atmosfera e a hidrosfera gera o ambiente possível de se desenvolver a biosfera, ou esfera da vida.

Fonte: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=esquemas+das+esferas+da+terra&um=1&ie=UTF-8&itbm=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=MfodUbbGFoió8ASui4DACQ&biw=1152&bih=773&sei=NFodUc2PF4Lg8AS-3IGoBA#imgsrc=RjGejvabKH0HXM%3A%3BHDDNQ9ZJtxqxlM%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.padogeo.com%252Ffatores-climaticos-1.GIF%3Bhttp%253A%252F%252Fwww.padogeo.com%252Faula-fatores-climaticos.html%3B545%3B512>

O *meio ambiente* é normalmente chamado tão somente de *ambiente* e aglutina todas as coisas vivas e não vivas presentes no planeta (ou em alguma porção do mesmo) e interfere diretamente nos ecossistemas e a na vida de todos os seres humanos. É todo o conjunto de condições, leis, influências e infraestruturas de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas existentes. Relaciona, ao mesmo tempo, **ecossistemas** naturais – em que prevalece o meio natural não modificado; ecossistemas agrícolas – nos quais o meio natural já se percebe modificado pelo ser humano; e os sistemas urbanos – onde as variáveis artificiais constituídas pelos seres humanos prevalecem sobre as variáveis naturais, as quais, quando encontradas, também se apresentam muito modificadas.

Ecossistemas

São conjuntos formados por todas as comunidades (seres vivos) que vivem e interagem em determinadas regiões e pelos fatores abióticos (aspectos físicos e químicos que envolvem a temperatura, o vento, a luz, etc.) que atuam sobre essas comunidades.

A degradação ambiental e a ação dos organismos internacionais

Em acordo com o sítio eletrônico da Organização das Nações Unidas (ONU) – <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/> –, a preocupação ambiental ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, quando o maior desenvolvimento econômico e tecnológico começou a alertar cientistas de todo o mundo sobre os riscos que os resíduos desse avanço geravam para toda a humanidade, comprometendo seriamente o meio ambiente. Isso fez com que a discussão ambiental ganhasse um fórum de discussão mundial, que culminou com a realização da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, capital da Suécia.

Se o evento deixou clara a preocupação dos Estados-nações do mundo em relação à preservação do meio ambiente e do legado às gerações futuras, por outro lado, marcou claramente a oposição entre dois grupos: de um lado, os países já industrializados, que viam como solução a limitação da industrialização nos países ainda não industrializados do globo; do outro, os países pobres, não industrializados, mas que reivindicavam o mesmo direito de se tornarem países industrializados. Esse impasse acabou por gerar frutos muito pouco significativos desse primeiro encontro mundial para a resolução dos problemas ambientais do planeta.

Já nos anos 1980, a ONU convocou uma comissão de políticos e estudiosos para produzir um documento capaz de balizar a discussão ambiental em todo o mundo. Essa comissão, liderada pela política norueguesa Grö Brundtland, produziu um relatório inovador, denominado Nosso Futuro Comum, mais popularmente conhecido como Relatório Brundtland. Separamos aqui trechos desse relatório:

- “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”

- “Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso a crises ecológicas, entre outras... O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.”
- “Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia... No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.”

O Relatório Brundtland foi a base da discussão da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) ou Cúpula da Terra, como ficou conhecida, em 1992, no Rio de Janeiro, Brasil. Nesta conferência, com a presença de chefes de Estado de todo o mundo, foram tomadas algumas decisões importantes, principalmente no que dizia respeito a fomentar ações favoráveis ao desenvolvimento sustentável do planeta e da promoção da igualdade entre os povos, além da defesa do meio ambiente. Essa foi a mais notável das três conferências mundiais realizadas, superando em importância a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), também realizada, vinte anos depois, na cidade do Rio de Janeiro. Veja, no quadro abaixo, ações produzidas ou desencadeadas a partir da Rio-92:

- Agenda 21: os governos delinearam um programa detalhado para a ação para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, do qual o crescimento e o desenvolvimento dependem.
- Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica (Biodiversidade).
- Convenção da ONU de Combate à Desertificação.
- Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), que confirmou a ação da ONU sobre as questões ligadas ao clima, já encampadas pelo organismo mundial através

do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM). Estes organismos se uniram para criar o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC), que se tornou a fonte proeminente para a informação científica relacionada às mudanças climáticas.

Repare que as discussões envolvendo a questão ambiental têm sérias preocupações para com o crescimento sustentável do planeta, ou seja, que assegure um mínimo de desequilíbrio ambiental associado ao desenvolvimento econômico do planeta. Por outro lado, associa a discussão a temáticas que direta ou indiretamente envolvem a biosfera, como na questão do clima ou na biodiversidade do planeta. E, finalmente, ao propor uma agenda voltada para o século XXI, mostra preocupação com o futuro da humanidade, com as gerações futuras. Deste modo, não há como não relacionar as questões que envolvem o meio ambiente com os estudos de população.

Em 2012, como já dito, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Em acordo com o sítio eletrônico da organização, teve por objetivo

assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes. A Rio+20 marca o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), realizada no Rio de Janeiro em 1992, e o 10º aniversário da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), promovida em Johannesburgo, em 2002.

De modo geral, houve muito pouco avanço nesta conferência em relação aos temas tratados cerca de vinte anos antes, predominando um consenso de quase fracasso entre os participantes do evento, prevalecendo uma velha divisão, já presenciada em 1972, de dois grupos distintos: o dos defensores da preservação ambiental e o dos preocupados com o desenvolvimento econômico.



Atende ao Objetivo 1

1. As imagens mostram a logo de divulgação da Rio+20 e o cartaz de divulgação da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, capital da Suécia.



Fonte: <http://www.arqnit.org.br/arqnit/noticias/1195>



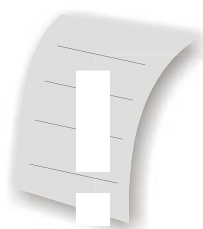
Fonte: <http://debatefilosoficodf.blogspot.com.br/2012/11/conferencia-de-estocolmo-1972.html>

Pergunta-se: na prática, qual a maior semelhança guardada entre esses dois eventos mundiais, separados por um hiato de 40 anos?

Você deve ser capaz de apontar para a polarização existente entre dois grupos predefinidos encontrados em ambas as conferências: de um lado, os defensores da preservação ambiental do planeta e, do outro, os defensores do desenvolvimento econômico das nações. Na primeira conferência, os defensores do meio ambiente, na prática, eram os países ricos, que “defendiam” o meio ambiente, querendo impedir a maior industrialização do mundo pobre. Já na conferência de 2012, fica mais nítida a preocupação ambiental entre alguns países e organizações internacionais presentes ao encontro, mas o peso da necessidade de manter o mundo em desenvolvimento econômico acaba por criar impasse entre uma posição e outra.

As discussões envolvendo os problemas ambientais na escala mundial nunca estiveram dissociadas das questões abarcando o crescimento da população. É certo que a atual dimensão da população mundial e o seu crescimento não podem ser considerados um dado alarmante por si só; por outro lado, como já visto antes, as desigualdades regionais no mundo sempre põem em xeque a relação entre a população mundial e o meio ambiente.

Como sempre, a questão sobre a relação entre meio ambiente e população envolve duas linhas de pensamento antagônicas. De um lado, os herdeiros do malthusianismo, como os *ecomalthusianos*, que veem no crescimento da população mundial uma ameaça ao equilíbrio ambiental do planeta e à manutenção das áreas naturais ainda existentes. Do outro lado, encontram-se os marxistas ou reformistas, que creditam ao desigual desenvolvimento do planeta a maior responsabilidade sobre o desequilíbrio ambiental. Grosso modo, são estas as duas vertentes às quais convergem as discussões a respeito do tema em tela, mas, como de outras vezes, é bom alertar que os princípios de uma e outra teoria trazem pontos importantes ao debate, não sendo, portanto, uma questão de escolha da melhor ideia.



Fonte: <http://www.brasilecola.com/geografia/ecomalthusianos.htm>

Os *ecomalthusianos* representam uma vertente teórica que relaciona o crescimento desordenado da população ao risco iminente sobre a preservação da biodiversidade no mundo. Acreditam que a pressão demográfica poderia levar ao esgotamento dos recursos naturais do planeta. Dessa forma, a teoria prioriza a preservação desses recursos naturais através do controle do crescimento vegetativo.

Para incentivar o debate, apresento a seguinte relação: se um dos métodos de controle da natalidade é o aborto, estariam os defensores dessa corrente de pensamento, que priorizam a conservação da biodiversidade, defendendo a preservação da vida, como um todo, do planeta? É certo que existem outros métodos de controle de natalidade disponíveis no mundo moderno, mas a colocação feita foi proposital, no sentido de fazer você pensar a respeito da relação entre o ser humano e o meio ambiente. Em poucas palavras, não se pode desnaturalizar o ser humano, ou seja, não se pode nunca deixar de percebê-lo como um ente que faz parte do meio ambiente como um todo.

Entre as décadas de 1960 e 1970, no auge das primeiras discussões acerca da relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, o Clube de Roma, encomendou a alguns estudiosos renomados, tendo à frente Donella Meadows, Jorgen Randers e Dennis Meadows, um relatório sobre quais seriam os limites do crescimento econômico do mundo. Tendo ao redor questões como a limitação dos recursos naturais e a explosão demográfica envolvidas diretamente com o tema, nasceu a publicação sobre a questão ambiental mais lida no mundo em todos os tempos – o livro *Limites do crescimento*.



O Clube de Roma foi fundado em 1968 pelo industrial italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King. Congrega desde políticos renomados a cientistas famosos que têm como missão propor um fórum mundial de discussão de assuntos relevantes para a humanidade, como política, economia internacional e, sobretudo, meio ambiente.



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Clube_de_Roma

No capítulo 4 do livro *Limites do crescimento*, considerado por muitos o mais importante, há um trecho que destaca qual seria a situação mais equilibrada para o planeta, mas que também acaba por indicar uma variável capaz de desestabilizar todo o sistema: o crescimento da população. Vejamos este trecho, extraído diretamente do livro em questão:

Modelo mundial com reservas “ilimitadas”; controle da poluição e aumento da produção agrícola: com tudo andando perfeitamente, ou seja, com reservas naturais ilimitadas, poluição controlada e aumento na produção agrícola, ainda assim o mundo entraria em caos, pois aconteceria o aumento da população global. À medida que a população cresce, a taxa de alimentos *per capita* diminui. Com a escassez de alimentos iminente, a produção industrial será desviada para produção agrícola com consequente falta de investimentos, a produção industrial começará a cair. Quando a quantidade de alimentos *per capita* atingir o nível de subsistência, a taxa de mortalidade crescerá pondo um limite ao crescimento demográfico.

Veja, diante de tudo o que você já aprendeu até agora sobre teorias demográficas, como o texto acaba por convergir para a Teoria Malthusiana. Ou seja, se não faltassem recursos naturais e energéticos no planeta, se a poluição do meio ambiente fosse controlada e a produção agrícola crescesse, ainda assim o mundo estaria em perigo, pois o aumento populacional poderia desestabilizar todo o sistema. Este modelo proposto pelo Relatório Meadows – como também ficou conhecido o livro – acreditava que deveria ocorrer um controle sobre o uso de recursos naturais do planeta, que se deveria avançar tecnologicamente no sentido de controlar as fontes de degradação ambiental do planeta, mas previa também o controle populacional como forma de manter equilibrado o chamado *sistema mundo*.

Por outro lado, Massimo Bacci, em seu livro *Historia Mínima de la Población Mundial*, aponta para uma outra percepção sobre a relação entre o crescimento da população e o meio ambiente. Sua visão é menos pessimista, embora aponte os problemas ambientais que estão intimamente ligados ao crescimento da população.

Os dados apontados pelo autor mostram que, no período 1989-1991, 29,9% da superfície terrestre estava coberta por bosques e floresta; 25,8% estavam direcionados diretamente para a criação animal, na forma de pastos; apenas 11% da superfície da Terra estava coberta por cultivos agrícolas; os restantes 43,4% eram classificados como “outros usos”. Entenda “outros usos” como terras não cultivadas, pastos abandonados, áreas urbanas, áreas encharcadas, como pântanos e várzeas, etc. Os dados são reveladores, pois desconstroem uma mística neomalthusiana – a área da superfície terrestre voltada para a agricultura é mínima, e há espaços não aproveitados para onde esta agricultura pode avançar, independentemente da destruição das florestas.

Por certo que a questão também não é tão simples assim, pois a diversidade humana regional e sua complexidade socioeconômica e tecnológica é que impelem a um maior ou menor desgaste ambiental. Por isso, o autor lista quatro situações em que a pressão demográfica exerce forte influência sobre o desequilíbrio ambiental:

1. nas florestas tropicais, dominadas por países pobres, onde o crescimento populacional absoluto ainda demanda novas terras para expansão da agricultura de subsistência principalmente;

2. o forte crescimento da população urbana, que provoca alterações significativas no uso do solo, que é também um elemento muito impactante para o meio ambiente;

3. o fato de que cerca de dois terços da população mundial vivem num raio de até sessenta quilômetros perto de áreas costeiras, o que acarreta um impacto muito grande nas águas e terras costeiras, como a degradação ambiental destas áreas, a forte urbanização, a contaminação por poluentes, a pauperização (crescimento das áreas pobres) e o esgotamento dos recursos marinhos;

4. a contribuição do crescimento demográfico em relação ao aumento da poluição atmosférica, principalmente em decorrência da crescente queima de combustíveis fósseis.

Mesmo expondo estes pontos negativos, o autor em tela traça uma perspectiva menos negativa na relação entre o crescimento demográfico e o meio ambiente, afirmando:

Os quatro pontos debatidos põem em evidência a complexidade da relação entre crescimento demográfico e meio ambiente. Esta relação recebe por muitas vias a influência do número de habitantes e do volume e da natureza das atividades humanas. O inevitável crescimento da população na primeira metade deste século – século XX – e o aumento do bem-estar determinarão uma crescente demanda de matérias-primas, alimentos e espaço; empobrecerá alguns recursos fixos e manterá sob pressão outros que são renováveis. O desenvolvimento tecnológico poderá neutralizar em parte os efeitos negativos, incrementando os processos de substituição e controlando a contaminação; análogos objetivos poderá alcançar a ação institucional regulando o uso do espaço, o acesso aos recursos etc., como também mudanças culturais poderão contribuir para a mesma finalidade, determinando mudanças nos modelos de consumo e comportamento.

Afora essa perspectiva de transformação, o autor também deixa claro o peso que o crescimento populacional tem sobre o desgaste ambiental do planeta:

Entretanto, três pontos devem ser reafirmados: o primeiro é que o crescimento demográfico não é neutro em relação ao meio ambiente; o segundo, consequência do primeiro, é que uma diminuição do crescimento pode facilitar a solução dos distintos problemas – apontados anteriormente –, e o terceiro consiste em que nunca o impacto da atividade humana que ameaça os ecossistemas foi tão forte como na atualidade. Portanto, é prudente moderar os riscos, e a desaceleração do crescimento demográfico contribui para tal finalidade.

Deixa claro o autor que as variáveis do problema são muitas e, entre elas, está a questão do crescimento populacional.



Atende ao Objetivo 2

Massimo Bacci indica quatro situações em que a pressão demográfica exerce forte influência sobre a questão ambiental. Em qual destes pontos, nitidamente, pode-se perceber uma limitação do problema às porções regionais mais pobres do planeta? Justifique a sua resposta.

Resposta Comentada

Você deve ser capaz de indicar o primeiro ponto, o qual relaciona a pressão demográfica sobre as áreas de florestas tropicais do planeta. Repare que, no passado, as agora reconhecidas nações desenvolvidas do planeta também devastaram seus ecossistemas em função do atendimento de suas necessidades vitais de alimentação e de avanço econômico. Hoje, nas regiões menos desenvolvidas do planeta – onde a população, de modo geral, ainda tem um crescimento absoluto pronunciado –, a necessidade de novas terras para populações rurais tende a elevar as taxas de ocupação humana sobre áreas de ecossistemas naturais.

CONCLUSÃO

Nesta aula, fica clara a relação entre o desenvolvimento econômico, a preservação do meio ambiente e o crescimento populacional. O desenvolvimento econômico é fundamental para dar suporte à existência da própria humanidade sobre o globo terrestre, mas tal desenvolvimento não pode ser feito à custa do desequilíbrio ambiental e da degradação do planeta. Nesse sentido, entende-se que o avanço tecnológico, a ação dos Estados e dos organismos internacionais podem ajudar muito nessa tarefa de promover um crescimento sustentável para o mundo. Além do mais, chega-se à conclusão, também, de que o crescimento populacional, se não controlado, pode acelerar o desgaste ambiental sobre a Terra.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2



A charge, de um modo implícito, considera uma das soluções levantadas por Massimo Bacci a respeito dos problemas suscitados pela relação entre o crescimento populacional e o meio ambiente. E essa solução apontada por Bacci passa pela transformação cultural da sociedade frente ao problema. Que considerações o autor faz a respeito desse tema?

Resposta Comentada

Você deve indicar, como já explícito na pergunta, para a questão da mudança dos valores culturais da humanidade. Consumir menos é uma forma de ajudar na preservação do meio ambiente. No texto, Massimo Bacci aponta para o papel do Estado, regulando o uso do espaço e dos recursos naturais, mas destaca que esse é um papel que também cabe à sociedade através de uma mudança cultural.

RESUMO

Nesta aula, dividida em duas partes, destacamos, na primeira, a relação entre o crescimento da população e as questões ambientais, enfatizando o conceito de meio ambiente e a ação de organismos internacionais na condução desta relação. Damos atenção especial a toda uma série histórica de conferências internacionais promovidas pela ONU em prol da preservação ambiental do planeta e do seu desenvolvimento econômico, principalmente o chamado crescimento sustentável. Na segunda parte da aula, abordamos a questão do crescimento econômico do planeta relacionado ao crescimento demográfico e à questão do meio ambiente. Vimos, também, como esta questão deve ser trabalhada, envolvendo o Estado e a sociedade, no sentido de promover um desenvolvimento econômico mais sustentável para o planeta. Também observamos que o crescimento demográfico, quando não controlado, pode acelerar o desgaste ambiental do nosso planeta.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, veremos a oposição entre duas situações crônicas no mundo: de um lado, a fome, um problema gravíssimo ainda não controlado em regiões pobres do planeta; no lado oposto, o consumismo desenfreado, que tem criado uma geração de obesos, além de pôr em risco o uso equilibrado dos recursos naturais da Terra.

Aula 13

Fome x sobrepeso: um mundo desequilibrado

*Ulisses Fernandes
Melissa Anjos*

Meta da aula

Apresentar as consequências da fome e do sobrepeso no mundo contemporâneo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. entender o problema da fome, suas causas e seus efeitos;
2. compreender os motivos e as implicações que o sobrepeso traz para a população.

INTRODUÇÃO

O teólogo Leonardo Boff escreveu num jornal mineiro em 2008: “A fome é uma constante em todas as sociedades históricas. Hoje, entretanto, ela assume dimensões vergonhosas e simplesmente cruéis. Revela uma humanidade que perdeu a compaixão e a piedade”.

Na atualidade, temos na dialética fome x sobrepeso dois extremos que resultam da vertiginosa desigualdade social que se implantou no mundo. Uma se caracteriza pela carência e/ou falta de alimento; a outra, pelo excesso.

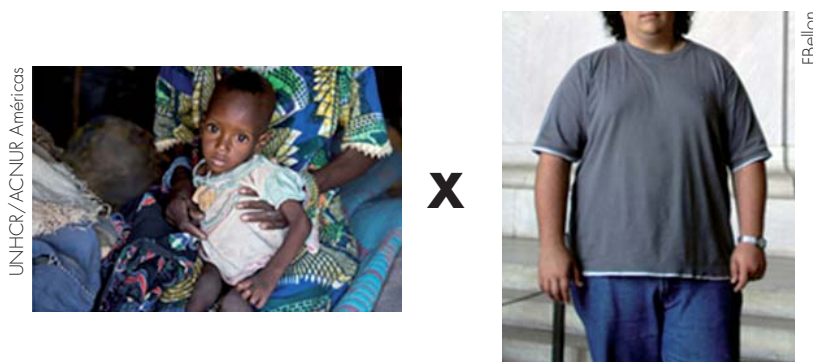


Figura 13.1: A dialética fome x sobrepeso se compõe de dois extremos, que resultam da vertiginosa desigualdade social que se implantou no mundo.

Fontes: <http://www.flickr.com/photos/acnurlasamericas/8157688829/>;
<http://www.flickr.com/photos/55158656@N06/8191039386/>

Essas são duas condições que, a princípio, se mostram extremas – desnutrição e obesidade –, mas são, na verdade, dois lados de um mesmo problema.

Sofrem de desnutrição aqueles que manifestam sinais e sintomas provenientes da insuficiência quantitativa ou qualitativa de alimentos ou de doenças que determinem o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos. Já a obesidade é uma doença crônica, caracterizada pelo excesso de gordura corporal, que causa prejuízos à saúde do indivíduo. A obesidade coincide

com um aumento de peso, mas nem todo aumento de peso está relacionado à obesidade.

Hoje, no mundo, mais de 850 milhões de pessoas passam fome. Contudo, contraditoriamente, mais de 1 bilhão são obesos. Ou seja, o número de crianças e adultos obesos é cada vez maior, tanto em países pobres quanto em países ricos, e até mesmo em países que se caracterizam por um estereótipo magro, como é o caso do Japão. Por isso, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passou a considerar a obesidade como problema de saúde pública tão preocupante quanto a desnutrição.

Dito isso, esta aula se dedica ao entendimento deste problema: fome x consumismo, e o desequilíbrio causado seja pela falta, seja pelo excesso de alimentos (bons e maus em uma dieta equilibrada).

Fome

A expressão “fome” é derivada do latim *faminem*. Diz respeito à sensação fisiológica pela qual o corpo percebe a necessidade de ingerir alimento para manter suas atividades. No entanto, essa palavra é mais utilizada como referência aos casos de “má nutrição” ou privação de comida das pessoas. Em casos crônicos, pode levar a um mau desenvolvimento e funcionamento do organismo, causando doenças e levando à morte.



É importante que você saiba que existe diferença entre fome e má nutrição. A fome é a ingestão insuficiente de comida. Uma pessoa que passa fome está desnutrida. A insuficiência de comida pode ser medida tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo. Quando uma dieta

é insuficiente em quantidade, caracteriza-se o estado de “fome palpável”, que pode ser sentida.

Essa definição se baseia na ingestão inadequada de energia ou na quantidade de alimento. Quando uma dieta é de baixa qualidade, com insuficiência de macro ou micronutrientes, caracteriza-se o estado de “fome oculta”, mesmo se a alimentação é suficiente em termos de quantidade.

Por outro lado, a má nutrição está relacionada ao corpo e à composição do organismo do indivíduo e inclui os conceitos de desnutrição e sobrenutrição. A desnutrição está relacionada ao corpo que não se desenvolveu adequadamente no que diz respeito a peso, altura ou comprimento para os parâmetros recomendados para determinada idade, como o baixo peso ou o nanismo.

Uma pessoa que não atingiu o peso suficiente para a sua altura apresenta magreza excessiva. Já a sobrenutrição acontece quando o corpo é pesado demais para a altura do indivíduo, por exemplo, sobrepeso e obesidade.

A desnutrição também está relacionada à composição inadequada do organismo e a algumas deficiências, como anemia, cegueira noturna e doença da tireoide. Desta maneira, uma pessoa pode sofrer, ao mesmo tempo, de nanismo e de sobrepeso.

São vários os motivos para a fome. Entre eles, citam-se:

- má distribuição das riquezas de um país;
- instabilidade política;

- ineficácia e má administração dos recursos naturais;
- guerras e conflitos civis;
- difícil acesso aos meios de produção pelos trabalhadores rurais, pelos sem-terra ou pela população em geral;
- condições agrícolas adversas;
- injusta e antidemocrática estrutura fundiária, marcada pela concentração da propriedade das terras nas mãos de poucos privilegiados;
- contraste na concentração da renda e da terra, principalmente nos países subdesenvolvidos;
- influência das empresas transnacionais de alimentos na produção agrícola e nos hábitos alimentares das populações;
- o avanço do sistema capitalista no campo; epidemias; entre outros.

Como consequência imediata, tem-se: a perda de peso; atraso e/ou problemas no desenvolvimento, limitando a capacidade de aprendizagem e produtividade; desnutrição; aumento da taxa de mortalidade – em parte pela fome e em parte pela perda da capacidade de combater as infecções e doenças –; e, em última instância, a morte. Por tudo isso, a fome é um dos maiores flagelos da humanidade. Tem sido uma das grandes causas de óbitos em todos os tempos e sociedades.

Assim, a fome pode aparecer de duas maneiras:

- *Aberta ou epidêmica*: ocorre nos momentos em que as guerras são declaradas em um determinado lugar, bem como com os desastres ecológicos ou pragas que comprometem, de maneira drástica, o fornecimento de alimentos. Entretanto, existem, nos tempos atuais, diversas instituições humanitárias que fornecem alimentos às áreas afetadas pelos conflitos.
- *Ocultas ou endêmicas*: caracteriza-se quando o indivíduo não ingere a quantidade mínima de calorias diárias, tendo

como resultado a desnutrição ou subnutrição, que assola, aproximadamente, 850 milhões de pessoas em todo o mundo.

Na atualidade, a África Subsaariana é uma das áreas que mais sofrem com o problema da fome. No entanto, com as guerras em andamento, com os problemas internos e com as falhas econômicas de cada país, a fome continua sendo um dos maiores problemas mundiais.



Figura 13.2: Crianças desnutridas em um orfanato nigeriano em meados dos anos 1960.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Kwashiorkor_6903.jpg

Crises humanitárias também surgem de guerras civis, com refugiados e episódios de violência extrema com o colapso do Estado, criando condições entre as populações afetadas para que se estabeleça uma situação de fome em massa.

Apesar das repetidas intenções dos líderes mundiais para acabar com a fome, a fome em massa continua sendo crônica na África e na Ásia. Assim, a condição da fome em massa deve ser entendida como um fenômeno social, que envolve os mercados, o preço dos alimentos e as estruturas de suporte social.

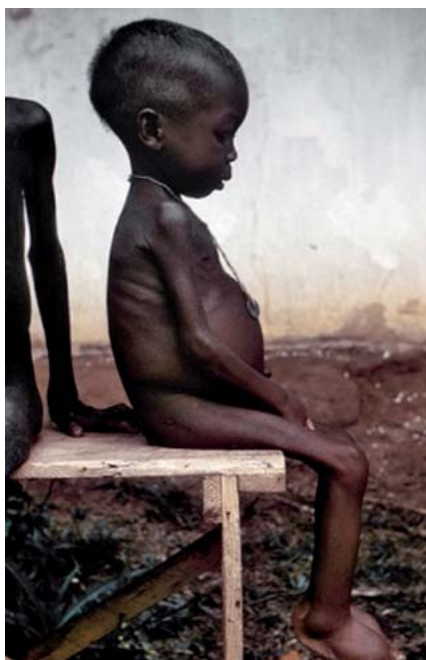


Figura 13.3: Criança vítima da inanição nos anos 1960, durante a Guerra da Nigéria.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Starved_girl.jpg

A partir do ano de 2004, as mais diversas agências de ajuda humanitária têm adotado uma escala de cinco níveis para determinar a amplitude e a intensidade da fome. A escala de intensidade usa tanto os índices econômicos quanto os da taxa de mortalidade. Dessa maneira, classificam a situação como: 1. seguro; 2. inseguro; 3. crise; 4. fome; 5. fome severa; 6. fome extrema.

O número de mortes determina a amplitude, em que menos de 1.000 fatalidades é classificado como “fome residual” e mais de 1 milhão como “fome catastrófica”.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) distribuiu um comunicado baseado em seus estudos no mês de setembro de 2010, afirmando que, pela primeira vez em 15 anos, o índice de fome no mundo diminuiu, regredindo para menos de 1 bilhão de pessoas.

Esta queda significativa foi analisada pela organização como resultado do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos e da redução mundial dos preços dos alimentos, que vem acontecendo desde o ano de 2008. Estes números, porém, ainda continuam abaixo das expectativas da ONU, que havia estabelecido uma meta para o milênio de um máximo de 400 milhões de pessoas ao redor do mundo.

No início do mês de janeiro de 2013, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou uma lista contendo 10 tópicos que todos devem saber sobre a fome neste ano de 2013. Os itens foram compilados pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA). São eles:

1. o mundo tem cerca de 900 milhões de pessoas que não têm o necessário para comer para levar uma vida saudável. Isto significa que um em cada oito habitantes do planeta vai para a cama, todos os dias, passando fome (Fonte: FAO, 2012);
2. o número de pessoas vivendo com fome crônica baixou para 130 milhões nas últimas duas décadas. Nos países em desenvolvimento, a prevalência da má nutrição caiu de 23,2% para 14,9% no período de 1990-2010 (Fonte: FAO, 2012);
3. a maior parte do progresso contra a fome foi alcançada antes dos anos de 2007/2008, quando ocorreu a crise econômica global. Desde então, os avanços na redução do problema foram desacelerados e/ou estagnados (Fonte: FAO, 2012);
4. a fome é o problema número 1 na lista dos dez maiores riscos de saúde. Ela mata mais pessoas, todos os anos, que doenças como AIDS, malária e tuberculose combinadas (Fontes: UNAIDS, 2010; OMS, 2011);
5. a má nutrição está ligada a um terço da morte de crianças com menos de 5 anos nos países em desenvolvimento (Fonte: IGME, 2011);
6. os primeiros mil dias da vida de uma criança (da gravidez aos dois anos de idade) são fundamentais para o combate à má

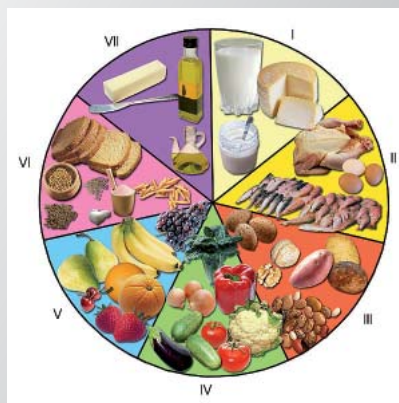
- nutrição. Uma dieta apropriada, nessa fase da vida, protege os menores de nanismos físico e mental, que podem resultar da má nutrição (Fonte: IGME, 2011);
7. custa apenas US\$ 0,25 (25 centavos de dólar) por dia para garantir que uma criança tenha acesso a todos os nutrientes e vitaminas necessários ao crescimento saudável (Fonte: IGME, 2011);
8. se mulheres, nas áreas rurais, tiverem o mesmo acesso à terra, à tecnologia, à educação, ao mercado e aos serviços financeiros que os homens têm, o número de pessoas com fome poderia diminuir entre 100 e 150 milhões (Fonte: FAO, 2011);
9. até o ano de 2050, as mudanças climáticas e os padrões irregulares da temperatura terão posto mais 24 milhões de pessoas em situação de fome. Quase metade destas crianças estará vivendo na África Subsaariana (Fonte: PMA, 2009);
10. a fome é o maior problema solucionável do mundo.



Programa Mundial de Alimentos (PMA):

o Programa Alimentar Mundial, Programa Mundial de Alimentação ou Programa Alimentos

para o Mundo é a maior agência humanitária do mundo que fornece, em média, a cada ano, alimentos a 90 milhões de pessoas em 80 países, incluindo 58 milhões de crianças.



David Lorenzana

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rueda_de_los_alimentos.jpg

O PMA é a filial de auxílio alimentar da Organização das Nações Unidas. De sua sede em Roma e de escritórios em mais de 80 países ao redor do mundo, as ações do PMA ajudam pessoas incapazes de produzir ou obter alimento suficiente para si e para suas famílias.

Organização para Alimentação e Agricultura (FAO): é um órgão das Nações Unidas que tem por objetivo aumentar a capacidade da comunidade internacional para, de forma eficaz e coordenada, promover o suporte adequado e sustentável para a segurança alimentar e nutrição, realizando programas de melhoria da eficiência na produção, elaboração, comercialização e distribuição de alimentos e produtos agropecuários de granjas, bosques e pescarias.

Também é missão deste organismo preparar as nações em desenvolvimento para fazer frente a situações de emergência alimentar. Em certos casos, também presta socorro a populações famélicas. Seu atual diretor-geral é o agrônomo brasileiro José Graziano da Silva.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS): é o programa das Nações Unidas, criado em 1996, com a função de criar soluções e ajudar nações no combate à AIDS. Tem como objetivo prevenir o avanço do vírus HIV, prestar tratamento e assistência aos afetados pela doença e reduzir o impacto socioeconômico da epidemia.

Organização Mundial da Saúde (OMS): agência especializada em saúde, fundada em abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas. Sua sede é em Genebra, na Suíça. Segundo sua constituição, a OMS tem por objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos. Além de coordenar os esforços internacionais para controlar surtos de doenças, a OMS também patrocina

programas para prevenir e tratar tais doenças. A OMS apoia o desenvolvimento e distribuição de vacinas seguras e eficazes, diagnósticos farmacêuticos e medicamentos, por meio do Programa Ampliado de Imunização.

IGME: Grupo Interagências das Nações Unidas para a Estimativa da Mortalidade Infantil.

Ao mesmo tempo em que o mundo passa por esse momento crítico, um subcampo da Geografia assume importância nos estudos e análises dos problemas relacionados, entre outros, com a fome: a Geografia da Saúde, que pode ser entendida, grosso modo, como a aplicação das informações, perspectivas e métodos geográficos para o estudo da saúde, das doenças e da assistência médica.

A Geografia da Saúde pode, também, contribuir para o entendimento espacial da saúde de uma população, a distribuição de doenças em uma área, bem como os efeitos ambientais na saúde e nas doenças. No caso específico da fome, a Geografia da Saúde atua no conhecimento das áreas geográficas de ocorrência da fome, nas áreas agricultáveis, assim como na geopolítica dos países, compreendendo como os diversos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais atuam, seja no agravamento, seja na diminuição da situação de fome existente no mundo.

Vale ressaltar, quando se pensa em Geografia da Fome, o nome do médico e geógrafo Josué de Castro (1908-1973) como referência, uma vez que dedicou sua vida ao combate à fome.

Curiosidade

Josué de Castro (1908-1973)

É um nome de referência, uma vez que dedicou sua vida ao combate à fome. Médico e geógrafo, Josué de Castro, natural do Recife, se destacou nos cenários nacional e internacional tanto pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo quanto no plano político em vários organismos internacionais. Partindo de sua experiência no Nordeste brasileiro, escreveu uma ampla obra científica, das quais se destacam: *Geografia da fome*; *Geopolítica da fome*; *Sete palmos de terra e um caixão*; e *Homens e caranguejos*. Além disso, foi presidente do Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e embaixador brasileiro junto à ONU.



Fonte - http://www.imagem.ufrj.br/index.php?acao=detalhar_imagem&id_img=8220

Josué de Castro afirmou, em várias ocasiões, que a fome é a expressão biológica de males sociológicos, estando ligada às distorções econômicas ao redor do mundo. Afirmava também que a fome é um fenômeno geograficamente universal, do qual nenhum continente consegue escapar. Seja de maneira epidêmica, seja de maneira endêmica, os efeitos destruidores da fome são sentidos por todo o globo.

O pensamento de Josué de Castro foi caracterizado por romper com algumas falsas convicções que imperavam em sua época (e que ainda se fazem presentes nos dias atuais) de que a fome e a miséria do mundo eram resultantes do excesso populacional e da escassez de recursos naturais.

No entanto, em suas obras, apresentou claramente que a questão da fome não resultava do quantitativo de alimentos ou do número de habitantes, e sim da má distribuição das riquezas, concentradas cada vez mais nas mãos de menos pessoas. Por isso, acreditava que a problemática da fome não seria resolvida com a ampliação da produção de alimentos, mas com a distribuição não só dos recursos, como também da terra para os trabalhadores nela produzirem.

Tal pensamento encontra eco nos pesquisadores e analistas do mundo atual. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a cada ano são produzidos alimentos suficientes para alimentar cerca de 12 bilhões de pessoas, isto é, quase o dobro dos habitantes do planeta. No entanto, milhões de seres humanos não podem adquiri-los por não terem recursos para isso. Ironicamente, milhões de pessoas no mundo sofrem de excesso de peso. Esse é o assunto do próximo tópico.



Atende ao Objetivo 1

1. Diferencie má nutrição de fome.

Resposta comentada

Você deve entender que, enquanto a fome é a ingestão insuficiente de alimento, a má nutrição relaciona-se ao corpo e à composição do organismo de um indivíduo. A escassez de alimento pode ser mensurada tanto quantitativamente (fome palpável) quanto qualitativamente (fome oculta). Da mesma maneira, a má nutrição engloba as ideias da desnutrição (relacionada ao corpo que não se desenvolveu adequadamente, no que diz respeito a peso, altura ou comprimento para os parâmetros recomendados para determinada idade) e sobrenutrição (quando o corpo é pesado demais para a altura do indivíduo, por exemplo, sobrepeso e obesidade).

Sobrepeso

A Cruz Vermelha Internacional, por meio de seu relatório World Disasters Report (Relatório Mundial de Desastres), divulgado no ano de 2011, afirmou que o número de pessoas obesas já supera o de famintos no mundo.

Enquanto 1,5 bilhão de pessoas estavam com sobrepeso, 925 milhões estavam desnutridas, assinalou a Cruz Vermelha, demonstrando o acesso desigual à comida. O diretor para a divisão da Ásia e do Pacífico, Jagan Chapagain, apontou que “o excesso de nutrição, atualmente, mata mais do que a fome”. E prosseguiu: “o problema da fome existe não porque falta comida no mundo, mas por causa de falhas na distribuição, do desperdício e do aumento dos preços, que tornou os alimentos inacessíveis”. Isso porque, em 2011, o preço dos alimentos aumentou em todo o mundo, sendo causado, segundo a Cruz Vermelha, pela especulação e por mudanças climáticas.



A Cruz Vermelha Internacional (CICV) trabalha pelo mundo inteiro levando assistência humanitária às pessoas afetadas por conflitos, pela violência armada e para promover as leis que protegem as vítimas da guerra. Sua missão é aliviar o sofrimento humano e proteger a vida e a dignidade dos homens. É uma organização independente e neutra e seu mandato deriva essencialmente das Convenções de Genebra, de 1949. Quer saber mais sobre a CICV, sua história, missão, de onde vêm seus fundos e até como trabalhar para ela? Visite o site <http://www.icrc.org/por/who-we-are/index.jsp>



CICV

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emblem_of_the_ICRC_pt.svg.

Mas o que é a obesidade? É uma doença crônica, derivada de vários fatores, na qual a reserva natural de gordura aumenta até o ponto em que passa a estar associada a certos problemas de saúde ou ao aumento da taxa de mortalidade. Isto é, o resultado do balanço energético é positivo, ou seja, a ingestão alimentar é superior ao gasto energético. Mas como diagnosticar e classificar a obesidade?

Dentre as várias maneiras utilizadas, a mais comum é o Índice de Massa Corporal (IMC), que é calculado dividindo-se o peso (em kg) pelo quadrado da altura (em metros), através da fórmula: $IMC = \text{peso atual (kg)} / \text{altura}^2 \text{ (m}^2\text{)}$. Quando o IMC ultrapassa 25, a pessoa é considerada com sobrepeso. Acima de 40, a pessoa possui obesidade mórbida.

O uso do IMC é prático e simples; no entanto, sua aplicação é mais recomendada para adultos. A avaliação da massa corporal em crianças e adolescentes é feita através de tabelas que relacionam idade, peso e altura. O IMC não é indicado nessas faixas etárias, porque crianças e adolescentes passam por rápidas alterações corporais decorrentes do crescimento.

Tabela 13.1: Classificação de peso, segundo o Índice de Massa Corporal

Classificação	IMC (kg/m ²)
baixo peso	menor que 18,5
normal	18,5 – 24,9
sobrepeso	maior que 25
preobeso	25 – 29,9
obeso I	30 – 34,9
obeso II	35 – 39,9
obeso III	Maior que 40

Mas o sobrepeso é decorrente de quê? Ele é produto da má alimentação e da falta de atividade física. Em geral, o sobrepeso tem quatro motivos: comer muito, ter gasto calórico diminuído, acumular gorduras mais facilmente ou ter mais dificuldade de queimar as gorduras.

Um grande número de condições médicas e psicológicas está associado à obesidade. Tais condições são categorizadas como sendo originadas pelo aumento da massa de gordura ou pelo aumento no número de células adiposas. Como exemplo, citamos:

* Aumento da massa de gordura:

- osteoartrite,
- apneia do sono obstrutiva;
- estigma social.

* Aumento no número de células adiposas:

- diabetes;

- câncer;
- doença cardiovascular;
- hepatite.

Estima-se que, por ano, quase 3 milhões de pessoas morrem em decorrência da obesidade.

Muitas são as causas e os mecanismos da obesidade. Entre eles, pode-se citar:

- *Estilo de vida*: o aumento da incidência de obesidade nas sociedades ocidentais nos últimos 25 anos do século XX teve como principal causa o consumo excessivo de nutrientes combinado com o crescente sedentarismo. Devido a diversos fatores sociológicos, o consumo médio de calorias quase quadruplicou entre 1977 e 1995. Porém, a dieta, por si só, não explica o significativo aumento nas taxas de obesidade em boa parte do mundo industrializado nos anos recentes. Um estilo de vida cada vez mais sedentário teve um papel importante. Outros fatores que podem ter contribuído para esse aumento é o estresse da vida moderna e o sono insuficiente.
- *Genética*: o desequilíbrio metabólico que resulta na obesidade é fruto da combinação tanto de fatores ambientais quanto genéticos. Polimorfismos em diversos genes que controlam apetite e metabolismo predisõem à obesidade, mas a condição requer a disponibilidade de calorias em quantidade suficiente, e talvez outros fatores, para se desenvolver plenamente.
- *Doenças*: determinadas doenças físicas e mentais e algumas substâncias farmacêuticas podem predispor à obesidade. Além da cura dessas situações poderem diminuir a obesidade, a presença de sobrepeso pode agravar a gestão de outras. Males físicos que aumentam o risco de desenvolvimento de obesidade incluem diversas síndromes

congenitas, tal qual o hipotireoidismo, bem como algumas enfermidades psicológicas.

A OMS, em seu relatório anual de 2012, mostrou que, no continente americano, 26% dos adultos são obesos, sendo a área com maior incidência do problema. No extremo oposto, está o Sudeste Asiático, com apenas 3% de obesos. Baseado em dados de 194 países, o departamento de estatísticas da OMS afirmou que em todas as regiões do mundo a obesidade duplicou entre 1980 e 2008. A partir disso, tem procurado limitar a obesidade no mundo, ao estimular as autoridades nacionais a estudar possíveis impostos sobre os alimentos e bebidas prejudiciais à saúde.

Dos países ricos, os Estados Unidos são o mais afetado pela obesidade, seguidos pela Nova Zelândia, enquanto a população do Japão registra o menor índice de sobrepeso. Na América Latina, os mais afetados são México, Argentina, Cuba e Brasil.



Para mais informações sobre a porcentagem de pessoas obesas em cada país, consulte o site <http://www.indexmundi.com/map/?v=2228&l=pt>.

Em maio de 2013, os países-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas (ONU), em reunião em Genebra, na Suíça, decidiram adotar o plano de ação contra doenças como afecções cardiovasculares, câncer ou diabetes crônica. O plano procura modificar modos de vida considerados prejudiciais, que incluem fumar, consumir bebidas alcoólicas ou comer alimentos que podem prejudicar a saúde e propiciar enfermidades não contagiosas.

O objetivo destas ações, entre outras coisas, é conter o aumento da obesidade no mundo até o ano de 2020. O diretor do departamento da OMS responsável pela nutrição para a saúde e o desenvolvimento, Francesco Branca, declarou que “a luta contra a obesidade é uma prioridade. É um dos principais fatores da luta contra as doenças não contagiosas”.

Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento são enfáticos quando o assunto é obesidade. Todos apontam que o tratamento deve ser indicado por médicos e tem como ponto de partida a realização de mudanças no estilo de vida da pessoa, com a limitação das calorias e a prática de exercícios físicos. Seja como for, o tratamento depende do nível de obesidade, da saúde da pessoa e da motivação para perder peso.

Um fato que vem preocupando os especialistas é a obesidade infantil, que vem crescendo cada vez mais nos últimos anos. Estima-se que já são cerca de 42 milhões de crianças obesas, dos quais 35% são meninas e 32% são meninos. Em 1970, os dados eram de 10,9% de meninas e 8,6% de meninos, ou seja, o número de crianças obesas no mundo triplicou. Uma das causas dessa obesidade é a propaganda de televisão, que, ao usar técnicas de marketing, atrai as crianças para determinados produtos, muitas vezes industrializados. Outro fator da obesidade infantil é a falta de atividade física (que vem junto com a urbanização e o avanço da tecnologia).

Atualmente, a prática de atividades físicas foi substituída por jogos eletrônicos, brinquedos, etc. Além disso, a pirâmide da alimentação vem sendo continuamente ignorada, resultando no alto consumo de alimentos industrializados, que possuem alto teor de gordura, sódio e açúcar.

Uma criança é considerada obesa quando ultrapassa em 15% o peso médio correspondente à sua idade. É no final da infância e início da adolescência, com a aproximação das transformações físicas, que se verificam as consequências psicológicas, emocionais e sociais – justamente pelo excesso de peso.

Tal situação está diminuindo a qualidade de vida e aumentando o número de respostas emocionais inadequadas, como, por exemplo, os distúrbios de identidade que estão associados a uma baixa autoestima. A criança e o adolescente enfrentam dificuldades diárias com preconceitos externos. Sentindo-se discriminadas, tendem ao isolamento social.



Robert Lawton

Figura 13.4: Obesidade infantil: epidemia global.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Childhood_Obesity.JPG

Pensando em reverter essa condição, o Departamento de Nutrição da Universidade de Brasília (UNB) elaborou, em 2001, um livro intitulado *Rotulagem nutricional obrigatória: manual de orientação aos consumidores – educação para o consumo saudável*, por solicitação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), atrelada ao Ministério da Saúde. O objetivo foi promover a escolha de alimentos saudáveis a partir das informações contidas nos rótulos de alimentos. Essa foi uma das estratégias desenhadas pela Política Nacional de Alimentação para a redução dos índices de sobrepeso, obesidade e doenças crônico-degenerativas associadas aos hábitos alimentares da população.



Para mais informações sobre *Manual de orientação aos consumidores – educação para o consumo saudável*, consulte o site http://www.anvisa.gov.br/alimentos/rotulos/manual_rotulagem. PDF. Tal manual está disponível para download e tem sua reprodução – total ou parcial – autorizada pela universidade, desde que seja citada a fonte.



Atende ao Objetivo 2

2. Como definir obesidade? Ela pode ser considerada uma doença?

Resposta Comentada

Você deve ser capaz de compreender que a obesidade é uma doença crônica multifatorial e que o excesso de peso predispõe o organismo a uma série de problemas, como doença cardiovascular, apneia do sono, hipertensão arterial e alterações na circulação. A obesidade pode ser definida por um Índice de Massa Corporal (IMC) acima de 25. Quando esse índice está acima de 40, ela é definida como mórbida. Este número é obtido dividindo-se o peso em quilogramas pela altura em metros ao quadrado.

CONCLUSÃO

Embora os especialistas afirmem que as doenças que marcam o século XXI sejam as emocionais, os governos e a sociedade em geral vêm se preocupando com a fome e a obesidade. Estas atingem milhões de pessoas ao redor do globo e estão relacionadas não apenas às questões de saúde, mas também aos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Atualmente no mundo já existem mais pessoas com excesso de peso do que as que não conseguem ter uma alimentação adequada. O número de pessoas subnutridas tem-se mantido mais ou menos estável, porém o número de obesos não cessa de aumentar. A maioria dos obesos está no Ocidente, e a maioria dos subnutridos está na África e no Sudoeste Asiático.

A modernidade gera a adaptação do homem para sua própria sobrevivência. Tal adaptação também se reflete nos hábitos alimentares. Hoje, as pessoas cada vez menos se preocupam com a alimentação, o que produz efeitos danosos ao corpo humano. A agitação cotidiana nos leva à procura demasiada pelos *fast-food* (ou aos locais de alimentação rápida), com alimentos gordurosos e com conservantes químicos.

O direito a uma alimentação saudável e satisfatória está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Porém, pelas mais variadas questões, esse direito não é respeitado. Fome e obesidade são dois dos grandes riscos à saúde no mundo. Cabe aos governos e à sociedade a solução desses problemas.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2.

A dialética fome x sobrepeso vem angustiado pesquisadores, governos e instituições pelo mundo, uma vez que tanto um quanto outro são considerados não só problemas graves, como também casos de saúde pública. Qual a diferença entre eles e por que ocorrem?

Resposta Comentada

Você deve entender que a dialética fome x sobrepeso se compõe de dois extremos que resultam da desigualdade socioeconômica mundial. A fome é caracterizada pela carência e/ou pela falta de alimentos, ou seja, a fome é a insuficiência de comida, que pode ser medida tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos.

A fome leva à desnutrição, que está relacionada ao corpo que não se desenvolveu adequadamente, no que diz respeito a peso, altura ou comprimento, para os parâmetros recomendados para determinada idade, devido à falta ou insuficiência de comida. Já o sobrepeso é caracterizado pelo excesso de alimento e é uma doença crônica caracterizada pelo excesso de gordura corporal, que causa prejuízos à saúde do indivíduo. A obesidade coincide com o aumento de peso, mas nem todo aumento de peso está relacionado à obesidade.

Tanto a fome quanto a obesidade estão associadas às condições socioeconômicas da sociedade, ou seja, à má distribuição dos recursos, à concentração de renda, à vida agitada da modernidade, à mudança alimentar para os *fast-food* e à perda do hábito de praticar exercícios físicos, entre outras.

RESUMO

A primeira parte da aula foi dedicada à fome, sua definição, suas causas e suas consequências. Atingindo cerca de 900 milhões de pessoas ao redor do mundo, ela se manifesta de duas formas: aberta ou epidêmica e oculta ou endêmica. A primeira acontece em períodos marcados por problemas no abastecimento de alimentos de determinadas regiões por motivo de desastres ecológicos, pragas ou guerras, por exemplo. A segunda corresponde àquela em que o indivíduo não consome a quantidade diária mínima de calorias e que tem como resultado a subnutrição ou a desnutrição, fragilizando sua saúde. Além disso, a fome é resultado da desigualdade socioeconômica no mundo e não da falta de alimento para todos.

A segunda parte da aula foi destinada à obesidade, seu significado, seus motivos e seus efeitos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ao lado da fome, a obesidade está adquirindo proporções de epidemia, ao atingir tanto adultos quanto crianças. Atingindo mais de 1 bilhão de pessoas no mundo, a obesidade é uma doença caracterizada pelo excesso de gordura corporal, sendo o resultado mais comum do desequilíbrio existente entre o consumo de energia e o gasto energético. Também pode ser gerada por questões genéticas, por doenças, bem como pelo estilo de vida contemporâneo, marcado pelo mau hábito alimentar e pelo sedentarismo.

Ela vem sendo considerada um problema de saúde pública, pois faz com que o organismo esteja predisposto a doenças cardiovasculares, diabetes, entre outras enfermidades. Tal qual a fome, também possui aspectos socioeconômicos, uma vez que atinge, principalmente, os países industrializados e, de forma mais impactante, os países desenvolvidos.

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula será destinada ao estudo da mobilidade da população mundial, suas causas e os efeitos decorrentes dessa mobilidade.

Aula 14

A mobilidade da população mundial

*Ulisses Fernandes
Melissa Anjos*

Meta da aula

Apresentar a mobilidade espacial da população, suas teorias e suas particularidades.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer alguns dos enfoques teóricos utilizados no estudo da mobilidade espacial;
2. identificar algumas causas e consequências da mobilidade espacial.

INTRODUÇÃO

Os estudos geográficos sobre a mobilidade espacial da população – ou ainda sobre as migrações – abarcam uma perspectiva histórica ampla desde a Antiguidade até os dias atuais. O fenômeno do povoamento não poderia ser completamente entendido sem as migrações. Sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete as mudanças nas relações entre as pessoas e entre estas e o meio ambiente. Para tanto, são consideradas desde migrações intercontinentais até migrações dentro do mesmo continente, do mesmo país e do mesmo estado. Neste processo, são geralmente enfocados o mercado de trabalho, a miscigenação e a defesa de sociedades contra a presença de etnias diferentes.

Quanto aos tipos de mobilidade – ou migração –, existem: os permanentes, os ocasionais, os forçados (como a migração de refugiados, o comércio de escravos, a perseguição política e/ou religiosa ou ainda o devido a catástrofes naturais), os espontâneos, os legais e os ilegais. Quanto aos motivos, podem ser políticos, econômicos, militares e culturais. A causa econômica é, de fato, a que mobiliza um maior número de pessoas a deixarem seus locais de origem em busca de melhores condições de vida. Com relação às consequências, são: demográficas, econômicas e socioculturais, tanto para os locais emissores quanto para os receptores, podendo ser simultaneamente positivas para uma área e negativas para outra. São muitas as visões teóricas sobre a mobilidade. Na aula de hoje, veremos duas: a neoclássica e a marxista.

Aspectos teóricos da mobilidade espacial da população

Nas últimas décadas, o fluxo da mobilidade espacial da população tem se dirigido, principalmente, para os países e regiões mais desenvolvidas, como, por exemplo:

- Europa Ocidental e Central, que recebem fluxo populacional oriundo da África, da Ásia e do Leste Europeu;
- América do Norte, que recebe da América Latina;
- Austrália, que recebe da Ásia Meridional e do Sudeste Asiático;
- Japão, que recebe, principalmente, da Ásia Oriental.

Entretanto, nos últimos tempos, devido à crise financeira mundial, os fluxos estão se invertendo.

A migração mundial já ultrapassou a marca de 200 milhões de pessoas. Segundo uma pesquisa realizada em 150 países pelo instituto americano de pesquisa Gallup, se dependesse somente da vontade das pessoas, esse número chegaria à casa dos 900 milhões. É verdade que estes números atuais impressionam; no entanto, o fenômeno da mobilidade espacial é tão antigo quanto a nossa própria existência.

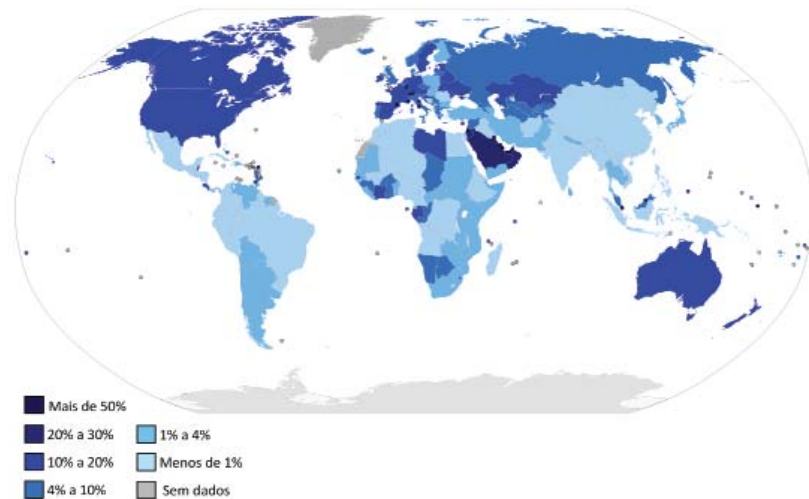
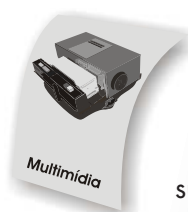


Figura 14.1: Percentual da população imigrante de cada país em relação à população total – baseado em dados da ONU, 2005.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Countries_by_immigrant_population.svg



Para saber mais sobre a taxa de migração de todos os países do globo, consulte o site <http://www.indexmundi.com/map/?t=0&v=27&r=xx&l=pt>. Todas as informações do site são referentes a janeiro de 2012.

Segundo o marroquino naturalizado brasileiro prof. dr. Mohammed Elhajji, da Escola de Comunicação da UFRJ, a mobilidade ou migração, enquanto condição criadora da espécie humana, não pode ser encarada como anomalia ou exceção. Na verdade, essa é a regra absoluta que, além de ter sustentado o processo inicial de evolução do homem, propiciou as bases materiais da capacidade de abstração e continua reformulando o sentido **ontológico** do ser humano e o significado social e histórico do sujeito.

Contudo, fatores de ordem política, econômica, cultural, organizacional, social e psicológica oriundos da contemporaneidade têm transformado tal fenômeno. Entre tais modificações, citam-se a industrialização, a urbanização, a pobreza, as guerrilhas urbanas, as migrações planejadas, o déficit da natalidade nos países desenvolvidos, o desenvolvimento e barateamento dos meios de transporte, a revolução tecnológica e comunicacional e, entre outras, a naturalização de novas formas de desejo, subjetivação e realização pessoal.

Apesar disso, o que vem chamando a atenção de todos os pesquisadores é o redirecionamento dos fluxos mobilizatórios internacionais. De acordo com dados publicados pela Organização Internacional para Migração (OIM), atualmente há uma tendência contínua e progressiva de reorientação dos movimentos populacionais do sentido Sul-Norte para o Sul-Sul ou, até mesmo, Norte-Sul. Entre as explicações para tal dinâmica estão, de um lado, o momento econômico favorável de vários países em desenvolvimento

Ontológico

Que se refere à ontologia, parte da Filosofia que estuda o ser e a existência.

Xenofobia

Hostilidade, receio, medo ou rejeição direcionada às pessoas provenientes de países estrangeiros.

e as facilidades burocráticas destes países; de outro, a atual crise econômica tanto da Europa quanto da América do Norte, além da **xenofobia** e dos empecilhos administrativos.

Como dito anteriormente, passemos a abordar os aspectos teóricos que tentam explicar a mobilidade espacial populacional a partir da visão neoclássica.

O enfoque neoclássico

Até a década de 1970, o fenômeno da mobilidade era considerado a partir de uma perspectiva neoclássica, dentro de uma visão predominantemente descritiva e dualista.

A visão neoclássica via os movimentos migratórios a partir da mensuração dos fluxos demográficos e das características individuais dos migrantes. Do ponto de vista espacial, a análise estatística de fluxos e de aglomerações era favorecida em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social. Tal concepção levava a um modelo redutivo da realidade, no qual a sociedade era considerada sob um enfoque individualizado, isto é, cada pessoa buscava maximizar suas necessidades. A decisão de migrar era percebida como decorrente apenas da “decisão pessoal”, e não pressionada ou produzida por forças socioeconômicas.

Os pressupostos atrelados a tal visão eram:

- a) a escolha racional;
- b) a mobilidade dos fatores de produção;
- c) as diferenças salariais;
- d) as diferenças nas oportunidades de emprego.

Quanto às hipóteses vinculadas, citam-se:

- a) melhoria nas oportunidades econômicas disponíveis no destino aumenta os ganhos líquidos para a migração e aumenta a probabilidade de os trabalhadores migrarem;

b) melhoria nas oportunidades econômicas na origem reduz os ganhos líquidos da migração e reduz a probabilidade de o indivíduo migrar;

c) aumento nos custos da migração reduz os ganhos líquidos da migração e reduz a probabilidade de migrações.

O demógrafo espanhol Jesús Javier Sánchez Barricarte aponta para duas perspectivas que explicam a teoria neoclássica. São elas: a macroeconômica e a microeconômica. Na vertente macroeconômica, a mobilidade acontece por conta das diferenças geográficas na demanda e na oferta de trabalho. Na vertente microeconômica, a sugestão é de que o fator importante na decisão de migrar está na diferença de renda esperada, e não na diferença absoluta entre os salários.

Como todo enfoque, a visão neoclássica apresentava problemas. Entre eles:

a) tais teorias desconsideravam o problema do desemprego urbano e do subemprego nos países mais pobres, ignorando a proporção de força de trabalho que não era absorvida pela chamada “economia moderna”;

b) a migração era percebida como um mecanismo gerador de equilíbrio para as economias em mudança (rural para industrial, por exemplo), especialmente as mais pobres.

Na realidade, essa visão era muito influenciada pelo determinismo, ou seja, o fenômeno migratório estava reduzido à identificação e quantificação de algumas causas e efeitos. Ao considerar a migração de uma forma isolada e pontual, esse enfoque torna-se a-histórico e pretensamente apolítico, em oposição ao método histórico dialético (marxista).

O enfoque marxista

A partir de meados da década de 1970, o fenômeno da mobilidade foi considerado por intermédio de uma perspectiva marxista, dentro de um enfoque histórico-estrutural da mobilidade.

Assim sendo, a migração passou a ser concebida como “mobilidade forçada pelas necessidades do capital”, e não mais como um ato soberano de vontade pessoal em resposta à diferença de renda urbana esperada. Desta maneira, pode-se entender a mobilidade enquanto um fenômeno social historicamente condicionado, o que o torna uma consequência de um processo global de transformações.

Segundo esta visão, os países capitalistas atraíam os trabalhadores imigrantes objetivando manter os salários baixos para aumentar os seus benefícios. Tais trabalhadores eram considerados o “exército de reserva” dos países. Isso levou ao desenvolvimento capitalista e da divisão internacional do trabalho.



Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx e refere-se à força de trabalho que excede as necessidades da produção, ou seja, os desempregados. Para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista, é necessário que uma parte da população esteja permanentemente desempregada, pois esse contingente inibe as reivindicações dos trabalhadores e contribui para o rebaixamento dos salários. Aquela velha história: se você reclama muito do seu emprego, há muita gente de olho nele. Isso o faz aceitar muita coisa sem reclamar!

De acordo com esta visão, as correntes mobilizatórias tem como características:

a) a mobilidade espacial forma a estrutura do capitalismo, sendo de grande utilidade para os donos dos meios de produção;

- b) as flutuações dos períodos econômicos e as taxas de desemprego influem na imigração a curto prazo; porém, a longo prazo, o capital se beneficia da chegada constante de estrangeiros;
- c) os governos tendem a frear a imigração em épocas de recessão econômica, para evitar uma crise no sistema;
- d) os diversos segmentos da classe capitalista têm diferentes interesses na mobilidade espacial, que pode ser legal ou ilegal. A preferência pelos migrantes ilegais se deve à exploração e à possibilidade de manter o salário baixo.

Como na visão neoclássica, também existiam críticas ao enfoque marxista. Eram elas:

- a) era discutível a previsão de que os fluxos migratórios em longo prazo fossem parte estrutural do capitalismo;
- b) não estava claro, tampouco, que os Estados fomentassem a incorporação dos imigrantes de diferentes origens étnicas para favorecer a formação de classes e as tensões raciais com os trabalhadores nativos;
- c) a exclusividade desse enfoque nas motivações econômicas afetam sua capacidade de explicar as políticas para os refugiados ou outras medidas sobre a imigração baseadas na política exterior dos países.

A visão marxista aponta para dois conjuntos de fatores que estão relacionados às migrações em suas áreas de origem. São eles:

- a) fatores de mudança: decorrentes da introdução de novas relações de produção, com a retirada dos trabalhadores rurais da terra para outros locais – êxodo rural-urbano;
- b) fatores de estagnação: relacionados à crescente pressão demográfica sobre terras utilizadas para culturas de subsistência, estando sua disponibilidade limitada pelos **latifúndios** ou, ainda, pela mudança da estrutura agrária nos países em desenvolvimento.

Latifúndio

Grande extensão de terra pertencente a uma única pessoa, uma família ou uma empresa.

Assim, na visão marxista, a mobilidade da força de trabalho é uma condição necessária para a constituição do mercado de trabalho capitalista. Por um lado, o trabalhador tem a liberdade de vender a sua força de trabalho, liberdade positiva, pois a força de trabalho é uma mercadoria sua e que pode ser vendida segundo o seu interesse. Por outro, o trabalhador não tem alternativa, a não ser vender a sua força de trabalho. É a dimensão negativa da liberdade, o que o mercado de trabalho capitalista lhe oferece.

Assim, essa liberdade de vender sua força de trabalho implica a mobilidade tanto entre os diferentes setores da economia quanto no espaço, segundo as necessidades do capital. Por esse ponto de vista, à liberdade de vender a sua força de trabalho, acrescenta-se a liberdade de se mover no espaço ou de migrar.



Atende ao Objetivo 1

1. Diferencie a visão neoclássica da visão marxista sobre a mobilidade espacial populacional.

Resposta Comentada

O enfoque neoclássico via os movimentos migratórios a partir da decisão individual de cada pessoa; além disso, a análise estatística de fluxos e de aglomerações era favorecida em detrimento da visão histórico-geográfica de uma formação social. Tal visão levava a um modelo redutivo da realidade. O enfoque marxista, por outro lado, concebia a migração como uma mobilidade forçada pelas necessidades do capital, e não mais como um ato individual, em resposta à diferença de renda urbana esperada. Para esta visão, os países capitalistas atraíam os trabalhadores imigrantes, objetivando manter os salários baixos para aumentar os seus benefícios.

As particularidades da mobilidade espacial populacional

A mobilidade espacial da população provoca uma série de alterações ao nível demográfico, econômico, social, político e, entre outros, cultural.

Em termos demográficos, destacam-se:

- a) a evolução da população: à medida que o crescimento efetivo não depende apenas do crescimento natural, mas também do saldo migratório;
- b) a estrutura demográfica: por gerarem frequentemente desequilíbrios entre gêneros e grupos etários;
- c) a redistribuição da população: uma vez que os fluxos tanto podem acentuar quanto suavizar os desequilíbrios regionais.

Em termos econômicos, salienta-se:

- a) a alteração da população ativa: uma vez que se verifica uma redução do número de trabalhadores resultante da saída majoritária de jovens e adultos nas áreas de partida e, conseqüentemente, um aumento das áreas de destino;

b) a intensificação dos fluxos financeiros: principalmente, quando se trata de migrações externas.

Os migrantes têm por norma enviar as suas economias para os parentes nos países de origem, bem como investem na construção da casa própria e na compra de bens permanentes. Tal fato reflete, de maneira positiva, na economia do país de origem.

Em termos socioculturais, expõem-se:

- a) a alteração nas relações pessoais;
- b) a dificuldade de integração e o aumento das tensões sociais;
- c) a xenofobia;
- d) a alteração de aspectos culturais tanto no país de destino quanto no de origem.

Em termos políticos, evidenciam-se:

- a) as políticas de controle da entrada de migrantes;
- b) os aspectos burocráticos para conseguir permissão para entrar em um país;
- c) as leis contra a ilegalidade.

Além das transformações causadas, a mobilidade possui outras características. Entre elas, estão as formas da migração:

- a) quanto ao espaço: são internas – quando os deslocamentos se realizam dentro de um mesmo país; e externas – quando os deslocamentos são feitos de um país para outro. Nas externas, quando o deslocamento é efetuado dentro do mesmo continente, chama-se intracontinental; quando é realizado para um país de outro continente, chama-se intercontinental;
- b) quanto à duração: podem ser temporárias – se a mudança é apenas por um determinado período de tempo; e definitivas – se o indivíduo decide estabelecer-se de maneira permanente no local de destino;

c) quanto à forma: podem ser voluntárias – quando a decisão de se deslocar é do próprio indivíduo; e forçadas – quando o indivíduo se vê obrigado a deslocar-se pelos mais diferentes motivos (guerras, perseguição, desastres, etc.);

d) quanto ao controle: podem ser legais – quando existe a autorização do país de acolhimento; e ilegais/clandestinas – quando o indivíduo entra num país sem nenhuma autorização.

As causas da mobilidade:

a) econômica: é possível que seja a causa fundamental da mobilidade, quase sempre resultado da diferença de desenvolvimento socioeconômico entre países ou entre regiões. Nesses casos, os indivíduos migram em busca de melhores condições de vida, com salários mais elevados, condições de trabalho mais dignas e assistência social mais eficaz. No caso dos migrantes ilegais, isso não acontece;

b) natural: na maioria dos casos, são migrações forçadas devido a causas naturais, que podem ser enchentes, terremotos, secas, vulcões, etc. Nesses casos, a vida e a sobrevivência das pessoas estão em risco e elas se veem forçadas a abandonar seus lugares de residência;

c) política: de maneira geral, são as externas, e acontecem devido a mudanças nos governos ou nos sistemas políticos, bem como as guerras. Também acontecem devido à inexistência de liberdade e à repressão de alguns regimes políticos;

d) étnica: às vezes, confundida com racismo; tem a ver com diferenças entre culturas e povos, podendo ou não ser da mesma etnia. Os conflitos levam uma determinada etnia a necessitar deixar seu lugar de origem;

e) religiosa: perseguições religiosas geradas pelos conflitos e tensões levam as pessoas (geralmente, a minoria) a deixarem seus lugares em busca de liberdade religiosa;

- f) cultural: poucos consideram esse motivo uma causa de migração; contudo, há muitas pessoas que se deslocam (em geral, temporariamente) com uma finalidade cultural ou para adquirir conhecimentos – como os estudantes universitários, por exemplo;
- g) laboral: são todos os deslocamentos que se efetuam por motivos profissionais. Podem também ser sazonais e, de modo geral, são temporários;
- h) social: deslocamento de população para outras áreas, à procura de condições sociais que não encontra em sua área de origem;
- i) ambiental: embora com fraca expressão, existem casos de migração provocados pela fuga de condições ambientais indesejáveis;
- j) turística: podem ser consideradas também como sazonais, pois acontecem em determinadas épocas ou estações do ano, principalmente no período de férias.

A seguir, você observará uma sequência de imagens relacionadas à migração; em grande parte, são fatores que motivaram o deslocamento.



Figura 14.2: Devastação provocada pela erupção do Monte Unzen, no Japão, em 1991.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:UnzenDevastation.jpg>



Figura 14.3: Menina cristã queimada durante violência religiosa na cidade de Orissa, Índia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Girl_sufferedwithburnwounds.jpg



Figura 14.4: Resultado de explosão causada por terrorista suicida do Hamas em Jerusalém – 2007.

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:HAMAS_suicide_bombing_in_Jerusalem_on_25_February_\(DoS_Publication_10321\).png](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:HAMAS_suicide_bombing_in_Jerusalem_on_25_February_(DoS_Publication_10321).png)



Figura 14.5: Campo de refugiados em Beirute – Líbano (sem data).

Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Refugee_camp,_Beirut_from_Bain_Collection,_no_date_\(LOC\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Refugee_camp,_Beirut_from_Bain_Collection,_no_date_(LOC).jpg)



Figura 14.6: Fronteira entre México e Estados Unidos, com patrulhas na fronteira no lado norte-americano.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mexican-American_border_at_Nogales.jpg

A constante saída de pessoas de um país em busca de melhorias socioeconômicas cria um conjunto de consequências. Entre elas, estão:

a) alteração do equilíbrio demográfico;

b) transformação na estrutura socioeconômica tanto do país de origem quanto no de destino;

c) criação de contrastes, cada vez mais acentuados, entre regiões.

O fenômeno da mobilização espacial não se reflete apenas na distribuição da população. Os reflexos se pronunciam também em sua estrutura etária:

a) nas áreas de origem: observa-se o envelhecimento da população e a diminuição da população ativa (em idade de trabalhar), pois são esses que migram à procura de melhores condições de vida, bem como a diminuição da taxa de natalidade, o desequilíbrio na composição dos gêneros (masculino e feminino) e o aumento dos encargos sociais;

b) nas áreas de destino: verifica-se, pelo aumento da natalidade (pela chegada de pessoas em idade de procriar), o rejuvenescimento da população e a concentração de força de trabalho (aumento da população ativa e a exploração barata de mão de obra), que se traduz na acumulação de riquezas do respectivo país (dinamização da economia). Por outro lado, também há o aumento do racismo e da xenofobia, bem como a **aculturação**.

Aculturação

Designa o contato entre culturas diferentes e as suas consequências. A aculturação supõe a assimilação de um grupo cultural por outra cultura, resultando na alteração dessa cultura e em modificações na identidade do grupo.

Num processo de aculturação, existe a possibilidade de verificação de tensões entre as culturas.



Atende ao Objetivo 2

2. Nesta aula, vimos que a mobilidade espacial da população pode ocorrer devido a uma série de causas. Resuma algumas das causas da mobilidade espacial populacional.

Resposta Comentada

As causas da mobilidade espacial podem ser as mais diversas. Estão desde as econômicas (as mais comuns) até as ambientais. Nas causas econômicas, figuram tanto o recesso econômico no país de origem quanto a busca por melhores condições de vida no país de destino. Também podem ser causadas pelos desastres naturais, por exporem a vida e a sobrevivência das pessoas a risco. Por motivos políticos, quando há mudanças nos governos ou nos sistemas políticos, ou ainda quando falta liberdade ou por causa da repressão de alguns regimes. Os conflitos étnicos e religiosos também podem ser causas da mobilidade, uma vez que tais tensões tornam inviável a permanência de indivíduos ou grupos em determinado lugar.

CONCLUSÃO

A mobilidade espacial da população – ou, simplesmente, a migração – aconteceu em todos os tempos e sob as mais diversas conjunturas, seja tribal, nacional, internacional, de classes ou individual. Sejam os motivos políticos, sociais, econômicos, religiosos, étnicos, ou simplesmente por prazer, as causas e consequências são o mote de estudos dos mais diferentes especialistas – geógrafos, demógrafos, historiadores, economistas, sociólogos, etc.

Foi por causa da mobilidade espacial que o homem chegou a todos os lugares do planeta. Foi sob a égide da conquista que a migração afetou todas as grandes épocas da História. Foi sob o escudo da colonização que o mundo todo foi e, cada vez mais, continua sendo transformado. O que fica como experiência é um

mundo em contínuo processo de adaptação, são pessoas estendendo suas redes de relações por todos os lugares, mas também são conflitos, tensões, desordens, confusões, crises e intolerâncias. Mas o mundo continua mudando...

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Todas as teorias estão sujeitas a críticas. Quais são as críticas sobre a mobilidade espacial aos enfoques neoclássico e marxista?

2. Leia com atenção a reportagem disposta no link <http://refunitebrasil.wordpress.com/2011/05/22/refugiados-arabes-chegam/>. Sobre os refugiados descritos na reportagem:

a) aponte uma causa que determine a sua saída do país de origem;

b) aponte uma razão que justifique a tentativa europeia de barrar a entrada desses refugiados em seu território.

Resposta Comentada

1. As críticas à visão neoclássica sobre a mobilidade eram, basicamente, sobre a sua desconsideração do problema do desemprego urbano e do subemprego nos países mais pobres, o que refletia no excesso de mão de obra desempregada e sobre a percepção da migração enquanto um mecanismo equilibrador para as economias em mudança, especialmente as mais pobres. Já as críticas à visão marxista atrelavam-se à previsão da mobilidade como parte estrutural do capitalismo e à exclusividade nas motivações econômicas que afetavam sua capacidade de explicar as políticas para os refugiados ou outras medidas sobre a migração baseadas na política exterior dos países.

2. a) Sobre a Líbia, especificamente, pode-se apontar a guerra civil como a causa mais direta da migração em massa de sua população; mas outras situações presentes na África – e em outras regiões periféricas do mundo – como a fome, a escassez de trabalho e a concentração de terras justificam a imigração em direção a porções do mundo com economias mais estruturadas; b) a xenofobia ou aversão ao estrangeiro talvez seja a razão mais comum para justificar a proibição de imigrantes na Europa. As diferenças culturais e o medo da população local em relação à competição pelo mercado de trabalho também são causas que devem ser bastante consideradas.

RESUMO

A primeira parte da aula foi dedicada a alguns aspectos teóricos relacionados à mobilidade espacial. Dentre as mais diversas teorias, vimos duas: a neoclássica e a marxista.

Tabela 14.1: Características dos enfoques neoclássico e marxista

Enfoque neoclássico	Enfoque marxista
Decisão de migrar: caráter individual, livre escolha	Decisão de migrar: forçada pela necessidade de valorização do capital
Significado: elemento de equilíbrio em economias mais pobres; industrialização e modernização como força positiva e propulsora da migração	Significado: resultado de um processo global de mudanças; expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital
Metodologia: análise descritiva, dualista e setorial do fenômeno; enfoque pontual; considera as características individuais dos migrantes	Metodologia: análise histórico-cultural das migrações; enfoque dialético; considera a trajetória dos grupos sociais
Categoria de análise: indivíduo	Categoria de análise: grupos sociais
Dimensão espaço-temporal: deslocamento do indivíduo entre dois pontos; visão fixa de mercado de trabalho homogêneo e pontual	Dimensão espaço-temporal: movimentos de um conjunto de pessoas, em certo período de tempo, no espaço geográfico; mercado de trabalho multidimensional e em transformação no tempo e no espaço

A segunda parte da aula foi destinada às particularidades da mobilidade espacial. Entre elas, suas causas, que podem ser políticas, econômicas, religiosas, étnicas e, entre outras, culturais, e suas consequências, que podem ser demográficas, econômicas e socioculturais.

Tabela 14.2: Consequências da mobilidade espacial

Para o país de origem	Para o país de destino
Positivas: entrada de divisas; difusão de novas ideias e costumes; concentração fundiária, porque os agricultores que migram vendem as suas terras	Positivas: aumento da disponibilidade de mão de obra; rejuvenescimento da população; maior capacidade empreendedora; dinamização da economia
Negativas: perda de mão de obra com plena capacidade produtiva; desequilíbrio entre os sexos; envelhecimento da população; diminuição das taxas de natalidade; aumento dos encargos sociais	Negativas: aumento das taxas de desemprego; problemas habitacionais, levando à proliferação de bairros pobres e/ou clandestinos; aumento do racismo e da xenofobia

Informação sobre a próxima aula

A próxima aula será destinada ao estudo da mobilidade da população causada por desastres naturais, tais como terremotos, erupções vulcânicas, *tsunamis*, entre outros.

Aula 15

Desastres naturais e mobilidade da população

*Ulisses Fernandes
Melissa Anjos*

Metas da aula

Apresentar a mobilidade espacial da população a partir dos desastres naturais ocorridos no mundo, bem como a participação do homem nesses desastres.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer as perspectivas que defendem que o homem é o centro dos problemas ambientais;
2. identificar algumas das relações entre os desastres ambientais e a mobilidade espacial da população.

INTRODUÇÃO

Muitos estudiosos têm descrito o aumento desenfreado da espécie humana como uma das piores ameaças que o meio ambiente tem de enfrentar. E, em parte, eles têm razão. Porém, na mesma proporção em que o homem destrói a natureza, ele encontra novas possibilidades e soluções para os problemas que cria.

A partir das últimas décadas do século XX, os problemas ambientais começaram a exigir a atenção de todos os setores da sociedade. Assim, teve início uma busca não somente para a solução de problemas específicos, mas também para uma coexistência entre homem e meio ambiente.

Desta maneira, busca-se, cada vez mais, o desenvolvimento e a utilização das chamadas tecnologias verdes, que usam energias renováveis e reciclam materiais visando a uma economia sustentável que preserve o meio ambiente. No entanto, também existem entre nós os que acreditam que o número alarmante da população ainda pode vir a ser a causa do colapso da Terra. Estes são chamados de neomalthusianos. Já os estudamos na Aula 2 (Teorias demográficas) e, portanto, já sabemos que as previsões tanto de Malthus quanto de seus seguidores não se realizaram.

A migração, permanente ou temporária, tem sido sempre uma tradicional resposta ou estratégia de sobrevivência das populações que se confrontam com essa perspectiva, impacto ou consequência dos desastres ambientais. Em muitos casos, razões econômicas e sociais, como a pobreza, o desemprego, a plena falta de perspectivas, somam-se às causas ambientais para produzir os deslocamentos. Estes também podem ser resultado direto da insuficiência de recursos naturais em determinadas regiões, sendo impossível atribuir a uma ou outra causa em especial aquela que tenha sido determinante para provocar a movimentação.

É disso que trata esta aula: da migração ambiental ou dos refugiados climáticos, como se queira chamar.

O homem como causador dos problemas ambientais

Tanto os desastres ambientais quanto os riscos de desastres, sejam de origens naturais ou derivados da ação do homem, se apresentam como um dos grandes temas do mundo contemporâneo, principalmente pelo agravamento dos riscos em virtude do desenvolvimento tecnológico e pelo uso indiscriminado dos recursos naturais. A migração, seja ela permanente ou temporária, tem sido sempre uma tradicional resposta para tais problemas.

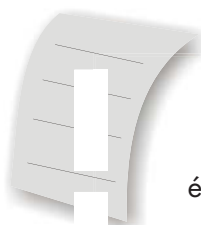
Entretanto, com esses desastres, que podem ser naturais ou causados pelo homem, a decisão de migrar é uma das mais importantes estratégias de sobrevivência adotada pelo indivíduo. Hoje, o problema ambiental é global e a sua degradação tem acelerado o processo de migração, que recebe o nome tanto de migração ambiental como também de refugiados climáticos.

Esta situação encontra opositores em diferentes grupos e organizações ecológicas que acusam esse movimento migratório de causar os impactos ambientais. Tal corrente de opositores, chamados de neomalthusianos (já estudados na Aula 2), defendem que a Terra não é capaz de abrigar e sustentar tanta gente, porque sua capacidade é limitada. Ou seja, se os recursos naturais não são renováveis, quanto mais gente houver no planeta, mais rápido se acabarão as fontes de energia, as reservas minerais e a disponibilidade de água potável.

Assim, segundo os integrantes e simpatizantes desta corrente, é preciso frear o crescimento da população mundial para proteger a Terra. Vários documentos já foram publicados por integrantes dessa corrente, afirmando que a migração acelera o processo de degradação ambiental e, por isso, é necessário reduzir a migração para conter essa ameaça.

Para que você tenha uma ideia, a organização WWF já declarou que o crescimento desenfreado da população é possivelmente a mais séria ameaça para a sobrevivência, pois quanto mais pessoas houver, mais recursos serão consumidos, o que gerará mais

contaminação e mais degradação. Declarou também que, se não houver um freio voluntário do crescimento, haverá um involuntário, que serão as epidemias, a fome e as guerras.



WWF: o World Wide Fund for Nature (em português: Fundo Mundial para a Natureza) é uma organização não governamental (ONG) internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental. Foi fundada em 1961, na Suíça, por um grupo de cientistas preocupados com a devastação da natureza. A partir de então, a entidade se tornou uma rede mundial de defesa do meio ambiente, com representações nos principais países do mundo. É a maior organização independente do seu gênero no mundo, com mais de 5 milhões de associados que trabalham em mais de 90 países. Edita livros, revistas e cartilhas que ensinam a preservar o meio ambiente. Combate a destruição das florestas, a caça aos animais ameaçados de extinção, a poluição e o desperdício dos recursos naturais.



Figura 15.1: Símbolo da WWF em Brasília, 2007.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:WWFbalaobrasilia22032007.jpg>

De todos os temas ambientais explorados atualmente, alguns são recorrentes. Entre eles, o aquecimento global figura como dos mais importantes. Assim, atividades humanas são responsabilizadas por emitirem uma série de gases, principalmente o gás carbônico, que intensifica o efeito estufa, provocando o aumento da temperatura média da atmosfera.

Na verdade, as previsões são catastróficas. Segundo o Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre Mudanças Climáticas, no final do século XXI, a temperatura mundial estará entre 1,8 °C e 4 °C mais alta que atualmente – o que justificaria uma série de doenças, além do aumento da desnutrição e do aumento da área onde vive o mosquito da malária.

Toda essa preocupação com o aquecimento global está sendo utilizada por grupos neomalthusianos como justificativa para proporem o controle demográfico. Como exemplo, a organização britânica Optimum Population Trust, cujo objetivo é a redução da população, tem aconselhado a limitação do número de filhos como medida para conter a mudança climática. Tal medida tem ganhado vários defensores, tais como os meios de comunicação e muitos políticos influentes.

Assim como as previsões de Malthus não se concretizaram, as derivadas dos neomalthusianos também não obtiveram êxito. A principal preocupação das duas correntes é a disponibilidade de alimentos. Contudo, estes têm seus números aumentados a cada ano, justamente por conta do desenvolvimento de novas tecnologias para esse fim.

Além disso, não existe nenhuma prova de que a fome seja causada pelo aumento da população ou pela mudança climática. De fato, vários especialistas afirmam que os responsáveis pela fome são a instabilidade política, a corrupção e, entre outros, a guerra. Isto é, os conflitos armados em vários países do mundo, muitos dos quais ainda em desenvolvimento, afetam sua capacidade de pro-

dução, seus mecanismos de intercâmbio e seu acesso ao alimento.

Outro tema ambiental recorrente é o da contaminação do ar. De acordo com dados estatísticos publicados por diversos estudiosos, a contaminação mundial está diminuindo e, por consequência, a qualidade ambiental está melhorando. Desde a década de 1990, a poluição atmosférica tem diminuído consideravelmente em diversos países desenvolvidos.

No entanto, cabe destacar que, nos países em desenvolvimento, a poluição tem piorado, principalmente por conta do forte crescimento econômico pelo qual tais países estão passando. Um exemplo claro é a China. Um terço do território chinês sofre com a precipitação de chuva ácida. Além disso, a China abriga 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo. Pequim é tida como a capital mundial da contaminação. Porém, na medida em que esses países vão consolidando seu desenvolvimento, tendem a ter uma maior preocupação com o meio ambiente.

Como dito anteriormente, todo esse processo de migração por causa dos problemas ambientais é chamado de migração ambiental ou, ainda, de refugiados climáticos. Com todas essas alterações que estão ocorrendo no meio ambiente, o debate sobre as migrações ambientais tem sido constante. Pesquisas divulgadas no ano de 2007, pelo Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), revelaram possíveis cenários que, em um futuro não muito distante, acarretarão mudanças significativas na vida de milhões de pessoas em todo o mundo, independentemente do país que habitam, da classe social a que pertencem ou do grau de contribuição que tenham dado ao aquecimento global.

**Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC):**

em português: Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Foi instituído no ano de 1988 pela Organização Meteorológica Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para fornecer informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para o entendimento das mudanças climáticas, seus impactos potenciais, bem como suas opções de adaptação e mitigação. É um órgão intergovernamental aberto para os países-membros do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

É necessário admitir que parte das migrações por questões ambientais estejam relacionadas, também, a motivações econômicas e políticas. Contudo, não se pode ignorar o fato de que milhões de pessoas hoje se deslocam em função de mudanças ocorridas no meio ambiente e que um número muito maior irá juntar-se a elas.

Tais números são impressionantes, pois demonstram a dimensão do alcance da mobilidade humana sobre o planeta, seja por fatores econômicos, sociais, culturais ou ambientais. Entretanto, alguns números atribuídos às migrações, especificamente relacionadas a causas ambientais, têm chamado a atenção dos pesquisadores. Estima-se que, no ano de 2010, havia cerca de 50 milhões de pessoas que migraram por causas ambientais. A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que a previsão para o ano de 2050, caso as mudanças climáticas se confirmem, é de que haverá mais de 200 milhões de migrantes ambientais.

Um exemplo clássico de migração ambiental ou de refugiados climáticos é o caso das Ilhas Carteret, na Papua-Nova Guiné. Em fins

dos anos 2000, os moradores das ilhas deixaram o arquipélago por conta da subida do nível do mar, atribuída ao aquecimento global. Outros habitantes de regiões de baixa elevação também estão em risco. Tuvalu (estado da Polinésia), Kiribati (país da Micronésia e Polinésia) e as Maldivas são regiões vulneráveis às elevações do nível do mar e à mudança das marés.



Figura 15.2: Imagem de satélite das Ilhas Carteret, cujos habitantes se tornaram refugiados ambientais nos anos 2000.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tulun_ISS002-E-6439.jpg

Outras áreas onde houve registro de refugiados climáticos recentemente são:

- a África, onde cerca de 10 milhões de pessoas migraram, no curso das duas últimas décadas, fugindo dos efeitos da desertificação e da degradação ambiental;
- a Ilha de Bhola, em Bangladesh, onde o aumento do nível do mar deixou 500.000 desabrigados desde 1995;
- a vila de Shishmaref, no Alasca, onde a perspectiva dos habitantes locais no futuro próximo é a de evacuação total da população, por causa da elevação do oceano.

Enfim, as previsões alertam para a real possibilidade de as pessoas serem forçadas a deslocar-se para outras áreas por causa das alterações no ambiente decorrentes das mudanças climáticas. Nos possíveis cenários estão furacões, enchentes, tsunamis, desertificação e elevação do nível dos mares, que podem ser os eventos que mais provocarão migração ambiental ou refugiados climáticos.

Por outro lado, outros efeitos da degradação ambiental, como a perda de ecossistemas aptos à manutenção da vida, o desmatamento, a falta de água, o esgotamento da diversidade biológica, entre outros, levarão as pessoas a se decidirem pelo deslocamento, não de modo forçado, uma vez que em alguns ambientes degradados ainda é possível a sobrevivência, mas como fatores determinantes na escolha pelo deslocamento.



Atende ao Objetivo 1

1. Comente sobre o aquecimento global e sobre as medidas preventivas lançadas pelos neomalthusianos.

Resposta Comentada

Quando se fala de aquecimento global, o homem é sempre o grande vilão. Todas as atividades humanas são responsáveis pelo aumento do aquecimento por produzirem uma série de gases, entre eles o gás carbônico, que tem a capacidade de aumentar o efeito estufa, o que provoca

o aumento da temperatura média da Terra. Esse aumento será o responsável por uma série de doenças, desnutrição e epidemia de malária. Aproveitando essas previsões, os neomalthusianos têm sugerido a limitação do número de filhos como medida para conter as mudanças climáticas.

Os desastres ambientais e a migração ambiental

A migração ambiental cresce a cada ano e torna-se, cada vez mais, um desafio para governos e organizações internacionais. Forçadas a deixar suas moradias, pessoas afetadas por secas, cheias de rios ou o aumento do nível do mar, por exemplo, acabam tendo de mudar de bairro, cidade ou até de país. Muito embora a decisão de migrar também ocorra por fatores econômicos, políticos e sociais, os desastres ambientais mudam os termos em que os movimentos de migração acontecem.

De acordo com a Organização Internacional para Migração (OIM), no ano de 2008, houve quatro vezes mais gente no mundo que deixou sua moradia por problemas ambientais do que por causa de guerras. É necessário que se tenha em mente que existem diversos distúrbios ambientais causadores da migração ambiental. Aqui, veremos apenas alguns deles.

Desertificação

É o fenômeno que transforma uma área, alagada ou não, em um deserto. Para a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, esse fenômeno pode ser entendido como a degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles, as variações climáticas e as atividades humanas.

Devido às condições ambientais, as atividades econômicas desenvolvidas em uma região podem ultrapassar a capacidade de suporte e de sustentabilidade. O processo é pouco perceptível em curto prazo pelas populações locais. Isso acontece porque o solo de determinados lugares fica cada vez mais estéril. Ou seja, a terra perde seus nutrientes e a capacidade de fazer nascer qualquer tipo de vegetação, sejam florestas naturais ou plantações feitas pelo ser humano. Sem a cobertura vegetal, as chuvas vão se tornando mais raras, o solo fica árido e sem vida, tornando difícil a sobrevivência.

No caso de desertos arenosos, originam-se a partir do empobrecimento do solo e consequente morte da vegetação, sendo substituída por terreno arenoso. Quanto aos desertos polares, a causa é a temperatura extremamente baixa daquelas regiões. Já nas regiões semiáridas e semiúmidas secas, as atividades humanas, tais como a agropecuária, intensificam os processos de desertificação.

Como consequência, temos os problemas econômicos, ambientais e sociais. Em primeiro lugar, a oferta de alimentos é reduzida. Além disso, há o custo de recuperação da área ambiental degradada. Do ponto de vista ambiental, a perda de espécies nativas, vegetal e animal, é uma consequência calamitosa. No custo social, temos a migração das populações para os centros urbanos, gerando a pobreza, o desemprego e a violência.

Tudo isso estabelece um desequilíbrio entre as diversas regiões mundiais, uma vez que as áreas suscetíveis à desertificação encontram-se em regiões pobres onde existe a ignorância com relação ao uso do solo e também onde já há uma desigualdade social na educação ambiental.

A ONU adotou o dia 17 de junho como o Dia Mundial de Combate à Desertificação.



Figura 15.3: Região desértica na Antártida.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:AntarcticaDomeCSnow.jpg>



Figura 15.4: Região desértica no sertão nordestino – Brasil.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Desertificacao.jpg>

Elevação do nível do mar

Segundo os dados de altimetria por satélite, desde o ano de 1992, o mar subiu cerca de 3 milímetros por ano. Os fatores que podem alterar o volume ou a massa do oceano são vários e complexos. As duas influências principais são a temperatura (porque o volume de água depende da temperatura) e a massa da água retida na terra e no mar sob a forma de água doce em rios, lagos, geleiras, calotas de gelo polar e gelo marinho.

Dentro da subida do nível do mar, citamos o recuo das áreas glaciares. Estas afetam a disponibilidade de água doce para irrigação e uso doméstico, as atividades de montanha, animais e plantas que dependem da água produzida durante os períodos de degelo e, em um prazo maior, o nível dos oceanos.



Figura 15.5: O recuo do glaciar Grosser Aletsch, na Suíça, em 1979 (esquerda), 1991 (centro) e 2002 (direita).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gletscherschmelze.jpg>

Terremotos

Terremoto é o nome popular do sismo. É um fenômeno de vibração brusca e passageira da superfície da Terra, resultado dos movimentos subterrâneos de placas rochosas, de atividade vulcânica, ou por deslocamentos de gases no interior da Terra, principalmente metano.

O movimento é causado pela liberação rápida de grandes quantidades de energia sob a forma de ondas sísmicas. Basicamente, sismo é a ocorrência de uma fratura subterrânea.

A grande maioria dos terremotos acontece nas fronteiras entre as placas tectônicas ou nas falhas entre dois blocos rochosos. O comprimento de uma falha pode variar de alguns centímetros até milhares de quilômetros, como é o caso da falha de Santo André, na Califórnia, Estados Unidos.

Entre os efeitos dos terremotos, estão: vibração do solo, abertura de falhas, deslizamentos de terra, tsunamis, mudanças na rotação da Terra, mudanças no eixo terrestre, além de efeitos prejudiciais em construções feitas pelo homem. Isso resulta em perda de vidas, ferimentos e altos prejuízos financeiros e sociais (como o desabrigo de populações inteiras, facilitando a proliferação de doenças, fome etc.).

A área onde a atividade sísmica é mais intensa é no Círculo de Fogo do Pacífico, que passa por toda a zona montanhosa do continente americano (Andes, Montanhas Rochosas e Ilhas Aleutas) e o lado ocidental do Oceano Pacífico (Japão, Filipinas, Nova Guiné, Ilhas Fiji, Nova Zelândia). É nesta zona que ocorrem 80% dos sismos mundiais. A cintura mediterrânea asiática também é importante e estende-se de Gibraltar ao sudeste asiático (15% dos sismos), sendo a zona junto à qual Portugal está localizado.

Entre as formas de medição dos terremotos, a Escala Richter é a mais conhecida. É uma escala logarítmica que atribui um número único para quantificar o nível de energia liberada por um sismo. Por ser uma escala logarítmica, um terremoto que mede 5,0 na escala Richter tem uma amplitude sísmica 10 vezes maior do que um que mede 4,0. O terremoto mais intenso já registrado atingiu o valor de 9,5 e ocorreu em 1960 no Chile. Vale destacar que os efeitos de um terremoto variam segundo a distância, as condições dos terrenos e das edificações, entre outros fatores.

Tabela 15.1: Graus dos sismos na Escala Richter

Descrição	Magnitude	Efeitos	Frequência
Micro	< 2,0	Microtremor de terra, não se sente.	~8000 por dia
Muito pequeno	2,0-2,9	Geralmente não se sente, mas é detectado/registrado.	~1000 por dia
Pequeno	3,0-3,9	Frequentemente sentido, mas raramente causa danos.	~49000 por ano
Ligeiro	4,0-4,9	Tremor notório de objetos no interior de habitações, ruídos de choque entre objetos. Danos importantes pouco comuns.	~6200 por ano
Moderado	5,0-5,9	Pode causar danos maiores em edifícios mal concebidos em zonas restritas. Provoca danos ligeiros nos edifícios bem construídos.	800 por ano
Forte	6,0-6,9	Pode ser destruidor em zonas num raio de até 180 quilômetros em áreas habitadas.	120 por ano
Grande	7,0-7,9	Pode provocar danos graves em zonas mais vastas.	18 por ano
Importante	8,0-8,9	Pode causar danos sérios em zonas num raio de centenas de quilômetros.	1 por ano
Excepcional	9,0-9,9	Devasta zonas num raio de milhares de quilômetros.	1 a cada 20 anos
Extremo	>10,0	Nunca registrado.	Extremamente raro (Desconhecido)

Fonte: Adaptado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_de_Richter.



Figura 15.6: Terremoto do Chile em 1960.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Valdivia_after_earthquake,_1960.jpg



Figura 15.7: Tsunami na Ilha de Sumatra em 2004.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:US_Navy_050102-N-9593M-040_A_village_near_the_coast_of_Sumatra_lays_in_ruin_after_the_Tsunami_that_struck_South_East_Asia.jpg



Figura 15.8: Terremoto no Haiti em 2010.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:2010_Haiti_earthquake_damage2.jpg

Secas

É um fenômeno climático causado pela insuficiência de chuva em uma determinada área por um grande período de tempo. A diferença para a estiagem é que esta acontece a intervalos que podem ser ou não ser regulares.

Tal fenômeno provoca desequilíbrios hidrológicos importantes. Normalmente, a ocorrência da seca ocorre quando a evapotranspiração (perda de água do solo por evaporação e a perda de água da planta por transpiração) ultrapassa por um período de tempo a precipitação de chuvas.

As secas podem ser geradas pelos mais diferentes fenômenos climáticos. Por isso, foi criada uma tipologia da seca:

- Seca permanente: caracterizada pelo clima desértico, no qual a vegetação se adapta às condições de aridez. Não existem cursos de água. Este tipo de seca impossibilita a agricultura sem irrigação permanente.

- Seca sazonal: particularidade de regiões onde o clima é semiárido. A vegetação se reproduz porque os vegetais adaptados geram sementes e morrem em seguida ou mantêm a vida em estado latente durante a seca. Os rios só sobrevivem se a sua água for oriunda de outras regiões onde o clima é úmido. Este tipo de seca possibilita o plantio, desde que em períodos de chuvas ou por irrigação.
- Seca irregular e variável: pode ocorrer em qualquer região onde o clima seja úmido ou subúmido. São secas cujo período de retorno é breve e incerto. Normalmente, são limitadas em área, não abrangem grandes regiões.
- Seca "invisível": este é o pior tipo de seca, pois a precipitação não é interrompida. Porém, o índice de evapotranspiração é maior que o índice pluviométrico, causando um desequilíbrio da umidade regional.



Figura 15.9: A grande seca em Dust Bowl – Dallas (Dakota do Sul, EUA), 1936.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Dust_Bowl_-_Dallas,_South_Dakota_1936.jpg

Poluição ambiental

Entende-se a introdução pelo homem, direta ou indiretamente, de substâncias ou energia no ambiente, provocando um efeito negativo em seu equilíbrio, causando danos na saúde humana, nos seres vivos e no ecossistema ali presente.

Os agentes de poluição, normalmente designados por poluentes, podem ser de natureza química, genética ou sob a forma de energia, como nos casos de luz, calor ou radiação.

Os problemas de poluição global, como o efeito estufa, a diminuição da camada de ozônio, as chuvas ácidas, a perda da biodiversidade, os dejetos lançados em rios e mares, entre outros, nem sempre são observados, medidos ou mesmo sentidos pela população.

Isso se explica pelo fato de se tratar de uma poluição cumulativa, cujos efeitos são sentidos em longo prazo. Apesar disso, tais problemas têm chamado a atenção de todo o mundo, por estarem multiplicando-se em curto espaço de tempo e por já estarem causando problemas nos seres vivos.

São diversas as poluições ambientais. Algumas das que podem levar a migrações ambientais são:

- **Poluição atmosférica:** referem-se ao lançamento na atmosfera de gases, partículas sólidas, líquidos em suspensão, material biológico ou energia. Além de prejudicar a saúde, pode reduzir a visibilidade, diminuir a intensidade da luz ou provocar odores desagradáveis. No campo ambiental, tem ação direta no aquecimento global, sendo responsável pela degradação de ecossistemas e por potencializar as chuvas ácidas.

- Poluição hídrica: é a contaminação de corpos de água por elementos que podem ser nocivos ou prejudiciais aos organismos e plantas, assim como à atividade humana.
- Poluição do solo: afeta a camada superficial da crosta terrestre, causando malefícios diretos ou indiretos à vida humana, à natureza e ao meio ambiente em geral. Consiste na presença indevida, no solo, de elementos químicos estranhos, como os resíduos sólidos ou efluentes líquidos produzidos pelo homem, que prejudicam as formas de vida e seu desenvolvimento regular.
- Poluição térmica: consiste no aquecimento das águas naturais pela introdução da água quente utilizada na refrigeração de centrais elétricas, refinarias, usinas nucleares, siderúrgicas e indústrias diversas. A poluição térmica é causada também pelo aquecimento global e pode acarretar a perda de grande parte da fauna marinha e lacustre.



Figura 15.10: Exemplo de poluição atmosférica.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Air_pollution_1.jpg



Figura 15.11: Poluição hídrica num rio de uma favela na Índia.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Slum_and_dirty_river.jpg



Atende ao Objetivo 2

2. Comente sobre os problemas econômicos, ambientais e sociais oriundos do processo de desertificação.

Resposta Comentada

O processo de desertificação acarreta variados problemas. Entre eles, estão os econômicos, ambientais e sociais. Entre os econômicos, têm destaque a redução da oferta de alimentos, bem como a elevação do custo para recuperação das áreas degradadas. Quanto aos problemas ambientais, tem relevância a perda de espécies nativas vegetal e animal, o que altera o ecossistemas da região. No plano social, a migração das populações para os centros urbanos, gerando a pobreza; o desemprego e a violência se destacam. Tais problemas estabelecem um desequilíbrio mundial, pois as áreas suscetíveis à desertificação encontram-se em regiões pobres onde existe a ignorância com relação ao uso do solo e também onde já há uma desigualdade social na educação ambiental.

CONCLUSÃO

As migrações ocorrem pelos mais diferentes motivos. No entanto, é difícil separar os efeitos do clima de outros fatores que estimulam o deslocamento populacional, como conflitos políticos, crises econômicas, crescimento populacional, destruição de ecossistemas e esgotamento de áreas cultiváveis. Assim, as mudanças climáticas, eventualmente, terão um papel dominante ao ampliar todos os demais fatores, pois as mudanças climáticas deverão aumentar a frequência e a intensidade de desastres naturais, como ciclones, enchentes ou secas.

Se todos os problemas ambientais são globalmente compartilhados, é preciso que a humanidade reconheça que existe algo de errado na forma como administramos o planeta. Isso significa dizer que não adianta nem construir muros para manter os problemas afastados nem exportá-los para outros lugares. Muitos especialistas afirmam que as transformações ambientais e os fenômenos naturais são partes da evolução natural do planeta; o problema é quando o homem se manifesta. O resultado são as migrações ambientais ou os refugiados climáticos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

São vários os tipos de poluição ambiental e todos estão associados às atividades humanas. Algumas delas favorecem o deslocamento populacional ambiental. Disserte sobre duas delas.

Resposta Comentada

Você deve escolher duas das poluições ambientais apresentadas na aula. Entre as diferentes qualidades de poluição, temos a atmosférica, a hídrica, a do solo e a térmica, que podem favorecer a migração ambiental. A poluição atmosférica diz respeito ao lançamento de gases tóxicos na atmosfera, bem como de partículas sólidas, material biológico, líquidos em suspensão ou energia. Tal poluição é responsável por diversos malefícios à saúde. Além disso, contribui para o aquecimento global, sendo responsável pela degradação de ecossistemas e por potencializar as chuvas ácidas. Já a poluição hídrica está relacionada à contaminação dos corpos d'água por elementos nocivos ou prejudiciais aos organismos e plantas, assim como à atividade humana. Quanto à poluição do solo, esta afeta a camada superficial da crosta terrestre, causando malefícios diretos ou indiretos à vida humana, à natureza e ao meio ambiente em geral. Consiste na presença indevida, no solo, de elementos químicos estranhos, como os resíduos sólidos ou efluentes líquidos produzidos pelo homem, que prejudicam as formas de vida e seu desenvolvimento regular.

No que concerne à poluição térmica, esta diz respeito ao aquecimento das águas naturais pela introdução da água quente utilizada na refrigeração de centrais elétricas, refinarias, usinas nucleares, siderúrgicas e indústrias diversas. A poluição térmica é causada também pelo aquecimento global e pode acarretar a perda de grande parte da fauna marinha e lacustre.

RESUMO

A primeira parte da aula foi dedicada ao estudo do homem como principal responsável pela problemática ambiental, assim como pelo agravamento dos desastres por causa do desenvolvimento tecnológico e pelo uso indiscriminado dos recursos naturais. Além disso, vimos também que a migração ambiental, para muitos estudiosos e simpatizantes da corrente neomalthusiana, é uma das responsáveis por esse quadro alarmante no mundo contemporâneo, tanto que propõem a diminuição do crescimento populacional como medida de salvação da Terra.

Na segunda parte da aula, foram apresentados alguns dos desastres ambientais e a migração ambiental que, cada vez mais, torna-se um desafio para os governos e organizações internacionais resolverem. Muito embora a migração não seja causada exclusivamente pelos desastres ambientais, tais desastres têm mudado as condições em que os movimentos mobilizatórios têm ocorrido. Afora isso, é importante ter conhecimento de que existem diferentes problemas ambientais causadores da migração. Aqui, vimos somente alguns deles: a desertificação, a elevação do nível dos mares, os terremotos, as secas e a poluição ambiental.

Geografia da População

Referências

Aula 8

THUMERELLE, Pierre-Jean. *As populações do mundo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

UNITED NATIONS. *Demographic Yearbook 2009-2010*. New York: United Nations Publication, 2011. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/dyb/dybssets/2009-2010.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2012.

Aula 9

BACCI, Massimo Livi. *Historia mínima de la población mundial*. 2º ed. Barcelona: Ed. Ariel Historia, 2002.

COSTA, Pedro Henrique Ferreira; GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. O capitalismo contemporâneo e as mudanças no mundo do consumo. In: *X Colóquio Internacional de Geocrítica*. Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Universidad de Barcelona. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/330.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

DALLAGO, Cleonilda S. T. Relações de trabalho e modo de produção capitalista. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHO DE FRANCA, 7., 2010, Franca. *Anales eletronicos del 1º Seminario de Saúde do Trabalhador de Franca*. Unesp Franca. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n1v1/v1n1a01.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

MARTINS, Reinaldo. O modo de produção capitalista. Disponível em: http://www.professorreinaldo.com.br/sitenovo/arquivos/producao_capitalista.pdf.

Aula 10

ADAS, Melhem. *Geografia*. O subdesenvolvimento e o desenvolvimento mundial e o estudo da América. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

LEITE, Ivonaldo. A nova divisão internacional do trabalho e os desafios latinoamericanos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 85, junho de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/085/85leite.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

POCHMANN, Marcio. *Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho*. Disponível em: <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>. Acesso em: 13 jun. 2014.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho! (reflexões preliminares). *Scripta Nova*, vol. 6, n. 119 (5), agosto de 2002. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm>. Acesso em: 13 jun. 2014.

Aula 11

ALVES, Gilfranco Medeiros; TRUJILLO, Juliana Couto. *O papel da preservação arquitetônica na busca de uma identidade local – o caso de Rubens Gil de Camilo em Campo Grande/MS*. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/151.pdf>. Acesso em 13 jun. 2014.

FEIJÓ, Luiz Carlos de Lima. Reflexões sobre identidade, design e arquitetura de interiores na pós-modernidade. *ARCHITECTON - Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 1, n. 1, 2011, pp. 30-35. Disponível em: <http://www.faculdadedamas.edu.br/revistas/index.php/arquitetura/article/view/60/222>. Acesso em: 13 jun. 2014.

LARAIA, Roque. *Cultura, um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas*, v. 1, n. 3, 2006, pp. 05-26. Disponível em: <http://ceul.ufms.br/revista-geo/carloswalter.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SANTOS, Anderson Luiz Machado dos; DAVID, César de. Contribuição para a geografia dos movimentos sociais: a luta do movimento dos trabalhadores rurais sem terra e as metamorfoses na produção do espaço. In: FIGUEIREDO, Lauro Cesar; FIGUEIRÓ, Adriano Severo. (org.). *Reflexões sobre a geografia do Rio Grande do Sul: temas em debate*. Santa Maria: UFSM, 2010, pp. 69-93. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/ebook01/Art.4.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SANTOS, Renato Emerson dos. Cartografias da ação social e as espacialidades dos movimentos sociais: por onde anda a nossa imaginação geográfica? In: Aspectos culturales en las geografías sociales, económicas y políticas: Conferencia de la comisión la aproximación cultural en geografía de la Unión Geográfica Internacional, 2007, Buenos Aires. *Anais de Aspectos culturales...* Buenos Aires: UGI, 2007. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal11/Nuevastecnologias/Cartografiatematica/02.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SCALZER, Simone Zamprogno; GENOVEZ, Patrícia Falco. A configuração urbana e identidade italiana em Santa Teresa/ES. In: *XVIII Encontro Regional da Associação Nacional de História – Seção Minas Gerais (ANPUH-MG)*. *Anais do XVIII...*, 2012, pp. 01-11. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340386975_ARQUIVO_SCALZER_A_configuracao_urbana.pdf. Acesso em: 13 jun. 2014.

Aula 12

BACCI, Massimo. *Historia mínima de la población mundial*. Barcelona: Editorial Ariel, 2002.

DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MEADOWS, Donella *et ali*. *Limites do crescimento*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MELLO, Leonardo F. de & HOGAN, Daniel J. População, consumo e meio ambiente. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG – 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.ence.ibge.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ffdc3fcc-82d2-4c75-b018-4dcff4954ec8&groupId=37690208. Acesso em: 13 jun. 2014.

ONU. A ONU e o meio ambiente. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 14 fev. 2013.

Aula 13

CASTRO Josué. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

LANDEIRO, Fernanda Montero; QUARANTINI, Lucas de Castro. Obesidade: controle neural e hormonal do comportamento alimentar. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, v.10, n.3, Salvador: set./dez 2011, pp. 236-245.

REPETTO, Giuseppe; CASAGRANDE, Daniela Schaan. Desnutrição x obesidade. *Revista ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade*, São Paulo, ano 5, v. 22, mar. 2005.

SANTOS, Andreia Mendes dos; SCHERER, Patricia Teresinha. Política alimentar brasileira: fome e obesidade, uma história de carências. *Textos & Contextos*, v. 11, n. 1, Porto Alegre, jan./jul. 2012, pp. 92-105. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/10777/8063>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VARELA, Ana Paula Gramacho. Você tem fome de quê? *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, 2006, v. 26, n. 1, p. 82-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v26n1/v26n1a08.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

VIEIRA, Vítor. Fome e obesidade: grandes riscos à saúde do mundo contemporâneo. In: *Revista eletrônica Tempo Presente*. Rede de Estudos Tempo Presente. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5673:fome-e-obesidade-grandes-riscos-a-saude-do-mundo-contemporaneo&Itemid=127. Acesso em: 13 jun. 2014.

Aula 14

BARRICARTE, Jesús Javier Sánchez. *Socioeconomia de las migraciones en un mundo globalizado*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.

DAMIANI, Amélia Luisa. *População e Geografia*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. [Coleção "Caminhos da Geografia"].

ELHAJJ, Mohammed; BALTHAZAR, Luana (org.). *Destinos migratórios: desejos individuais, projetos comunitários*. v. 1. Rio de Janeiro, [s.n.], 2013. Disponível em: <http://oestrangero.org.files.wordpress.com/2013/03/destinos-migratc3b3rios.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

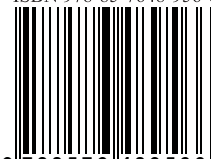
Aula 15

BARRICARTE, Jesús Javier Sánchez. *Socioeconomia de las migraciones en un mundo globalizado*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010.

OJIMA, Ricardo; NASCIMENTO, Thais Tartalha do. Meio ambiente, migração e refugiados ambientais: novos debates, antigos desafios. *Anais do IV Encontro Nacional da Anppas*, 2008. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT13-358-132-20080424170938.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana; VERGANI, Vanessa. Migração, vulnerabilidade e (in) justiça ambiental: desafios e perspectivas. In: *Revista de Direito UNISC*, Santa Cruz do Sul, n° 33, pp. 130-147, jan./jun. 2010. Disponível em: online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/download/1452/1586. Acesso em: 13 jun. 2014.

ISBN 978-85-7648-956-6



9 788576 489566



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Ministério da
Educação

